

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E CULTURA - MESTRADO**

RONALDO VELHO BUENO

**ENTRE CRENÇAS E CONSPIRAÇÕES:
JORNALISMO E PÓS-VERDADE EM *NÚMERO ZERO*, DE UMBERTO ECO**

CAXIAS DO SUL

2023

RONALDO VELHO BUENO

**ENTRE CRENÇAS E CONSPIRAÇÕES:
JORNALISMO E PÓS-VERDADE EM *NÚMERO ZERO*, DE UMBERTO ECO**

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Letras e Cultura. Área de Concentração: Estudos de Linguagem, Literatura e Cultura. Linha de Pesquisa: Literatura e Processos Culturais.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Miranda Alves

CAXIAS DO SUL

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Universidade de Caxias do Sul
Sistema de Bibliotecas UCS - Processamento Técnico

B928e Bueno, Ronaldo Velho

Entre crenças e conspirações [recurso eletrônico] : jornalismo e pós-verdade em Número Zero, de Umberto Eco / Ronaldo Velho Bueno. – 2023.
Dados eletrônicos.

Dissertação (Mestrado) - Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura, 2023.

Orientação: Márcio Miranda Alves.

Modo de acesso: World Wide Web

Disponível em: <https://repositorio.ucs.br>

1. Jornalismo e literatura. 2. Veracidade e falsidade. 3. Jornais na literatura. 4. Teorias da conspiração. 5. Eco, Umberto, 1932-2016. I. Alves, Márcio Miranda, orient. II. Título.

CDU 2. ed.: 070:82

Catalogação na fonte elaborada pela(o) bibliotecária(o)
Márcia Servi Gonçalves - CRB 10/1500

ENTRE CRENÇAS E CONSPIRAÇÕES: JORNALISMO E PÓS-VERDADE EM *NÚMERO ZERO*, DE UMBERTO ECO

Ronaldo Velho Bueno

Dissertação de Mestrado submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul, como parte dos requisitos necessários para a obtenção do título de Mestre em Letras e Cultura, Área de Concentração: Estudos de Linguagem, Literatura e Cultura. Linha de Pesquisa: Literatura e Processos Culturais.

Caxias do Sul, 31 de julho de 2023.

Banca Examinadora:

Dr. Márcio Miranda Alves
Orientador
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Cristina Löff Knapp
Universidade de Caxias do Sul

Dra. Cristine Fortes Lia
Universidade de Caxias do Sul

Dr. Luís Mauro Sá Martino
Faculdade Cásper Libero

Às pesquisadoras e aos pesquisadores brasileiros que, apesar da maré negacionista da pós-verdade, seguem mantendo vivo o pensamento científico.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa que permitiu a realização desta pesquisa. O investimento público em ciência e educação é de fundamental importância para o desenvolvimento do país.

Ao Prof. Dr. Márcio Miranda Alves, orientador desta pesquisa, pela parceria estabelecida nestes dois anos de percurso acadêmico. Sou grato pela atenção dispensada a este trabalho desde meu ingresso no Mestrado. Os apontamentos, as sugestões e as leituras cuidadosas foram essenciais para que este estudo se tornasse realidade.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura (PPGLet/UCS), pelo aprendizado proporcionado em sala de aula e pela relação amistosa construída fora dela, em nossos cafés e momentos de confraternização. À Lisandra, responsável pela secretaria do PPGLet/UCS, pela disponibilidade em responder todas as nossas dúvidas.

Aos colegas da Turma 21, por compartilharmos juntos os desafios, as angústias e as alegrias da aventura acadêmica. Alana, Diego, Nicole, Milena e Morgana terão sempre um lugar especial nas minhas lembranças. Espero que possamos nos reencontrar em novas jornadas.

Aos meus pais, Ester e Sidnei, e à minha irmã, Liliam, pelo amor incondicional, todos os dias da minha vida. Vocês são os melhores professores que eu poderia ter. Ao Diego, meu amor, companheiro e primeiro leitor desta dissertação, agradeço por estar ao meu lado mesmo nos momentos de ansiedade. Tenho orgulho de sonharmos juntos.

À Profa. Dra. Marlene Branca Sólito, por ter despertado em mim o interesse acadêmico pela temática da pós-verdade. Ao amigo poeta Dinarte Albuquerque Filho, com quem troquei as primeiras ideias acerca deste projeto.

A todos vocês, agradeço, afetuosamente.

Os livros não são feitos para acreditarmos neles, mas para serem submetidos a investigações. Diante de um livro não devemos nos perguntar o que diz, mas o que quer dizer.

**Guilherme de Baskerville,
em *O Nome da Rosa*, de Umberto Eco**

RESUMO

Esta dissertação analisa as representações do jornalismo no romance *Número Zero* (2015), de Umberto Eco, e sua relação com o fenômeno da pós-verdade. Parte-se da hipótese de que essa relação se fundamenta nas práticas editoriais adotadas pela redação do jornal *Amanhã*, a partir de elementos que dialogam com características da pós-verdade, e na caracterização do personagem Romano Braggadocio como caricatura do conspiracionismo. Elencam-se, como objetivos específicos, discutir as origens e as principais características da pós-verdade; identificar as manifestações predominantes deste fenômeno, tais como as *fake news*, o negacionismo científico e as teorias conspiratórias; analisar a ambientação e as práticas editoriais do jornal *Amanhã*; e examinar a caracterização do personagem Braggadocio. A metodologia de pesquisa combina revisão bibliográfica e análise literária. A discussão sobre pós-verdade dialoga com autores que examinaram o tema na última década, como D'Ancona (2018), Kakutani (2018), Bucci (2018) e Santaella (2019). O debate acerca da dinâmica de funcionamento das teorias conspiratórias baseia-se sobretudo em Keeley (1999) e Lewandowsky e Cook (2020). Conclui-se que as representações do jornalismo presentes na narrativa se relacionam com a pós-verdade em dois eixos: primeiro, nas práticas editoriais do jornal *Amanhã*, a partir da ampla utilização de apelos emocionais na produção de conteúdo supostamente factual; segundo, na adesão do personagem Romano Braggadocio aos sinais do pensamento conspiratório, os quais confirmam a hipótese inicial da pesquisa.

Palavras-chave: pós-verdade; teorias conspiratórias; *Número Zero*; Umberto Eco; jornalismo.

ABSTRACT

This dissertation analyzes the journalism representations in Umberto Eco's novel *Número Zero* (2015) and its relationship with the post-truth phenomenon. It starts from the hypothesis that this relationship is based on the editorial practices adopted by the editorial staff of the newspaper *Amanhã*, based on elements that dialogue with post-truth characteristics, and in the characterization of the character Romano Braggadocio as a caricature of conspiracyism. The specific objectives are to discuss the origins and main characteristics of post-truth; identify the predominant manifestations of this phenomenon, such as fake news, scientific denialism and conspiracy theories; analyze the setting and editorial practices of the newspaper *Amanhã*; and examine the characterization of the character Braggadocio. The research methodology combines bibliographic review and literary analysis. The discussion on post-truth dialogues with authors who have examined the topic in the last decade, such as D'Ancona (2018), Kakutani (2018), Bucci (2018), and Santaella (2019). The debate about the functioning dynamics of conspiracy theories is based mainly on Keeley (1999) and Lewandowsky and Cook (2020). It is concluded that the representations of journalism present in the narrative are related to post-truth in two axes: first, in the editorial practices of the newspaper *Amanhã*, through the wide use of emotional appeals in the production of supposedly factual content; second, in the character Romano Braggadocio's adherence to the signs of conspiratorial thinking, which confirms the initial hypothesis of the research.

Keywords: post-truth; conspiracy theories; *Número Zero*; Umberto Eco; journalism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	CRENÇAS E CONSPIRAÇÕES: O FENÔMENO DA PÓS-VERDADE	18
2.1	A CRISE DA RACIONALIDADE: EM BUSCA DAS ORIGENS	20
2.2	A EMOÇÃO FAZ A BOLHA: AS CARACTERÍSTICAS	30
2.3	CONSPIRACIONISTAS E INTEGRADOS: AS MANIFESTAÇÕES	43
3	JORNAL AMANHÃ: ONDE OS FATOS NÃO TÊM VEZ	55
3.1	UMA BOLHA PARA ALIMENTAR	57
3.2	NOTÍCIAS À FLOR DA PELE: RAZÃO E EMOÇÃO	70
4	BRAGGADOCIO E A SOMBRA DE MUSSOLINI	81
4.1	JOGO DOS SETE SINAIS: O PENSAMENTO CONSPIRATÓRIO	82
4.2	UMA CONSPIRAÇÃO EM CINCO CARACTERÍSTICAS	95
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
	REFERÊNCIAS	111

1 INTRODUÇÃO

Alguns anos ficam marcados por acontecimentos que abalam estruturas sociais e políticas, deixando legados duradouros. Foi assim em 1968, quando estudantes franceses tomaram as ruas em defesa de liberdades individuais e coletivas, contra a Guerra do Vietnã e pela superação da moral conservadora. O mesmo pode ser dito de 1989, quando o Muro de Berlim veio abaixo e, junto com ele, a polarização geopolítica entre Estados Unidos e União Soviética. Ou ainda 2001, no início do novo milênio, imediatamente associado aos atentados terroristas às torres gêmeas do World Trade Center, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, dando início à Guerra ao Terror de George W. Bush.

A galeria de datas memoráveis ganhou, recentemente, um novo integrante: 2016, ano em que britânicos e norte-americanos surpreenderam analistas ao protagonizarem uma guinada nacionalista que gerou uma série de desdobramentos globais. Em 23 de junho daquele ano, eleitores do Reino Unido optaram em referendo pela saída da União Europeia, o primeiro país a deixar o bloco desde sua formação, em 1957, ainda sob o nome de Comunidade Econômica Europeia. Já em 2 de novembro, os norte-americanos elegeram o bilionário Donald Trump como seu 45º presidente, após uma campanha virulenta — com interferência russa — contra a ex-secretária de Estado Hillary Clinton, que poderia se tornar a primeira mulher no comando da maior economia do planeta.

Os dois fatos políticos, marcados por fortes apelos emocionais, proliferação de notícias falsas e protagonismo das redes sociais, foram rapidamente associados à expressão “pós-verdade”. O *Brexit* e a eleição de Trump são lidos como sintomas de um fenômeno em rápida ascensão. O interesse público pelo tema foi tão expressivo¹ que, ainda em novembro de 2016, a Universidade de Oxford escolheu pós-verdade como palavra do ano, sob a justificativa de sua relevância cultural e por expressar o ânimo do atual contexto histórico. De acordo com o verbete publicado pelo *Oxford Dictionary*, trata-se de um adjetivo que “relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos são menos influentes na formação da

¹ De acordo com matéria de Alison Flood, publicada no jornal britânico *The Guardian*, o uso do termo “pós-verdade” em textos publicados pela imprensa do país cresceu mais de 2000% em 2016, na comparação com o ano anterior. A maior parte dos textos relaciona o conceito ao referendo que definiu a saída do Reino Unido da União Europeia e às eleições presidenciais norte-americanas de 2016 (Flood, 2016).

opinião pública do que apelos à emoção e à crença pessoal” (Post-truth, 2022, n.p., tradução nossa)².

Não tardou para o termo virar tendência global. Na Colômbia, a pós-verdade foi associada ao plebiscito que rejeitou o acordo de paz entre o governo e os guerrilheiros das FARC. Analistas políticos recorrem à expressão para explicar a máquina estatal de desinformação russa que mantém Vladimir Putin no poder desde 2000, ora como presidente, ora como primeiro-ministro. No Brasil, o conceito começou a ser utilizado a partir do processo de *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT). Mas foi durante a campanha eleitoral de 2018 que ganhou ainda mais notoriedade, usado para se referir aos disparos massivos de notícias falsas pela campanha de Jair Bolsonaro, um dos fatores responsáveis por levar o então deputado federal, figura de baixa relevância política até poucos meses antes da votação, ao posto de presidente da República.

Apesar da crescente utilização nos últimos anos, o termo já existe há três décadas. Ele apareceu pela primeira vez em janeiro de 1992, em artigo assinado pelo dramaturgo sérvio-estadunidense Steve Tesich na revista *The Nation*. No texto, intitulado *Um governo de mentiras*³, Tesich argumenta que os escândalos de Watergate (1972) e Irã-Contras (1986), bem como a manipulação governamental de informações que resultou na Guerra do Golfo (1990-1991), pavimentaram um estado de indiferença — ou mesmo letargia — da opinião pública diante de mentiras e falsificações de fatos. O autor chega à conclusão de que “nós, como pessoas livres, decidimos livremente que queremos viver em algum mundo de pós-verdade” (Tesich, 1992, n.p., tradução nossa)⁴.

Passada uma década de quase esquecimento, a expressão ressurgiu com o escritor norte-americano Ralph Keyes, como título do seu livro *A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea*, publicado em 2004. A obra traça um panorama sobre o declínio da honestidade e a banalização das mentiras na sociedade ocidental, mas pouco contribui para um aprofundamento das características básicas do fenômeno. Já em 2010, o blogueiro David Roberts cunhou a expressão “política da pós-verdade” para descrever uma nova cultura que,

² Do original em inglês: “Relating to or denoting circumstances in which objective facts are less influential in shaping public opinion than appeals to emotion and personal belief”.

³ Tradução livre do título original em inglês: *A Government of Lies*.

⁴ Do original em inglês: “as a free people, have freely decided that we want to live in some post-truth world”.

em sua interpretação, estava ganhando terreno a passos largos nos Estados Unidos. Por fim, em setembro de 2016, dois meses antes da eleição de Trump e da escolha da palavra do ano, a revista britânica *The Economist* chegou às bancas com a chamada de capa “A arte da mentira: a política da pós-verdade na era das redes sociais” (Art..., 2016, p. 1, tradução nossa)⁵.

É curioso perceber que, embora recorrente em análises políticas ou mesmo jornalísticas, ainda é incomum encontrarmos representações ficcionais do fenômeno em questão. É nesse ponto que o escritor italiano Umberto Eco (1932-2016) desperta nosso interesse. *Número Zero* (2015), seu último romance publicado em vida, mostra os bastidores da criação de um novo jornal, na Milão dos anos 1990. Acontece que o periódico, batizado de *Amanhã*, jamais seria vendido normalmente nas bancas, para disputar a preferência do leitor com o *La Repubblica* ou o *Corriere della Sera*. Isso porque a intenção do financiador do projeto, o comendador Vimercate, era utilizar as edições do jornal como ferramenta de chantagem para seu sonhado ingresso no grupo de elite que controla as finanças e a política do país. Seriam impressos pouquíssimos exemplares, destinados para quem o comendador quisesse atingir.

A história é narrada em primeira pessoa por Colonna, um *ghost-writer*⁶ desiludido com os caminhos da própria vida. Ele é contratado por Simei, o diretor de redação, para transformar a experiência do jornal em um livro de memórias. Ao contrário da equipe de repórteres, Simei é o único que suspeita das reais intenções de Vimercate. Por isso, a ideia de registrar o que aconteceu na redação é vista como uma chance de ouro para ganhar fama e dinheiro assim que o comendador interrompesse o projeto. É óbvio que o livro não poderia revelar a verdade — afinal, Simei não queria ficar conhecido como um profissional corrompido —, mas retrataria uma realidade paralela em que os redatores faziam de tudo para colocar na rua um jornalismo independente. Não importa que, para escrever um livro nesses moldes, Colonna precisasse distorcer o que realmente acontecia na redação.

⁵ Do original em inglês: “Art of lie: post-truth politics in the age of social media”.

⁶ Em tradução livre do inglês, *ghost-writer* significa escritor-fantasma. Conforme verbete no *Dicionário de termos literários* (2004), de Massaud Moisés, o termo descreve “o escritor que emprega a sua pena a fim de redigir obra publicada sob nome alheio. Vincula-se, geralmente, à atividade jornalística, política, artística, atlética, etc., em que não raro a pessoa interessada, carente de recursos próprios para exprimir de forma inteligível e correta os seus pensamentos, contrata os serviços de um escriba profissional ou dum escritor momentaneamente necessitado de ampliar o seu orçamento ou seduzido pela oferta” (Moisés, 2004, p. 209).

Ironias de metalinguagem à parte, a trama de *Número Zero* constitui praticamente um manual de tudo aquilo que o jornalismo *não pode* e *não deve* ser, ou mesmo se aproximar, se tomarmos por base os preceitos deontológicos da profissão que encontramos tanto no *Dicionário de Propaganda e Jornalismo* (1985), de Mário Erbolato, quanto no *Dicionário de Comunicação* (1998), de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Guimarães Barbosa. Ao longo das reuniões de pauta narradas pelo protagonista, os repórteres são instruídos a abandonar preceitos básicos da profissão, como apuração rigorosa e fidelidade aos acontecimentos. Em vez disso, entra em cena o uso de estratégias eticamente questionáveis, como apelos sensacionalistas às emoções e manobras para disfarçar conteúdo opinativo sob roupagem de imparcialidade.

Se tomarmos por base a prolífica trajetória acadêmica de Umberto Eco, filósofo de formação e titular da cátedra de Semiótica na Universidade de Bolonha, além de professor visitante de instituições como Columbia, Harvard e Yale, podemos observar que seu interesse pelos fenômenos da comunicação não é um caso isolado. Em *Apocalípticos e Integrados*, lançado em 1964, o autor propõe uma nova perspectiva para os estudos de comunicação, ao trazer a cultura de massa para o centro da discussão. Crítico da postura apocalíptica (ou mesmo elitista) da Escola de Frankfurt e seus fundadores, sobretudo Theodor Adorno (1903-1969), bem como do otimismo excessivo da *Mass Communication Research*⁷ (os integrados), Eco analisou romances folhetins e histórias em quadrinhos com o mesmo rigor científico com que havia abordado a estética medieval nos textos de São Tomás de Aquino. Não bastasse sua atuação acadêmica, também foi editor de cultura na RAI, emissora de televisão italiana. Não surpreende, portanto, a presença do jornalismo na ambientação de seu último romance. Muito menos sua perspicácia de antecipar debates socialmente relevantes.

Tendo em vista o contexto apresentado, esta dissertação tem por objetivo geral analisar de que modo as representações do jornalismo no romance *Número Zero* se relacionam com o fenômeno da pós-verdade. Para tanto, elencamos quatro objetivos específicos que serão contemplados no decorrer dos próximos capítulos.

⁷ Em tradução livre, Pesquisa de Comunicação de Massa. Corrente iniciada na década de 1920, nos Estados Unidos, com os trabalhos do pesquisador Harold Lasswell (1902-1978). Nos anos 1940, Paul Lazarsfeld (1901-1976) e Robert Merton (1910-2003), sociólogos de visão funcionalista, dão sequência à perspectiva de Lasswell, com estudos que buscam traçar as funções (e disfunções) da comunicação de massa (Mattelart; Mattelart, 2009).

Primeiro, discutiremos as origens e as principais características da pós-verdade. Depois, buscaremos identificar suas manifestações predominantes, tais como as *fake news*, o negacionismo científico e as teorias conspiratórias. Em terceiro lugar, analisaremos a ambientação e as práticas editoriais do jornal *Amanhã*, enquanto elementos que contribuem para a pós-verdade. O quarto objetivo específico é examinar a caracterização do personagem Romano Braggadocio como caricatura do conspiracionismo.

Vamos considerar, como hipótese, o argumento central de que as representações do jornalismo no último romance de Umberto Eco se relacionam com a pós-verdade em dois eixos. O primeiro pode ser observado nas práticas editoriais encampadas pela equipe do *Amanhã*, executadas premeditadamente para o fortalecimento de uma bolha ideológica, a partir da utilização de apelos emocionais na produção de conteúdo. O segundo eixo é a defesa irrestrita de teorias da conspiração pelo repórter Romano Braggadocio, a despeito de qualquer evidência documental ou científica que contrarie suas crenças, a ponto de plantar até no céptico Colonna a semente da dúvida.

Para dar conta dos objetivos propostos, a metodologia de pesquisa combina revisão bibliográfica e análise literária. A discussão sobre pós-verdade dialoga com autores que investigaram o fenômeno nos últimos anos, com destaque para Matthew D'Ancona (2018), Michiko Kakutani (2018), Eugênio Bucci (2018) e Lúcia Santaella (2019). Não nos furtaremos de apontar eventuais semelhanças e divergências conceituais entre seus trabalhos, tampouco de pontuar aspectos que mereceriam maior aprofundamento por parte dos autores. Já a análise da narrativa ficcional será dividida em dois momentos: inicialmente, buscando estabelecer relações entre os aspectos teóricos discutidos com as representações do jornalismo; em seguida, verificando como as teorias conspiratórias e o revisionismo histórico reverberam na caracterização de Romano Braggadocio.

Antes de prosseguirmos com o detalhamento do que será abordado em cada capítulo, é pertinente tecer alguns comentários sobre a relevância desta pesquisa, com base em três fatores. O primeiro deles é a constatação de que debates acadêmicos sobre as representações da pós-verdade na literatura ainda são incipientes. Conforme levantamento junto à Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), realizado em maio de 2022 e repetido um ano mais tarde,

nenhuma pesquisa publicada dedica-se exclusivamente a relacionar o fenômeno aqui examinado com a ficção literária. O único caso que se aproxima é a dissertação de Mariana Perizzolo Lencina, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), que analisa a representação do real no romance *Todos os Nomes*, de José Saramago, pelo viés da pós-modernidade. Lencina chega a discutir pós-verdade como manifestação pós-moderna, mas não utiliza o conceito como tópico central de análise, como estamos propondo.

Em segundo lugar, ainda sob o ponto de vista acadêmico, acreditamos que esta pesquisa pode fornecer novos elementos para a discussão da obra ficcional de Umberto Eco. Recorrendo novamente ao acervo da BDTD, é possível constatar que a maior parte das teses e dissertações dedicadas ao intelectual italiano foca em sua produção teórica ou no romance *O Nome da Rosa* (1980), como é o caso das dissertações de Lilian Monteiro de Castro, da Universidade de Brasília (UnB), e Laura Silva de Souza, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), entre outros trabalhos. A exceção fica por conta da tese de doutorado de Déborah Garson Cabral, da Universidade Estadual Paulista (UNESP), que analisa a estratégia narrativa dos três últimos romances publicados pelo italiano. Dessa forma, contempla *A misteriosa chama da Rainha Loana* (2004), *O Cemitério de Praga* (2010) e *Número Zero* (2015). Embora Déborah dedique um capítulo à trama do jornal *Amanhã*, é válido destacar, a critério de diferenciação, que o foco da nossa pesquisa não está na estratégia narrativa, mas nas representações do jornalismo presentes no romance.

Por último, mas não menos importante, a relevância deste estudo se justifica no âmbito da interdisciplinaridade e suas possíveis contribuições sociais, ao trazer para o Programa de Pós-Graduação em Letras e Cultura da Universidade de Caxias do Sul (PPGLet/UCS) o debate acerca dos descaminhos da comunicação na contemporaneidade. Como jornalista de formação, entendo que o fenômeno da pós-verdade, por vezes utilizado equivocadamente como um simples sinônimo para mentira ou *fake news*, não apenas coloca em risco o futuro do jornalismo profissional, como também acarreta implicações sociais graves. A guinada nacionalista dos últimos anos e o desgaste das instituições democráticas na Europa e nas Américas, como veremos logo mais, são exemplos preocupantes. Dessa forma, mesmo sem o distanciamento temporal necessário para empreendermos uma

análise mais abrangente sobre o fenômeno, consideramos este um momento oportuno para explorar as possibilidades que o frescor dos acontecimentos recentes nos oferece.

Voltando à estrutura da dissertação: logo após este texto introdutório, o segundo capítulo discute o fenômeno da pós-verdade e suas principais características. Na primeira seção, buscamos localizar suas possíveis origens, seja pela imagem do colapso da confiança no *establishment*, descrito por D'Ancona (2018), ou da ascensão do relativismo pós-moderno e da subjetividade individualista, como defende Kakutani (2018). Na sequência, analisamos o papel exercido por emoções e crenças na formação das bolhas ideológicas (também chamadas de bolhas filtradas ou câmaras de eco, conforme o autor), além de estabelecer uma diferenciação conceitual entre pós-verdade, mentira e notícias falsas. Por fim, identificamos a ascensão das *fake news*, do negacionismo científico e das teorias conspiratórias como manifestações predominantes deste contexto.

O terceiro capítulo, disposto em duas seções, analisa a ambientação e as práticas editoriais da redação na qual se passa boa parte da trama de *Número Zero*. Inicialmente, apresentamos ao leitor um resumo do enredo e breves considerações sobre os personagens principais e secundários. Também discutimos se o planejamento das pautas tem a intenção premeditada de alimentar uma bolha ideológica, como pressupomos na hipótese. Já na segunda seção, analisamos uma série de trechos que mostram a exploração de emoções em reportagens supostamente factuais, o que contradiz a objetividade exigida pelo texto jornalístico e dialoga com uma das características primordiais da pós-verdade. Além do referencial teórico, a análise se ampara em orientações que constam nos manuais de redação dos três jornais brasileiros de maior relevância nacional: *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*.

Logo depois, o quarto capítulo examina a caracterização de Romano Braggadocio, repórter faladrão que passa a maior parte da narrativa tentando provar sua ideia fantasiosa de que o ditador fascista Benito Mussolini tenha fugido para a Argentina ao término da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A análise do personagem está organizada em duas seções. Na primeira, conferimos quais dos sete sinais do pensamento conspiratório, propostos por Lewandowsky e Cook (2020), encontram respaldo no comportamento de Braggadocio. Na sequência,

verificamos em que medida a narrativa propagada pelo personagem em *Número Zero* corresponde às cinco características das teorias da conspiração, listadas por Keeley (1999).

Para encerrar, as considerações finais trazem um balanço dos dois anos dedicados a esta pesquisa, a fim de verificar se os objetivos estabelecidos foram cumpridos ao longo do trabalho. Também avaliamos até que ponto nossa hipótese pode ser considerada válida. Por último, tecemos comentários acerca das possíveis contribuições acadêmicas e sociais proporcionadas por este trabalho, tanto no campo dos estudos literários quanto no da comunicação e do jornalismo. Por se tratar de uma temática ainda pouco explorada, também elencamos algumas possibilidades de futuras abordagens investigativas sobre a pós-verdade, tendo em vista que o rigor científico pode ser um caminho promissor para compreendermos o atual contexto histórico-cultural de forma mais adequada. Afinal, só podemos enfrentar os desafios daquilo que conhecemos em profundidade.

2 CRENÇAS E CONSPIRAÇÕES: O FENÔMENO DA PÓS-VERDADE

Os personagens Colonna e Braggadocio mal se conheciam. Eles trabalhavam juntos há pouco mais de duas semanas no planejamento do jornal *Amanhã*. O primeiro, como assistente de direção, cargo de fachada que lhe permitia escrever o livro de memórias encomendado pelo diretor de redação. O outro, como um dos repórteres contratados para dar vida ao projeto do comendador Vimercate. A falta de intimidade entre os dois não impediu que Braggadocio convidasse o colega para beber algumas taças de vinho após o expediente, em uma taverna reservada, no centro da cidade, para que pudesse compartilhar um segredo que estava lhe atormentando. Nas palavras do repórter, o assunto seria “capaz de vender cem mil exemplares do *Amanhã*” (Eco, 2015, p. 99). Um furo jornalístico que, se comprovado, renderia fama, dinheiro e quem sabe até um Pulitzer.

O segredo supostamente desvendado? Ao contrário do que consta nos livros de história e nos registros jornalísticos da época, o ditador fascista Benito Mussolini não teria sido morto pela resistência italiana em 28 de abril de 1945, mas escapado com o auxílio do arcebispo de Milão, sob as ordens do papa Pio XII. Conforme relato de Braggadocio, horas antes de ser capturado pelos *partisans*⁸ na comuna de Musso, próximo à fronteira com a Suíça, o “Duce”⁹ teria trocado de lugar com um sócia. Coube ao dublê o destino que estava reservado ao ditador: o homem é morto por fuzilamento, tem o corpo pisoteado por uma multidão e termina exposto, em praça pública, pendurado de cabeça para baixo. Enquanto isso, o Mussolini original foge fantasiado de monsenhor, de convento em convento, até refugiar-se nos muros do Vaticano. Talvez tenha até conseguido embarcar para a Argentina, onde aguardaria pelo momento oportuno de retornar ao poder via golpe de Estado.

Guardadas as proporções, a ideia delirante de que Mussolini fugiu para a América do Sul disfarçado de padre não difere, em sua característica fundamental, das conspirações mais propagadas das últimas décadas. Um exemplo é a teoria de que a viagem da Apollo 11 à Lua não passou de uma farsa do governo dos Estados

⁸ Em tradução livre do francês, *partisan* significa “partidário”. “Os partisans foram grupos de resistência ao nazismo que se refugiavam em bosques, montanhas e pântanos, por toda a Europa” (Laranjeira, 2017, n.p.).

⁹ Em tradução livre do italiano, “duce” significa “líder”. Após a instalação do regime fascista na Itália, em outubro de 1922, no episódio que ficou conhecido como Marcha sobre Roma, “Il Duce” foi o tratamento que passou a ser utilizado pelos partidários do novo governo para se referir ao ditador Benito Mussolini (Alonso, 2022).

Unidos — segundo conspiracionistas, o pequeno passo de Neil Armstrong não foi em solo lunar, mas em alguma montanha árida no Estado de Nevada (Hancock, 2019). Ou então a recente teoria fantasiosa de que as vacinas contra a covid-19 alterariam o DNA humano, colocando em risco a saúde de quem fosse imunizado. Houve quem acreditasse na existência de um plano nefasto de Bill Gates, cofundador da Microsoft, para implantar microchips rastreáveis nos vacinados. E ainda que laboratórios estariam utilizando tecido pulmonar de fetos abortados na produção dos imunizantes (Carmichael; Goodman, 2020).

A característica fundamental compartilhada pelas teorias da conspiração aqui mencionadas não é a falta de verossimilhança ou o caráter absurdo, mas sim o apelo emocional implícito que pode ser traduzido na seguinte sentença: “Eles estão te enganando!”. A ideia de que existe uma verdade oculta, mantida em segredo por elites econômicas, políticas e acadêmicas, é um dos fatores que ajudam a explicar a popularidade das teorias conspiratórias junto a parcelas significativas da população. Afinal, ninguém gosta de se sentir lesado ou enganado, ainda mais por grupos poderosos. Não por acaso, conforme pesquisa realizada em 2019 pelo instituto britânico YouGov, um em cada seis cidadãos do Reino Unido duvidava que os estadunidenses realmente tivessem pousado na Lua (Veiga, 2019).

Embora chamativas, devido ao aspecto *nonsense*, as teorias conspiratórias são apenas uma das manifestações que ganharam impulso neste contexto social que vem sendo chamado de pós-verdade. Elas fazem companhia a outros sintomas igualmente importantes, como a maré de negacionismo científico, a proliferação de *fake news* e o revisionismo histórico. Abordaremos essas manifestações de forma detalhada na seção 2.3. Antes disso, para contemplar o fenômeno com o devido rigor científico que ele demanda, consideramos necessário refletir sobre suas possíveis origens, bem como suas características primordiais: a formação de bolhas ideológicas¹⁰ e o predomínio de crenças e emoções sobre a racionalidade.

¹⁰ A nomenclatura utilizada para essa característica varia conforme o autor analisado. Santaella (2019), por exemplo, utiliza o termo “bolha filtrada”, uma tradução para *filter bubbles*, expressão em inglês cunhada por Eli Pariser. Já D’Ancona (2018) opta por “filtro bolha” ou “triagem homofílica”, como veremos na seção 2.2. Nesta dissertação, optamos pela terminologia “bolha ideológica”, que dialoga com as características elencadas por Kakutani (2018), para quem o traço definidor desses grupos sociais é o isolamento em torno de crenças e interesses compartilhados. A nomenclatura toma por base o significado mais usual, do ponto de vista sociológico, para o termo ideologia: “conjunto de crenças, valores e atitudes culturais que servem de base e, por isso, justificam até certo ponto e tornam legítimos o *status quo* ou movimentos para mudá-lo” (Johnson, 1997, p. 126).

2.1 A CRISE DA RACIONALIDADE: EM BUSCA DAS ORIGENS

Em setembro de 2008, o tradicional banco norte-americano *Lehman Brothers* declarou falência devido a dívidas acumuladas que superavam US\$ 610 bilhões. A instituição, fundada em 1847, empregava mais de 25 mil pessoas ao redor do mundo. Na mesma semana, bolsas de valores registraram quedas expressivas em Nova York, Londres e Paris. Em efeito cascata, bancos europeus que até então aparentavam solidez financeira congelaram recursos ou pediram ajuda aos governos locais. Foi o caso do francês *PNB Paribas* e do britânico *Northern Rock*. No mês seguinte, o governo britânico anunciava um pacote de aproximadamente £ 500 bilhões — equivalente a US\$ 700 bilhões — para socorrer o sistema financeiro do país. Nos Estados Unidos, enquanto milhares de famílias perdiam suas casas por inadimplência das hipotecas, o Senado aprovava às pressas um resgate de US\$ 700 bilhões aos bancos (Crise..., 2021).

A crise financeira de 2008, que colocou a economia global em recessão¹¹, é descrita pelo jornalista e pesquisador britânico Matthew D’Ancona (2018) como ponto culminante de um longo processo de erosão da confiança no *establishment*¹², iniciado na segunda metade do século XX. O autor argumenta que, nas últimas décadas, os quatro pilares das democracias ocidentais foram constantemente desgastados, de modo que entraram em colapso. Além dos especialistas do mercado financeiro, que não foram capazes de minimizar os impactos sociais da crise imobiliária, caíram no descrédito a classe política, a imprensa profissional e o sistema de produção do conhecimento científico. São marcas deste novo cenário, segundo o autor, a substituição da racionalidade pela emoção, bem como o surgimento de movimentos nacionalistas e autoritários. “Entramos em uma nova fase de combate político e intelectual, em que ortodoxias e instituições democráticas

¹¹ Conforme números do Banco Mundial, a economia global caiu 1,7% em 2009, configurando o primeiro quadro de recessão desde 1993. Já a taxa de desemprego global, calculada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), subiu de 5,4% para 6% da população economicamente ativa. Na Espanha, a taxa de desemprego chegou a atingir 26% em 2013 (Crise..., 2021).

¹² Conforme definição do *Oxford Dictionary*, podemos compreender por *establishment* “a ordem ideológica, econômica, política e legal que constitui uma sociedade ou um Estado” (Establishment, 2022, n.p.). Estamos falando, portanto, das instituições que sustentam o modelo ocidental de democracia representativa, tais como governos nacionais, sistema financeiro, universidades e órgãos de imprensa.

estão sendo abaladas em suas bases por uma onda de populismo ameaçador” (D’Ancona, 2018, p. 19).

De acordo com D’Ancona (2018), por mais confortável que seja apontar a vitória eleitoral de Donald Trump como um início simbólico para o fenômeno da pós-verdade, suas raízes são mais complexas. O descrédito norte-americano em relação à classe política, por exemplo, teria suas origens no escândalo de *Watergate*, quatro décadas antes, em 1972. Naquele ano, durante a campanha presidencial que reelegeu o republicano Richard Nixon, cinco homens foram presos pela invasão do Comitê Central do Partido Democrata, nos edifícios Watergate, em Washington DC. Investigação do jornal *The Washington Post* revelou que assessores de Nixon estavam diretamente envolvidos no caso de espionagem, culminando na abertura de um processo de *impeachment* e na renúncia do presidente, dois anos mais tarde. Nas décadas seguintes, a descoberta das manipulações de dados oficiais sobre a Guerra do Vietnã e o escândalo sexual envolvendo o presidente democrata Bill Clinton contribuíram para aprofundar ainda mais a distância entre cidadãos comuns e classe política.

A imprensa profissional, terceiro pilar do *establishment*, também foi abalada por escândalos. No Reino Unido, conforme relembra D’Ancona (2018), o popular apresentador de televisão Jimmy Saville foi acusado, após sua morte, em 2011, de ter cometido mais de 60 abusos sexuais em um hospital público no qual fazia ações beneficentes. Segundo relatório elaborado a pedido do Serviço Nacional de Saúde¹³, as vítimas tinham entre 8 e 40 anos de idade. Em 2013, documentos revelados pela Polícia Metropolitana de Londres indicavam que o caso era ainda mais grave, ao apontar que Saville “cometeu abusos sexuais entre 1955 e 2009 em hospitais, centros de atendimento a doentes mentais, hospícios e até na BBC, e que 73% de suas vítimas eram menores de 18 anos” (Ex-apresentador..., 2015, n.p.). O escândalo, segundo D’Ancona (2018), abalou a credibilidade da BBC, visto que muitos dos abusos sexuais foram cometidos nas dependências da emissora.

O autor ainda cita outro episódio que pôs em xeque a confiança nos procedimentos adotados pela imprensa. Em 2011, a descoberta de que o tabloide britânico *News of the World* se utilizava de grampos ilegais em busca de furos de reportagem levou ao fechamento do jornal. O esquema de escuta telefônica atingiu

¹³ Tradução livre da nomenclatura original em inglês: *National Health Service*.

mais de 3 mil pessoas, incluindo lideranças políticas, celebridades e até membros da família real. D’Ancona (2018) atesta que o “escândalo britânico relativo aos grampos telefônicos — em combinação com as dificuldades financeiras da mídia impressa na era digital — colocou em perigo a confiança do público no próprio jornalismo, que é necessária mais do que nunca” (D’Ancona, 2018, p. 45).

Por último, até mesmo o conhecimento científico foi gradativamente posto à prova, em movimento iniciado ainda nos anos 1950 pela indústria de tabaco estadunidense. Preocupados com o impacto comercial das pesquisas que relacionavam o tabagismo às doenças respiratórias, como o câncer de pulmão, os empresários do setor destinaram recursos para uma organização paralela de pesquisa, batizada de Comissão de Investigação da Indústria do Tabaco¹⁴.

O que tornou a comissão tão significativa foi a sutileza de seus objetivos. Ela não procurou vencer a batalha imediatamente, mas, sim, questionar a existência de um consenso científico. Foi projetada para sabotar a confiança do público e estabelecer uma falsa equivalência entre aqueles cientistas que detectaram uma ligação com o uso do tabaco e o câncer de pulmão e aqueles que os desafiaram. O objetivo não era a vitória acadêmica, mas a confusão popular (D’Ancona, 2018, p. 46).

A mesma estratégia de tumultuar o debate acadêmico seria adotada, décadas mais tarde, por negacionistas do aquecimento global, terraplanistas e movimentos antivacina. A expansão desses grupos de postura anticientífica, de acordo com D’Ancona (2018), contou com a leniência da imprensa. Ao abrir espaços de discussão para uma minoria negacionista, sob o pretexto da imparcialidade jornalística, os veículos de comunicação contribuíram para sua legitimação junto à opinião pública. Uma vez semeada a dúvida, o discurso científico jamais retomaria o status privilegiado que desfrutava até a metade do século XX.

Quem também investiga as raízes da pós-verdade é a crítica literária norte-americana Michiko Kakutani (2018), ganhadora do Pulitzer em 1998. Enquanto D’Ancona (2018) associa as origens do fenômeno ao colapso dos quatro pilares do *establishment*, Kakutani argumenta que existem dois fatores basilares para o cenário que ela chama de “declínio da razão”. O primeiro é a ascensão do relativismo pós-moderno¹⁵; o segundo, a escalada da subjetividade. A combinação desses

¹⁴ Tradução livre da nomenclatura original em inglês: *Tobacco Industry Research Committee*.

¹⁵ Em *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*, D’Ancona (2018) chega a dedicar um capítulo para discutir o pensamento pós-moderno. Enquanto Kakutani (2018) classifica tal

fatores tornou fora de moda a busca por qualquer verdade que se pretenda absoluta. Em vez disso, as opiniões individuais se sobrepuseram aos interesses coletivos. A autora constata que “ondas de populismo e fundamentalismo estão fazendo com que as pessoas recorram mais ao medo e à raiva do que ao debate sensato, corroendo as instituições democráticas e trocando os especialistas pela sabedoria das multidões” (Kakutani, 2018, p. 12).

O primeiro fator basilar, a ascensão do relativismo, teve sua origem nas guerras culturais dos anos 1960, sobretudo em movimentos de contracultura e círculos acadêmicos adeptos ao pós-modernismo. Kakutani (2018) chama atenção para o fato de que o questionamento das narrativas universais¹⁶ ganhou respaldo, inicialmente, entre intelectuais da chamada Nova Esquerda, como um contraponto ao caráter eurocêntrico e hegemônico do Iluminismo. Crítica ao modo de produção capitalista, ao mesmo passo que desiludida com os rumos da experiência soviética, essa corrente “argumentava que não existem verdades universais, apenas pequenas verdades pessoais — percepções moldadas pelas forças sociais e culturais de um indivíduo” (Kakutani, 2018, p. 17). Ironicamente, com o passar do tempo, o relativismo acabou migrando no espectro ideológico, sendo utilizado por populistas de direita e grupos negacionistas.

Podemos afirmar com segurança que Trump nunca teve contato com as obras de Derrida, Baudrillard ou Lyotard (se é que já ouviu falar deles), e os pós-modernistas dificilmente poderiam ser culpados por todo esse niilismo que paira livremente pelo planeta. Mas alguns corolários simplificados de seu pensamento se infiltraram na cultura popular e foram sequestrados pelos defensores do presidente, que querem usar seus argumentos relativistas para desculpar suas mentiras, e por direitistas que querem questionar a evolução, negar a realidade das mudanças climáticas ou divulgar fatos alternativos (Kakutani, 2018, p. 53-54).

Em sua crítica às implicações sociais do pensamento pós-moderno, especialmente sua infiltração deformada na cultura popular, Kakutani (2018) faz uma

corrente de pensamento como uma das origens da pós-verdade, D’Ancona (2018) a descreve como a ideologia predominante do período. Esse é um dos pontos de divergência entre os autores.

¹⁶ As narrativas universais, também chamadas por Lyotard (2002) de metanarrativas, são os grandes sistemas filosóficos ou explicações totalizantes da realidade. Alguns exemplos são a razão iluminista, no campo científico; o liberalismo e o marxismo, no pensamento econômico; e a tradição judaico-cristã, no âmbito filosófico-religioso. Vale lembrar que, a partir do século XVII, o mundo ocidental passou por transformações significativas, como o início da produção industrial em larga escala (Revolução Industrial), a ascensão da burguesia ao poder político (Revolução Gloriosa, no Reino Unido, e Revolução Francesa) e a consolidação do Iluminismo como tendência intelectual dominante (Revolução Científica). Essa tríade consolidou o chamado paradigma da modernidade.

ponderação que deve ser mencionada. No campo artístico, como na literatura, na música ou no cinema, o pós-modernismo deu origem a obras inovadoras e disruptivas, de Thomas Pynchon a David Bowie. Sem esquecermos, é claro, do próprio Umberto Eco. *O Nome da Rosa*, publicado em 1980, é considerado um romance pós-moderno por excelência, ao trazer características como intertextualidade, reinterpretação ficcional do passado e camadas múltiplas de realidade, para citar apenas alguns aspectos. Não se discute, portanto, a relevância dessa tendência enquanto corrente estética.

O problema, na interpretação da autora, foi a exploração indiscriminada do ideário pós-moderno, o que abriu um precedente perigoso para relativizações do pensamento científico e também para o revisionismo histórico. “Quando aplicadas às ciências sociais e à história, no entanto, as teorias pós-modernas acabaram dando origem a todo tipo de implicações filosóficas, tanto intencionais quanto não intencionais [...]” (Kakutani, 2018, p. 55). Um exemplo didático dessas implicações foi o surgimento, nas últimas décadas, de grupos que negam a existência do Holocausto¹⁷ e rejeitam quaisquer evidências científicas acerca das vacinas e do aquecimento global.

O argumento pós-moderno de que todas as verdades são parciais (e dependem da perspectiva de uma pessoa) levou ao argumento de que existem diversas maneiras legítimas de entender ou representar um acontecimento. Isso tanto encorajou um discurso mais igualitário quanto possibilitou que as vozes dos outrora excluídos fossem ouvidas. Mas também foi explorado por aqueles que quiseram defender teorias ofensivas ou desacreditadas, ou equiparar coisas que não podem ser equiparadas (Kakutani, 2018, p. 87).

Não bastassem os impactos do relativismo pós-moderno, Kakutani aponta um segundo fator fundamental para a consolidação da pós-verdade: a escalada da

¹⁷ Entendemos por Holocausto “a perseguição sistemática e o assassinato de 6 milhões de judeus europeus pelo regime nazista alemão, seus aliados e colaboradores” (Museu Memorial do Holocausto dos Estados Unidos, 2023, n.p.). A utilização do termo, como demonstra Danzinger (2007), não é consenso acadêmico. Pensadores como o italiano Giorgio Agamben evitam a expressão Holocausto devido sua conotação bíblica de sacrifício, o que não corresponde à perseguição sistemática efetuada pelo regime nazista, tampouco aos movimentos de resistência dos judeus na Europa. Dessa forma, alguns autores preferem a utilização do termo Shoah, palavra de origem hebraica que significa “catástrofe” ou “destruição”. Por mais que reconheçamos a importância da problematização do termo, optamos, nesta dissertação, pelo uso de Holocausto para fazer referência à perseguição planejada e ao assassinato de judeus durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). A decisão leva em conta a recorrência do termo no Brasil, o que pode facilitar o entendimento do leitor, bem como sua utilização nos diálogos entre os personagens Colonna e Braggadocio no romance *Número Zero*.

subjetividade, a partir dos anos 1970, em especial no contexto norte-americano. Em resumo, foi quando as aspirações individuais tornaram-se mais importantes do que anseios coletivos ou comunitários. Kakutani (2018) menciona dois autores que examinaram o mesmo período de modo contrastante. Por um lado, o historiador Christopher Lasch alertava para a emergência de uma cultura do narcisismo, fruto do clima de pessimismo que se instalou nos Estados Unidos e em países ocidentais após a derrota na Guerra do Vietnã. O jornalista Tom Wolfe, em contrapartida, via na escalada do indivíduo um ato de liberdade “impulsionado pelo boom econômico do pós-guerra, que havia deixado as classes média e operária com tempo livre e renda disponível para se envolver no tipo de atividade inútil outrora reservado aos aristocratas” (Kakutani, 2018, p. 74).

Independentemente do viés que se adote na oposição entre o pessimismo de Lasch e o entusiasmo de Wolfe, o cerne da questão é que o reforço da subjetividade observado a partir da década de 1970 significou a prevalência da individualidade frente a qualquer narrativa até então considerada universal. Essa mudança de perspectiva carrega implicações sociais preocupantes. Afinal, se o indivíduo é mais importante que o coletivo, e a verdade se tornou relativa até mesmo na ciência, as opiniões passam a valer mais do que os fatos. Isso é decisivo para a falsificação da realidade factual e para a circulação de teorias conspiratórias. Em *Número Zero*, como veremos no quarto capítulo, o personagem Romano Braggadocio se mostra indiferente a fatos históricos, apesar de atuar como repórter. Para ele, mais vale sua hipótese fantasiosa sobre a fuga de Mussolini do que qualquer relato feito por historiadores ou jornalistas.

Não podemos deixar de fora da discussão sobre as possíveis origens da pós-verdade os apontamentos do norte-americano Ralph Keyes (2018), primeiro autor a tratar do assunto em livro. *A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea*, publicado originalmente em 2004, traz uma interessante reconstituição histórica sobre o papel da mentira, de Platão ao século XXI. Utilizando-se de um tom por vezes moralista, o autor afirma que vivemos em um contexto de “rotinização da desonestidade”. Isto é, um cenário em que as mentiras deixaram de ser penalizadas e passaram até mesmo a ser facilitadas. “Enganar os outros tornou-se algo como uma atividade de lazer. Somos ambivalentes a esse respeito: desculpamos as nossas próprias mentiras ao mesmo

tempo em que ficamos consternados com a prevalência da desonestidade” (Keyes, 2018, p. 16).

Deixando de lado o raciocínio simplista de que nossos antepassados eram menos propensos a contar mentiras, é pertinente listar os dois fatores que, no entendimento do autor, estão na origem da pós-verdade. O primeiro é o declínio da vida comunitária. O outro, é a ascensão do relativismo pós-moderno, como já vimos Kakutani (2018). A interpretação dos dois, inclusive, carrega semelhanças. Para Keyes (2018), em que pese a importância acadêmica das abordagens pós-modernas de questionar a parcialidade da produção científica, o problema foi a transposição acrítica do mesmo raciocínio para além dos bancos universitários. O resultado foi a relativização da verdade na esfera das relações pessoais. “Uma vez que decidamos que a verdade é um construto social, segue-se facilmente que mentir pode não ser tão ruim afinal. Se não existe algo como a verdade, o que constitui uma mentira?” (Keyes, 2018, p. 144).

O aspecto diferencial na abordagem de Keyes (2018) é o papel atribuído ao processo de urbanização como facilitador da desonestidade. O raciocínio é o seguinte: as pequenas comunidades são lugares de pertencimento, onde os membros sentem-se responsáveis uns pelos outros. Para funcionar em harmonia, a vida comunitária demanda o estabelecimento de laços internos de cooperação e confiança. Seguindo a lógica do autor, é muito mais difícil contar mentiras para pessoas que conhecemos; não porque aflora um suposto instinto ético nessas relações, mas pelo medo de sermos desmascarados ou expostos como desonestos.

Se éramos mais honestos nos nossos relacionamentos uns com os outros em eras passadas, como acredito que fôssemos, não era tanto porque éramos mais conscientes, mas porque tantas das nossas interações ocorriam em rostos familiares. Aqueles que se conhecem bem podem não ser menos propensos a contar mentiras do que seus primos desconectados, mas hesitam por medo das consequências. Há duas razões básicas para se evitar mentir: (1) porque é errado e (2) porque podemos ser pegos (Keyes, 2018, p. 43).

O mesmo cenário não se aplica aos grandes centros urbanos. Se você for morador de uma cidade com centenas de milhares ou milhões de habitantes, é provável que suas conexões pessoais mais profundas estejam restritas a um pequeno grupo composto por familiares, amigos e colegas de trabalho. Talvez você mal conheça outros moradores do bairro e até mesmo vizinhos de andar, salvo

encontros fortuitos no elevador. Por consequência, o risco de ser pego em flagrante no ato de mentir diminui consideravelmente, abrindo caminho para diversos níveis de enganação e falsidade.

Entre os autores brasileiros selecionados para compor nosso referencial teórico, Lucia Santaella (2019) e Eugênio Bucci (2019) apresentam argumentos diferentes no que diz respeito às raízes do fenômeno aqui estudado. Começamos por Santaella, doutora em Teoria Literária e livre-docente em Ciências da Comunicação na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Seu livro *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?*, publicado em 2019, investiga primordialmente a formação das bolhas ideológicas — chamadas pela autora de bolhas filtradas — e a propagação de notícias falsas. A autora também discute a crise da verdade no jornalismo, nas ciências e nas artes, além de tentar responder a pergunta que dá título à obra. Embora não se aprofunde na discussão sobre possíveis origens, Santaella (2019) ressalta que o surgimento da internet representou uma transformação significativa na cadeia de produção e consumo de informação. Se antes poucas pessoas podiam ter suas ideias publicadas — em jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão —, agora qualquer usuário conectado à rede mundial de computadores pode alcançar um público praticamente ilimitado.

Quebraram-se, assim, para as pessoas, as instituições tradicionais não apenas de transmissão de informação, mas também aquelas responsáveis pela divulgação do conhecimento. Isso tem levado, por exemplo, ao extremo da descrença na crise climática e até a aberrações lastimáveis como a da terra plana de que resultam crenças parcialmente verdadeiras, majoritariamente falsas até as redondamente falsas (Santaella, 2019, p. 52).

Por outro lado, Eugênio Bucci (2019), professor titular da ECA/USP, argumenta que o fenômeno da pós-verdade tem suas raízes no processo de crise da verdade factual na sociedade contemporânea, no sentido do termo atribuído por Hannah Arendt (1906-1975). No ensaio *Verdade e Política*, publicado originalmente em 1967, na revista *The New Yorker*, a filósofa alemã defende a existência de dois tipos de verdade. A verdade racional se aplica ao conhecimento científico, filosófico e matemático, como a constatação de que a água ferve a 100°C ou que o quadrado da hipotenusa é igual à soma dos quadrados dos catetos. A verdade factual, por sua

vez, corresponde ao campo dos acontecimentos, constituindo matéria-prima para o jornalismo.

De acordo com Arendt (2011), o oposto da verdade racional “é ou o erro e ignorância, como nas Ciências, ou ilusão e opinião, como na Filosofia” (Arendt, 2011, p. 288). Já o contrário da verdade factual é a mentira ou a falsificação da realidade. “A marca distintiva da verdade fatural consiste em que seu contrário não é o erro, nem a ilusão, nem a opinião, nenhum dos quais se reflete sobre a veracidade pessoal, e sim a falsidade deliberada, a mentira” (Arendt, 2011, p. 308). Sendo assim, ao tomar o ensaio de Arendt como ponto de partida, Bucci (2019) afirma que a pós-verdade está situada no campo da verdade factual. O autor observa que:

As democracias mais estáveis do planeta estariam ingressando numa era em que os relatos sobre os acontecimentos perderam referência na verdade factual (ou “verdade de facto”, ou ainda, a verdade que se extrai da verificação honesta e do relato fidedigno dos fatos e dos acontecimentos) (Bucci, 2019, p. 10-11).

Bucci (2019) argumenta que a crise da verdade factual teve suas origens no desencanto com a modernidade. Afinal, as revoluções liberais dos séculos XVIII e XIX prometeram um caminho de paz, crescimento econômico e inovações tecnológicas que melhorariam significativamente a qualidade de vida da população. A primeira metade do século XX, no entanto, entregou duas guerras mundiais, em que jovens soldados morriam aos milhares nas trincheiras e judeus eram sistematicamente perseguidos em guetos e mortos em campos de concentração. A ciência, enquanto isso, “em vez de abrir as vias para a plenitude da vida, investia na produção de forças destrutivas, como a bomba atômica” (Bucci, 2019, p. 33). A paz, o desenvolvimento econômico e a tecnologia em benefício do ser humano pareciam, diante do horror das guerras, apenas falsas promessas.

Ao colocar em diálogo os argumentos trazidos nesta seção, é possível tecer alguns comentários. Em relação a D’Ancona (2018), por mais que a imagem dos pilares do *establishment* em colapso seja bastante didática, nos parece mais preciso falar em processo de desgaste. A utilização do termo “colapso” pode sugerir uma estrutura em vias de ruir por completo — vale lembrar que recorreremos a expressões como “colapso do Império Romano” ou “colapso da União Soviética” para fazer referência ao processo de dissolução desses Estados. Já os pilares do

establishment ocidental (classe política, imprensa profissional, especialistas do mercado e acadêmicos), mesmo com os abalos sofridos nas últimas décadas, não dão indícios de ruína total. Como observado pelo próprio autor, esses agentes mantêm suas vozes na arena da opinião pública, mesmo que sem o monopólio de tempos passados. De qualquer forma, seja pela ideia de colapso ou corrosão, os ataques às instituições democráticas precisam ser levados em conta em análises sobre o atual contexto histórico.

O raciocínio de Keyes (2018), por sua vez, esbarra na abrangência de seu recorte temporal e na dificuldade de verificação empírica. Embora pareça instigante relacionar a gênese da pós-verdade com o declínio da vida comunitária e a expansão dos centros urbanos, tal leitura abre uma brecha para interpretarmos que o fenômeno já estaria em gestação na sociedade europeia desde o século XVIII, quando a industrialização levou milhares de pessoas a trocar as comunidades rurais pela vida nas cidades. No entanto, considerando os autores discutidos até aqui, incluindo Keyes, os sintomas desse contexto social aparecem somente na segunda metade do século XX, durante a Guerra Fria. Além disso, a abordagem do autor peca por um vício de origem, ao relacionar diretamente o conceito de pós-verdade à propagação de mentiras, o que simplifica — e desperdiça — a complexidade do fenômeno. Os dois termos não são sinônimos, como veremos na próxima seção.

Santaella (2019), apesar de trazer diversos apontamentos relevantes sobre características e manifestações do fenômeno em questão, pouco discute as possibilidades de suas origens. Não nos parece suficiente estudar o contexto da pós-verdade apenas sob a ótica dos impactos gerados pelas redes digitais, visto que a utilização do termo remonta a 1992.

Por fim, as abordagens de Kakutani (2018) e Bucci (2019), apesar de trilharem caminhos diferentes, possuem uma proximidade implícita. No caso da autora norte-americana, a combinação do relativismo pós-moderno com a escalada da subjetividade nos ajuda a compreender as nuances de um contexto social em que os fatos perderam espaço para emoções, crenças pessoais e teorias da conspiração. Se a relativização pós-moderna resulta no declínio da verdade, como postula Kakutani (2018), é preciso ter em mente que estamos falando do mesmo tipo de verdade que Bucci (2019) afirma estar em crise, a verdade factual, que corresponde ao campo dos acontecimentos. Já o individualismo é quem vai permitir

que cada um busque, sem culpa, uma verdade para chamar de sua, seja ela baseada em fatos ou apenas sua própria vontade de acreditar em algo.

2.2 A EMOÇÃO FAZ A BOLHA: AS CARACTERÍSTICAS

Faltando pouco mais de uma semana para o segundo turno das eleições presidenciais de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a remoção de seis vídeos publicados nas redes sociais do então candidato Jair Bolsonaro, à época no Partido Social Liberal (PSL), por gerar desinformação e tumultuar o debate político. Nos conteúdos, o futuro presidente da República acusava seu adversário, o ex-ministro da Educação Fernando Haddad (PT), de ser responsável pela distribuição de um *kit gay* para estudantes de seis anos de idade, com a intenção de estimular “precocemente as crianças a se interessarem por sexo”. Em agosto daquele ano, durante sabatina no Jornal Nacional, da TV Globo, Bolsonaro chegou a exibir ao vivo um exemplar do livro *Aparelho Sexual e Cia: um guia inusitado para crianças descoladas*, do autor suíço Phillipe Chappuis, como suposta prova das acusações (Ramalho, 2018).

Conforme apuração da agência de checagem Aos Fatos e do serviço de monitoramento Fato ou Fake, que reúne veículos do Grupo Globo, o livro mencionado por Bolsonaro sequer fazia parte do programa Escola Sem Homofobia, chamado pejorativamente de *kit gay* por apoiadores do presidencialista. Elaborado em 2011 por entidades ligadas ao movimento LGBT, em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o projeto tinha por objetivo promover reflexão sobre a temática da diversidade entre estudantes do ensino médio, contemplando um público adolescente de 15 anos em diante. De qualquer modo, o material educativo jamais “chegou às escolas públicas brasileiras, tendo sido vetado pela então presidente Dilma Rousseff (PT) após pressão da Frente Parlamentar Evangélica na Câmara dos Deputados” (Moura; Cypreste, 2018, n.p.). É interessante notar que, apesar de desmentidos publicamente e removidos de plataformas como *Facebook* e *YouTube*, os vídeos sobre o assunto continuaram sendo compartilhados em mensagens privadas nas redes sociais.

Vejamos agora um caso europeu, ocorrido dois anos antes, de modo curiosamente semelhante. Nos meses que antecederam o referendo que confirmou

a saída do Reino Unido da União Europeia, os defensores do *Brexit* alegavam que a permanência no bloco onerava os cofres britânicos em 350 milhões de libras por semana. A cifra chegou a ser estampada em um ônibus que rodou a Grã-Bretanha, junto ao slogan “Vamos retomar o controle”¹⁸. A promessa era que, se o desmembramento saísse vitorioso das urnas, o valor deixaria de ser enviado a Bruxelas, sede dos principais órgãos da União Europeia, para ser destinado ao Serviço Nacional de Saúde, custeando investimentos em hospitais, compra de medicamentos e contratação de profissionais. Mesmo refutado pela imprensa britânica, uma vez que o montante repassado ao bloco era 50% menor, o argumento chegou a ser utilizado em entrevistas pelo então ministro das Relações Exteriores Boris Johnson (Cohen, 2016).

Ironicamente, menos de uma semana após o apertado triunfo¹⁹ no referendo, os líderes da campanha do *Brexit*, ligados majoritariamente ao Partido Conservador e ao Partido da Independência do Reino Unido, relativizaram e até mesmo rejeitaram as próprias declarações de campanha. O nacionalista Nigel Farage, por exemplo, alegou que nunca havia usado aqueles argumentos. Já Boris Johnson deixou de fazer aparições públicas nos dias seguintes à votação (Domínguez, 2016). Três anos mais tarde, ele chegou a ser convocado para depor em um tribunal de Londres, “acusado de ter mentido deliberadamente durante a campanha do referendo”. A ação, no entanto, foi recusada pela Suprema Corte em poucas semanas (Boris..., 2019). Johnson não apenas ficou isento de responsabilidade por suas declarações falsas, como também alcançou o posto de primeiro-ministro em julho de 2019, cargo que exerceu até setembro de 2022.

Os episódios aqui mencionados são didáticos para compreendermos as duas características básicas do fenômeno da pós-verdade, deduzidas a partir do diálogo com nosso referencial teórico: o predomínio das emoções sobre a racionalidade e a consolidação das bolhas ideológicas. Nas duas situações narradas, por mais que agências de checagem, veículos de imprensa e até mesmo órgãos governamentais tenham refutado os argumentos fantasiosos, eles foram capazes de mobilizar sentimentos como raiva, medo ou mesmo esperança. No caso brasileiro, a

¹⁸ Tradução livre do slogan original em inglês “Let’s take back control”.

¹⁹ Segundo dados da Comissão Eleitoral Especial, estabelecida para organizar o referendo, mais de 33,5 milhões de eleitores foram às urnas para decidir o futuro do Reino Unido como membro da União Europeia. A saída do bloco teve adesão de 51,9% dos votos (17,4 milhões de eleitores), enquanto 48,1% do eleitorado (16,1 milhões de pessoas) optou pela permanência (Reino..., 2016).

exploração do inexistente *kit gay* encontrou respaldo em uma parcela conservadora do eleitorado, que projetou em Haddad a imagem de alguém que colocaria em risco os valores cristãos, por meio da sexualização de crianças e do incentivo à homossexualidade. Já no exemplo britânico, a falsa promessa de melhorias no sistema público de saúde trouxe uma espécie de alento a trabalhadores que sentiram seu padrão de vida piorar significativamente nos anos anteriores, com aumento na taxa de desemprego e queda no poder de consumo.

Para aqueles que seguiram reproduzindo os argumentos de Bolsonaro e Johnson mesmo após desmentidos publicamente, pouco importava se em algum momento realmente houve distribuição do livro *Aparelho Sexual e Cia* para crianças, tampouco se o Reino Unido de fato enviava um montante semanal de 350 milhões de libras à União Europeia. O que realmente importava era a sensação de ter encontrado um discurso que, de certa maneira, dialogava com crenças compartilhadas por seus semelhantes. É possível observar, nos dois casos, uma simbiose entre o predomínio das emoções e o comportamento típico das bolhas ideológicas. Com a devida licença poética, podemos evocar o ditado popular “a união faz a força”, trocando algumas palavras para chegar a um significado contemporâneo: no contexto da pós-verdade, é a emoção quem faz as bolhas. Vejamos agora os motivos.

Matthew D’Ancona, Michiko Kakutani, Lucia Santaella e Eugênio Bucci, autores que nos ajudaram a reconstituir as origens do fenômeno, também teceram comentários pertinentes a respeito de suas características básicas. Vamos começar pelo fator emocional. Na interpretação de D’Ancona (2018), não é de hoje que as emoções fazem parte do jogo político das democracias ocidentais. O problema está no crescente protagonismo que os sentimentos têm adquirido nos processos decisórios, de modo a ofuscar a postura racional de repelir declarações mentirosas, descontextualizadas ou distorcidas. Para o jornalista britânico, as emoções constituem o “cerne do fenômeno da pós-verdade” (D’Ancona, 2018, p. 32). Ele traz como exemplo a relação estabelecida por Donald Trump junto ao eleitorado norte-americano em 2016, quando foi escolhido o 45º presidente da maior economia do planeta, apesar de acumular um histórico de declarações mentirosas:

Trump nunca foi um candidato *simpático*. As pesquisas de opinião mostraram que os norte-americanos estavam perfeitamente conscientes de

suas falhas de caráter. No entanto, Trump passou para eles uma empatia brutal, enraizada não em estatísticas, empirismos ou informações meticulosamente adquiridas, mas em um talento desinibido para a fúria, impaciência e atribuição de culpa. A afirmação de que ele era “franco” não significava — como poderia ter significado no passado — “ele está falando a verdade”. Em 2016, queria dizer: “Esse candidato é diferente, e talvez resolva minhas ansiedades e esperanças” (D’Ancona, 2018, p. 37, grifo do autor).

Mas como explicar que a mesma sociedade que abrigou cientistas e intelectuais europeus refugiados durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) tenha escolhido, algumas décadas depois, um presidente indiferente a evidências científicas e fatos históricos? Para D’Ancona (2018), a chave para entender esse processo está no já mencionado colapso da confiança no *establishment*. Na segunda metade do século XX, uma parcela significativa da população norte-americana passou a desconfiar de políticos tradicionais, jornalistas, especialistas do mercado financeiro e acadêmicos. A descrença generalizada deixou uma lacuna a ser preenchida. No momento em que as pessoas deixam de acreditar naquilo que era socialmente estabelecido, houve uma reação quase imediata de buscar um novo discurso para depositar sua confiança. Mesmo que esse discurso não fosse baseado na racionalidade, e reverberasse, de forma acrítica, sua própria visão de mundo. “Você escolhe sua própria realidade, como se escolhesse comida de um bufê. Também seleciona sua própria mentira, de modo não menos arbitrário” (D’Ancona, 2018, p. 57).

Trump foi eleito *mesmo mentindo* indiscriminadamente, dando declarações que colocavam em dúvida a existência do aquecimento global e prometendo a construção de um muro na fronteira com o México para barrar a entrada de imigrantes latinos. Isso não significa que os norte-americanos foram enganados. As declarações falsas não foram contestadas ou desmentidas somente após a posse, mas ainda durante o processo eleitoral. A questão é que falar a verdade, conforme apontam tais indícios, tornou-se uma virtude dispensável para boa parte do eleitorado — não apenas no contexto norte-americano, mas também no Reino Unido ou no Brasil, como vimos anteriormente. Em resumo, é como se o apoiador do *Brexit*, de Bolsonaro ou de Trump tenha pensado o seguinte: “tudo bem que eles estão mentindo, o importante é que falem a minha língua e concordem comigo”.

Na mesma linha de argumentação, Kakutani (2018) menciona a eleição de Donald Trump como um caso emblemático que evidencia o declínio da razão frente

aos apelos emocionais. Conforme a crítica literária, essa característica básica da pós-verdade está intimamente ligada a dois fatores. Em primeiro lugar, o crescente descaso pelos fatos concretos, resultado do relativismo pós-moderno que extrapolou o debate acadêmico e passou a ser reproduzido no cotidiano, como vimos na seção anterior. Consequentemente, a noção de narrativas universais que explicam o mundo ao nosso redor ficou fora de moda, sendo substituída por um caleidoscópio de narrativas fragmentadas, quase sob medida, como se cada indivíduo fosse dotado de uma verdade pessoal inegociável, de acordo com as próprias crenças. Isso pode parecer um sopro de democratização, mas foi o mesmo princípio utilizado por grupos que questionam evidências científicas, como a eficácia das vacinas e até mesmo o formato geóide do planeta Terra (Kakutani, 2018).

O segundo aspecto ligado ao predomínio das emoções é a corrosão e consequente apropriação da linguagem a serviço de interesses políticos. A explicação de Kakutani (2018) parte da literatura. No romance distópico *1984*, de George Orwell, o Ministério da Verdade do autoritário governo de Oceania impõe a chamada *novafala* (ou *novilíngua*, de acordo com a tradução), um idioma planejado para confundir e controlar a consciência dos cidadãos. Na interpretação da autora, a obra faz um alerta “sobre o quão rápida e insidiosamente um autocrata pode usar a linguagem como arma para suprimir o pensamento crítico, inflamar a intolerância e sequestrar a democracia” (Kakutani, 2018, p. 113).

É óbvio que, ao menos até o momento, os casos reais de corrosão e apropriação da linguagem foram menos dramáticos do que o representado por Orwell em seu romance distópico. No entanto, não é preciso fazer esforço para recordarmos de casos recentes, e próximos da nossa realidade, em que palavras foram esvaziadas de seu significado e figuras de linguagem foram repetidas à exaustão, apelando a emoções e preconceitos. No governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), as Forças Armadas do Brasil passaram a celebrar o golpe militar de 1964, que derrubou o governo civil de João Goulart e instaurou uma ditadura que durou 21 anos. Em 2020, o Ministério da Defesa chegou a descrever o golpe de Estado como “um marco para a democracia brasileira” (Gestão..., 2022, n.p.). À primeira vista, as apropriações de linguagem podem parecer mera disputa retórica, mas elas acabam abrindo brechas para a falsificação da história.

Algo semelhante aconteceu sistematicamente nos Estados Unidos durante o governo Trump (2017-2021). Não foram poucas as coletivas de imprensa na Casa Branca em que o presidente taxou matérias jornalísticas de *fake news*, invertendo o significado da expressão. Na lógica de Trump, o jornalismo profissional era *fake*, enquanto suas declarações eram verdadeiras, mesmo quando desmentidas pela imprensa e por agências de checagem. Kakutani (2018) constata que o ex-presidente recorreu à linguagem

como uma ferramenta para disseminar desconfiança e discórdia. E foi por isso que os regimes autoritários ao longo da história se apropriaram da linguagem corriqueira na tentativa de controlar não apenas a forma como as pessoas se comunicam, mas também como pensam — da mesma maneira que o Ministério da Verdade em 1984, de Orwell, tenta negar a existência da realidade externa e garantir que o Grande Irmão seja infalível (Kakutani, 2018, p. 111-112).

A prevalência das crenças e emoções sobre a racionalidade também é abordada por Bucci (2019). Assim como já vimos em D’Ancona e Kakutani, o autor brasileiro chama atenção para a importância dos aspectos emocionais na compreensão do fenômeno da pós-verdade. Um dos diferenciais de sua abordagem é o destaque dado aos impactos dessa característica na imprensa profissional, enquanto os outros autores focam mais nos seus usos políticos. Para Bucci (2019), o cenário de crise da verdade factual fez com que as notícias se tornassem, cada vez mais, um tipo de entretenimento. Isso significa, em outras palavras, a substituição da razão pela emoção, da apuração rigorosa dos fatos pelo sensacionalismo.

Uma notícia (falsificada, fraudulenta ou mesmo verdadeira, pouco importa) só se difunde à medida que corresponda a emoções, quaisquer emoções “positivas” ou “negativas”. Sobre o factual, predomina o sensacional — daí o sensacionalismo. Sobre o argumento, o sentimento ou o sentimentalismo. Esses registros da percepção e do sensível, que passam pelo desejo, pelo sensacional, pelo sentimental, proporcionam conforto psíquico aos indivíduos enredados em suas fantasias narcisistas (Bucci, 2019, p. 60-61).

Se a lógica racional perde espaço, até mesmo no jornalismo, para as regras típicas do entretenimento, é plausível inferir que a fidelidade aos acontecimentos torna-se menos importante do que as sensações que um conteúdo é capaz de causar no público. Não importa se as emoções provocadas são agradáveis ou não,

o que vale é manter o público emocionalmente mobilizado. Em *Número Zero*, o planejamento de pautas com intenção de provocar reação passional nos leitores é observável em mais de uma fala de Simej, o diretor do periódico, como veremos com mais detalhes nos capítulos destinados à análise literária.

O entendimento de que as emoções se tornaram mais importantes do que a racionalidade na formação da opinião pública nos leva à segunda característica fundamental da pós-verdade. Estamos falando da consolidação das bolhas ideológicas, formadas por grupos de indivíduos que compartilham crenças, costumes e interesses em comum. Nesses ambientes, narrativas que reforçam as visões de mundo de seus membros circulam livremente, imunes a qualquer contestação, mesmo quando falsas. Por outro lado, argumentos contrários ao pensamento hegemônico são instantaneamente repelidos, mesmo que tenham embasamento em fatos concretos.

Esse cenário não passou despercebido pelos autores abordados nesta revisão teórica, embora com interpretações diferentes entre si. Para D’Ancona (2018), por exemplo, a ascensão das bolhas pode ser atribuída à fragmentação típica do mundo em rede. Isso porque, conforme o autor britânico, o advento da internet teria representado um golpe fatal no colapso da confiança no *establishment*, uma vez que rompeu as hierarquias existentes na cadeia de produção e distribuição de informações. Antes da conexão global por computador, apenas um seleto grupo tinha a prerrogativa de, metaforicamente, subir no palanque da praça pública e se fazer ouvir. Era o caso de jornalistas, com seus espaços na imprensa convencional; de cientistas, no debate acadêmico; e de políticos ou especialistas diversos, em suas respectivas áreas de atuação.

A correlação de forças muda radicalmente no momento em que qualquer pessoa, desde que conectada à rede de computadores, passa a ter acesso ao seu próprio palanque, de alcance inestimável. A partir daí, proliferam os blogs e os relatos pessoais. O espaço antes ocupado apenas por vozes institucionalizadas passa a ser disputado por todos os usuários. D’Ancona (2018) chama esse novo cenário de “bazar digital”, evocando a imagem um tanto caótica dos mercados públicos. Enquanto na era da comunicação de massa²⁰ o fluxo de informações

²⁰ Conforme verbete no *Dicionário de Propaganda e Jornalismo* (1985), de Mário Erbolato, a comunicação de massa pode ser definida como “Mensagens dirigidas a um grande público, anônimo e heterogêneo, através dos vários veículos, entre eles os livros, jornais, revistas, cinemas e

seguia linhas verticais (um pequeno número de emissores comunica a um grande público de receptores), a era digital horizontalizou o processo, prometendo “democratização numa escala sem precedentes” (D’Ancona, 2018, p. 50).

Acontece que essa pluralidade de vozes não deve ser examinada somente à luz de seus benefícios. A conexão em escala global trouxe uma série de impactos culturais que ainda estão em processo de descoberta. Logicamente, nem todos são favoráveis. Em 2015, mesmo ano em que lançou o romance *Número Zero*, Umberto Eco declarou que as redes sociais “deram o direito à fala a legiões de imbecis que, anteriormente, falavam só no bar, depois de uma taça de vinho, sem causar dano à coletividade” (6 ideias..., 2016, n.p.). Na ocasião, a frase causou polêmica e desagradou os entusiastas das mídias digitais. No ano seguinte, contudo, o referendo do *Brexit* e a eleição de Donald Trump mostraram que o intelectual italiano tinha motivos para se preocupar. Em seu último romance, o personagem Romano Braggadocio personifica a figura do sujeito conspiracionista que propaga teorias fantasiosas. Ironicamente, trata-se de um repórter em atividade na imprensa.

D’Ancona (2018) argumenta que, se a proliferação de vozes até então silenciadas fez do ambiente digital uma espécie de bazar, com incontáveis vendedores tentando chamar atenção para sua mercadoria, a tendência é que direcionemos o olhar para quem já conhecemos. Essa procura por aqueles que pensam de modo semelhante é chamada pelo autor de “triagem homofílica”²¹. Ela é favorecida pela própria lógica de funcionamento dos algoritmos, que determinam o conteúdo que vemos online. Basta notar o que acontece quando buscamos por qualquer produto ou serviço no *Google*. Em questão de horas, somos expostos a dezenas de anúncios oferecendo exatamente aquilo que pesquisamos, de eletrodomésticos a viagens e até mesmo serviços sexuais:

emissoras de rádio e de televisão” (Erbolato, 1985, p. 90). No *Dicionário de Comunicação* (2001), de Gustavo Guimarães Barbosa e Carlos Alberto Rabaça, encontramos definição semelhante para o termo: “Comunicação dirigida a um grande público (relativamente numeroso, heterogêneo e anônimo), por intermediários técnicos sustentados pela economia de mercado, e a partir de uma fonte organizada (geralmente ampla e complexa) (Barbosa; Rabaça, 1998, p. 163).

²¹ A expressão remete ao conceito de *homofilia*, tomado por empréstimo das ciências biológicas. Conforme verbete do dicionário Michaelis, trata-se de um substantivo feminino que significa “Semelhança decorrente de uma mesma origem ou de um ancestral comum” (Homofilia, 2022, n.p.). Nos autores que compõem nosso referencial, verificamos a utilização do termo “triagem homofílica” como sinônimo para bolhas ideológicas somente em D’Ancona (2018) e Santaella (2019).

Que fique bem claro: isso não é um defeito de projeto. É aquilo que os algoritmos se destinam a fazer: conectar-nos com as coisas que gostamos, ou podemos vir a gostar. Trata-se de algo bastante responsivo ao gosto pessoal e — até agora — bastante cego à veracidade. A web é o vetor definitivo da pós-verdade, exatamente porque é *indiferente à mentira, à honestidade e à diferença entre os dois* (D’Ancona, 2018, p. 55, grifo nosso).

Kakutani (2018) concorda que a fragmentação proporcionada por sites, blogs e perfis em redes sociais favorece a consolidação das bolhas ideológicas, mas expande sua análise para além do ambiente digital, o que D’Ancona (2018) fez apenas de passagem. “Antes mesmo de sermos encerrados em bolhas com filtros impenetráveis pelos *feeds* de notícias do Facebook e pela busca do Google, já vivíamos em comunidades cada vez mais segregadas em termos de política, cultura, geografia e estilo de vida” (Kakutani, 2018, p. 131). Essa ponderação lança uma pista importante para a sequência de nossa pesquisa. Embora o fenômeno da pós-verdade seja associado frequentemente às redes sociais, quase como interdependentes, estamos falando de uma tendência anterior que foi apenas intensificada pela conectividade global. Ter isso em mente é fundamental para viabilizar nossa análise literária, visto que o romance de Umberto Eco se passa em 1992; antes, portanto, da popularização da internet.

A origem das bolhas, conforme a autora estadunidense, remonta aos anos 1980, como uma resposta conservadora à agitação social dos decênios anteriores. Na década de 1960, não por acaso chamada de Anos Rebeldes, o mundo testemunhou a ascensão do movimento *hippie* e da contracultura, os protestos estudantis na França, as manifestações contrárias à corrida nuclear e à Guerra do Vietnã, além dos avanços na liberação sexual e a icônica chegada da Apollo 11 à Lua. Os anos 1970, por sua vez, foram marcados pelo já mencionado escândalo de Watergate, assim como pelas guerras de independência de colônias portuguesas, pela crise global do petróleo e pela derrota dos Estados Unidos no Vietnã. Diante de tantas mudanças sociais em um espaço de tempo tão curto, não surpreende que tenha emergido uma reação conservadora de diversos grupos em busca de segurança junto aos seus semelhantes:

Em resposta, as pessoas encontraram um *senso de comunidade* em bairros, igrejas, clubes e outras organizações com ideias semelhantes às

suas. Essa dinâmica seria ampliada na velocidade da luz pela internet — por sites de notícias que abastecem pontos de vista ideológicos particulares, por fóruns de interesses específicos e pelas redes sociais, que ajudaram as pessoas a se isolarem ainda mais em bolhas de interesses compartilhados (Kakutani, 2018, p. 133, grifo nosso).

Segundo a genealogia das bolhas descrita por Kakutani (2018), os grupos formados pelo senso de comunidade foram radicalizando-se gradativamente. Em um intervalo de poucos anos, essas aglutinações de pessoas com crenças e interesses em comum tornaram-se cada vez mais fechadas às divergências. Metaforicamente, é como se um conjunto de indivíduos tivesse, inicialmente, se reunido em um amplo terreno ao ar livre. Depois, com o passar do tempo, instalado cercas para delimitar seu próprio espaço. Até que, na convivência com as mesmas ideias, repetidas incessantemente, tenham decidido erguer um muro para evitar o contato visual com os grupos vizinhos. Não bastasse o isolamento, começaram a jogar pedras sobre o muro para garantir que ninguém se aproximasse, atingindo quem não pensa da mesma forma.

Esse comportamento de repelir pontos de vista divergentes e consumir conteúdos que reforcem as próprias opiniões também foi examinado Santaella (2019). A autora chama o fenômeno de “bolhas filtradas”, tradução do termo em inglês *filter bubbles*, utilizado pela primeira vez em 2010 pelo ativista norte-americano Eli Pariser. No entendimento da autora, a característica central desses filtros é a repetição ininterrupta de crenças pré-existentes. É como se abrissemos o Spotify para ouvir a mesma música, exaustivamente, no modo repeat. Assim como já vimos D’Ancona (2018), essa tendência de reafirmação entre iguais é chamada por Santaella (2019) de homofilia. “As bolhas, portanto, são constituídas por pessoas que possuem a mesma visão de mundo, valores similares e o senso de humor em idêntica sintonia” (Santaella, 2019, p. 16-17).

O raciocínio da pesquisadora brasileira dialoga com o que já vimos em Kakutani (2018): ao contrário do que pode parecer em uma leitura superficial, as bolhas não surgiram somente na era da internet. Elas existem desde meados do século XX, como consequência da cultura de massa, com o público orbitando jornais e emissoras de televisão com base em um conjunto de valores compartilhados. Antes da conexão em rede proporcionada pelos computadores, leitores italianos de perfil conservador já consumiam preferencialmente o *Corriere della Sera*, ao passo

que o público de viés progressista orbitava o jornal *La Repubblica*, para utilizarmos como exemplo o cenário da comunicação de massa do país em que se passa a história de *Número Zero*. “A mente funciona por reconhecimento de padrões, sendo atraída por padrões já conhecidos em detrimento dos desconhecidos” (Santaella, 2019, p. 18). O início da era digital, portanto, não teria representado uma ruptura de comportamento, como postula D’Ancona (2018), apenas a aceleração de um processo já existente. No caso, o processo de aglutinação em bolhas movidas por interesses compartilhados.

O que mudou nos últimos anos, ainda conforme Santaella (2019), foi o volume de informações e estímulos a que estamos expostos, de modo constante, em computadores, tablets e celulares. O que também favoreceu essa aceleração foi a introdução da inteligência artificial no gerenciamento das bolhas filtradas, por meio dos algoritmos. Enquanto na era da comunicação de massa a formação desses grupos de interesses em comum dependia de uma ação humana e manual, como trocar o canal da TV ou comprar o jornal de sua preferência, a internet passou a entregar conteúdos personalizados automaticamente — um prato cheio para a consolidação das bolhas:

Os algoritmos são baseados nas próprias escolhas que fazemos, desenham as predileções de que damos notícia nas redes. Portanto, não é mais uma mera questão de apenas demonizar o poder das redes, pois elas não fazem outra coisa a não ser nos devolver o retrato de nossas mentes, desejos e crenças (Santaella, 2019, p. 16).

Assim como vemos em Santaella (2019), a repetição constante de crenças e opiniões está presente na descrição das bolhas feita por Bucci (2019). Na interpretação do autor, é como se esses grupos vivessem dentro de uma caixa espelhada, que reflete infinitamente a própria imagem de seus integrantes. Conforme Bucci (2019), a lógica de funcionamento das redes sociais, por meio dos algoritmos, favorece não só o surgimento de novas bolhas, como também o fortalecimento interno dos grupos ideológicos já existentes e seu distanciamento em relação ao pensamento divergente, atributo que o autor chama de “impermeabilidade ao dissenso”:

Na era das redes sociais, o indivíduo se encontra encapsulado em multidões que o espelham e o reafirmam ininterruptamente — são as

multidões de iguais, as multidões especulares, as multidões de mesmos. Vêm daí as tais “bolhas” das redes sociais, cujo traço definidor é a impermeabilidade ao dissenso, a ponto de uma comunidade de uma determinada bolha mal tomar conhecimento da outra (Bucci, 2019, p. 61).

O autor, no entanto, não estende sua análise sobre a dinâmica das bolhas ideológicas para além do ambiente digital, como fez Kakutani (2018). Dessa forma, apesar de considerarmos promissora a imagem da impermeabilidade ao contraditório na leitura das bolhas em tempos de redes sociais, é necessário pontuar que esse atributo tem potencial analítico para ser aproveitado em investigações acerca do comportamento desses grupos não apenas no contexto da internet. Adeptos de teorias conspiratórias, por exemplo, já eram impermeáveis ao dissenso antes mesmo de seus argumentos serem compartilhados em páginas do Twitter ou do Facebook.

Por último, antes de encerrarmos a discussão sobre as características fundamentais da pós-verdade e focarmos na ascensão das teorias conspiratórias, é imprescindível estabelecer uma diferenciação conceitual entre o fenômeno aqui investigado e as noções de mentira e *fake news*. Por vezes, a expressão pós-verdade é tomada como um simples sinônimo para mentira. Seu uso já foi até criticado por supostamente representar um eufemismo em relação às notícias falsas. Acreditamos que tal interpretação, além de apressada, está conceitualmente equivocada. Se fosse assim tão simples, se pós-verdade fosse realmente apenas uma nova forma de se referir às velhas mentiras, talvez os esforços da imprensa profissional e das agências de checagem tivessem sido suficientes para barrar o avanço de grupos negacionistas e antidemocráticos. Sabemos que não foi o caso. Trump e Bolsonaro foram eleitos. Pais deixaram de vacinar seus filhos por acreditarem em teorias conspiratórias. Industriais e parlamentares alegam que o efeito estufa não passa de uma farsa.

Entre os autores com os quais dialogamos neste capítulo, D’Ancona (2018) é categórico ao diferenciar os termos. Enquanto a pós-verdade refere-se a um fenômeno relativamente recente, iniciado na segunda metade do século XX, a mentira está longe de ser novidade. Há registros históricos de que ela tenha feito parte da dinâmica social e política desde povos primitivos. Na literatura, a mentira é representada desde a *Ilíada*, poema épico datado do século VIII a.C. e atribuído a Homero. Basta lembrarmos do mítico Cavalo de Troia, utilizado pelo exército grego

para penetrar as muralhas inimigas — uma estratégia de guerra baseada na mentira. De acordo com o autor, “A novidade não é a desonestidade dos políticos, mas a resposta do público a isso. A indignação dá lugar à indiferença e, por fim, à conivência” (D’Ancona, 2018, p. 34).

A relação entre mentira e pós-verdade também foi discutida por Rodrigo Seixas (2018), doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O autor argumenta que “o discurso de pós-verdade não é necessariamente sinônimo de mentira (embora possa, obviamente, tratar-se de uma)” (Seixas, 2018, p. 124). Essa formulação passa pelo entendimento de que, em pós-verdade, o prefixo “pós” não significa um período temporal posterior, como nas expressões “pós-guerra” ou “pós-graduação”. Tampouco carrega um juízo de valor desfavorável em relação ao conceito subjacente, como ocorre em “pós-feminismo” ou “pós-estruturalismo”:

O que ocorre [na pós-verdade], com efeito, é uma *superação* do *desejo de verdade* por parte dos sujeitos, ao menos da verdade divergente da sua. Por assim dizer, haveria certo desinteresse dos sujeitos em estabelecer um movimento heurístico de verificação dos fatos e das verdades, porquanto mais vale a manutenção das convicções e das identidades do que um *verificacionismo* a todo custo (Seixas, 2018, p. 125, grifos do autor).

Ainda conforme Seixas (2018), é preciso diferenciar pós-verdade de notícias falsas. Isso porque, enquanto as *fake news* são produzidas deliberadamente com o objetivo de manipulação da audiência, a construção discursiva da pós-verdade é mais complexa, indo além da simples mentira. Conforme o autor, trata-se de uma retórica que se utiliza, inclusive, de enunciados verdadeiros (Seixas, 2018). Dessa forma, o cerne da questão não está na possibilidade ou na impossibilidade de comprovar os fatos. Está na nova lógica estabelecida: a verificação da verdade tornou-se dispensável, tendo em vista a predisposição do público em acreditar apenas naquilo que reforça suas crenças.

Em argumentação semelhante, Santaella (2019) considera as *fake news* uma das manifestações centrais da pós-verdade, mas jamais um sinônimo. “Notícias falsas costumam ser definidas como notícias, estórias, boatos, fofocas ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar ou fornecer informações enganadoras” (Santaella, 2019, p. 29). Conforme a autora, mesmo que não se trate

de um fenômeno recente²², houve uma mudança significativa a partir do surgimento da internet e, sobretudo, das redes sociais. Essa mudança está na quebra do monopólio da imprensa convencional sobre a produção de notícias. Dessa forma, qualquer pessoa com acesso à internet pode produzir conteúdos supostamente jornalísticos e compartilhar com um público consideravelmente amplo:

De fato, se a expressão [*fake news*] significar a criação de informação falsa movida pelo propósito de enganar, o conceito está longe de ser novo [ao contrário de pós-verdade]. Basta pensar na longa história dos tabloides, das fofocas acerca da vida das celebridades, das táticas de estilo das revistas para fisgar seu público. [...] Nas redes, esses mesmos princípios continuam presentes (Santaella, 2019, p. 29-30).

Assim, pós-verdade, mentira e *fake news* não podem ser tomadas como expressões equivalentes - apesar de as duas últimas marcarem presença como manifestações da primeira. Como vimos nesta seção, o predomínio das emoções sobre o pensamento racional e a consolidação das bolhas ideológicas é que são as características fundamentais do fenômeno. Esse é o terreno perfeito para a circulação de narrativas mentirosas ou distorcidas — e também para suas primas de primeiro grau, as teorias da conspiração.

2.3 CONSPIRACIONISTAS E INTEGRADOS: AS MANIFESTAÇÕES

Teorias conspiratórias são como garrafas de refrigerante em uma prateleira de supermercado. Existem opções para todos os gostos, com rótulos coloridos e por vezes irresistíveis. Assim como os refrigerantes, as conspirações podem ser consumidas por pessoas de qualquer idade. O sabor, uma tentação capaz de atizar a papila gustativa de nossas crenças. E é improvável encontrar uma pessoa que não tenha experimentado ao menos um gole em algum momento da vida. Vejamos alguns exemplos bastante criativos: Elvis Presley forjou a própria morte para viver no

²² Em artigo publicado no jornal espanhol *El País*, o historiador norte-americano Robert Darnton afirma que boatos ou notícias falsas não representam nenhuma novidade na esfera pública. O autor argumenta que existem registros de notícias falsas muito antes da invenção da prensa mecânica de Gutenberg, no século XV. “Procópio, o historiador bizantino do século VI, escreveu um livro cheio de histórias de veracidade duvidosa, *História Secreta* (Anedota no título original), que manteve em segredo até sua morte, para arruinar a reputação do imperador Justiniano, depois de ter mostrado adoração a ele em suas obras oficiais. Pietro Aretino tentou manipular a eleição do pontífice em 1522 escrevendo sonetos perversos sobre todos os candidatos menos o preferido por seus patronos, os Médicis, e os prendendo, para que todo mundo os admirasse, no busto de uma figura conhecida como Il Pasquino, perto da Piazza Navona, em Roma” (Darnton, 2017, n.p.).

anonimato, em uma ilha paradisíaca; o vírus HIV foi criado em laboratório como uma estratégia macabra de controle populacional; o presidente norte-americano John F. Kennedy foi morto por agentes da CIA; a seleção brasileira vendeu a derrota na final da Copa do Mundo de 1998 em troca de sediar o torneio anos mais tarde; o governo dos Estados Unidos mantém corpos de extraterrestres em uma base secreta chamada Área 51; o papa João Paulo I foi envenenado porque pretendia doar riquezas da Igreja Católica e, com isso, desagradou o Vaticano; as imagens do homem pisando na Lua pela primeira vez foram feitas em um estúdio de cinema.

A lista é bem mais extensa do que os exemplos reunidos aqui. De qualquer forma, já é possível perceber o nível de diversidade temática que as conspirações englobam. O pesquisador Michael Barkun, vinculado à Syracuse University, de Nova York, define que a visão de mundo conspiracionista busca formular explicações para acontecimentos históricos a partir da “crença de que uma organização formada por indivíduos ou grupos esteve ou está agindo secretamente para alcançar fins malignos” (Barkun, 2003 apud Castro, 2020, n.p.). Sendo assim, se há um atributo em comum diante da pluralidade de conspirações que circulam junto à opinião pública é o apelo emocional implícito: a existência de uma verdade oculta mantida em segredo por elites ou grupos dominantes. Esse é um dos fatores que ajudam a explicar a coesão de quem acredita em alguma dessas teorias — além da paranoia em si, existe um movimento de comunhão com pessoas que pensam de modo semelhante, movidas pelo desejo de não mais serem enganadas.

Bryan Keeley, doutor em Filosofia e Ciência Cognitiva pela Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos, é autor de um artigo considerado basilar para o estudo das teorias conspiratórias e suas características. Em “Das Teorias da Conspiração”²³, publicado originalmente em 1999, o autor argumenta que é preciso fazer uma distinção entre conspirações reais e conspirações injustificadas. Um exemplo do primeiro caso foi o já mencionado escândalo de Watergate, caso de espionagem digno de Hollywood que culminou na renúncia do presidente norte-americano Richard Nixon, em 1974. A conspiração só veio a público graças a uma investigação do jornal *The Washington Post*. “Na verdade, como ilustram os casos de Watergate e Irã-Contras, pequenos grupos de indivíduos poderosos ocasionalmente procuram afetar o curso da história, e com algum grau de sucesso

²³ Tradução livre do título original em inglês “Of Conspiracy Theories”.

nada trivial” (Keeley, 1999, p. 110-111, tradução nossa)²⁴. Já o segundo caso, das conspirações injustificadas, corresponde às teorias fantasiosas que mencionamos no início desta seção, como a suposta farsa da viagem à Lua, as suspeitas de assassinato do papa João Paulo I e, no caso de *Número Zero*, a teoria de que Mussolini trocou de lugar com um sócia e fugiu para a Argentina.

No raciocínio do autor, o que define uma teoria da conspiração injustificada é a tentativa de explicar eventos históricos estabelecendo uma relação de causa e efeito, além de culpabilizar um grupo de conspiradores que tramam às escondidas.

Primeiro, uma teoria da conspiração merece o nome de “teoria”, porque oferece uma explicação do evento em questão. Ela propõe as razões pelas quais o evento ocorreu. Em segundo lugar, uma teoria da conspiração não precisa propor que os conspiradores são todos poderosos, apenas que eles desempenharam algum papel central na realização do evento. Eles podem ser vistos como meramente colocando eventos em movimento. De fato, é porque os conspiradores não são onipotentes que devem agir em segredo, pois se agissem em público, outros agiriam para obstruí-los. Terceiro, o grupo de conspiradores deve ser pequeno, embora os limites superiores sejam necessariamente vagos (Keeley, 1999, p. 116, tradução nossa).²⁵

Keeley (1999) apresenta uma lista de cinco características essenciais às teorias conspiratórias injustificadas. Em primeiro lugar, elas representam uma tentativa de explicação que segue na contramão da versão oficial dos fatos. Em segundo, a existência de intenções perversas por trás dessas teorias. Na sequência, o autor argumenta que as teorias injustificadas tentam amarrar eventos aparentemente não relacionados entre si. A quarta característica — e talvez a mais óbvia — é a existência de um segredo mantido sob sigilo por forças ocultas, uma verdade que não pode vir à tona. Por fim, um estilo de argumentação que se utiliza de dados contraditórios, a partir de brechas interpretativas deixadas por acontecimentos reais.

²⁴ Do original em inglês: “In fact, as the cases of Watergate and the Iran-Contra affair illustrate, small groups of powerful individuals do occasionally seek to affect the course of history, and with some nontrivial degree of success”

²⁵ Do original em inglês: “First, a conspiracy theory deserves the appellation “theory,” because it proffers an explanation of the event in question. It proposes reasons why the event occurred. Second, a conspiracy theory need not propose that the conspirators are all powerful, only that they have played some pivotal role in bringing about the event. They can be seen as merely setting events in motion. Indeed, it is because the conspirators are not omnipotent that they must act in secret, for if they acted in public, others would move to obstruct them. Third, the group of conspirators must be small, although the upper bounds are necessarily vague”.

Voltaremos às cinco características das teorias da conspiração injustificadas no segmento de análise, no capítulo 4. Afinal, Romano Braggadocio, repórter do jornal *Amanhã*, também fez suas escolhas no mercado da paranoia. Além da teoria de que Mussolini enganou a resistência italiana e escapou para a Argentina, ele tece uma série de hipóteses mirabolantes ao longo do romance. Braggadocio não nega a existência do Holocausto, mas acredita que os testemunhos dos sobreviventes foram exagerados. Ele questiona se os norte-americanos realmente pousaram na Lua, reproduzindo na ficção uma teoria conspiratória da realidade. E se a Guerra do Golfo aconteceu, de fato, ou foi uma farsa midiática forjada com imagens de arquivo e simulações de exercícios militares. O receio de estar sendo ludibriado por grupos secretos ou poderosos é tamanho que, durante um diálogo com o narrador, ele se descreve como um “jornalista à caça de complôs” (Eco, 2015, p. 44).

Em nossa analogia imperfeita entre refrigerantes e conspirações, feita no início desta seção, há um último elemento que precisa ser levado em conta: assim como a bebida gaseificada, as teorias conspiratórias até podem parecer inofensivas à primeira vista, mas seu consumo irrestrito traz uma série de riscos. Não apenas à saúde das pessoas, como no caso dos movimentos antivacina, mas também a direitos sociais, postos em xeque por decisões políticas retrógradas tomadas com base em crenças, não em evidências. E até mesmo ao avanço científico, visto o cenário que combina cortes orçamentários em universidades e institutos de pesquisa com a ascensão de inúmeras pseudociências, da constelação familiar à ufologia.

Michiko Kakutani (2018) está atenta aos impactos sociais que as teorias da conspiração podem causar a longo prazo. Conforme a autora, o fenômeno está estreitamente relacionado ao processo de declínio da razão frente aos apelos emocionais, o qual já vimos nas seções anteriores. Citando um estudo liderado por Renée DiResta, pesquisadora do Stanford Internet Observatory, Kakutani argumenta que a lógica de funcionamento dos algoritmos tornou o ambiente digital um campo fértil para a circulação de desinformação e paranoias. “Esse tipo de conteúdo extremista pode afetar a maneira como as pessoas pensam e se infiltrar nos debates sobre políticas públicas em assuntos como vacinas, leis de zoneamento territorial e fluoretação da água” (Kakutani, 2018, p. 107).

A chave para entendermos os motivos por trás da facilitação ao extremismo nas redes sociais está nos interesses econômicos de plataformas como Facebook e

YouTube. Isso porque quanto mais tempo os usuários passam conectados, mais os anúncios comerciais são valorizados. A lógica é parecida com o que se observa na televisão: é mais caro veicular anúncios em programas ou emissoras de maior audiência. No caso da internet, páginas com conteúdos apelativos, de teor sensacionalista²⁶, chamam mais atenção do público, que é provocado a clicar nos links ou mesmo a compartilhar os posts em seus perfis pessoais. O algoritmo age automaticamente, e é indiferente à veracidade das informações compartilhadas; o que importa é garantir audiência aos conteúdos publicados e, com isso, potencializar a receita das plataformas.

Teorias da conspiração viralizam facilmente nas redes sociais, assim como mensagens políticas inflamadas e estúpidas — como aquelas espalhadas pela campanha de Trump e pelo Vote Leave no Brexit, apelando para emoções primárias como o medo de imigrantes ou a raiva pelo aumento do desemprego (Kakutani, 2018, p. 155-156).

Kakutani, contudo, não expande sua análise sobre conspirações para além da internet. E sabemos que elas já estavam presentes muito antes da conexão global proporcionada pelos computadores. Para se ter uma ideia, os primeiros registros históricos a respeito de teorias conspiracionistas remontam à Revolução Francesa (1789-1799). Na época, circularam boatos de que o levante burguês que derrubou a monarquia do poder para instaurar a República não passava de um complô maçônico para acabar com a Igreja Católica. A versão fantasiosa foi, inclusive, defendida em livro por Augustin Barruel (1741-1820), padre jesuíta conhecido por suas posições conservadoras (Castro, 2020).

Dado o longo histórico das teorias conspiratórias na sociedade ocidental, da Revolução Francesa aos tempos atuais, é mais profícuo aprofundarmos nossa discussão não nos impactos da internet em sua proliferação, mas em suas características fundamentais. Até porque, como veremos detalhadamente no capítulo dedicado à análise do personagem Romano Braggadocio, os acontecimentos narrados em *Número Zero* são anteriores às redes sociais. E isso

²⁶ De acordo com Erbolato (1985), podemos entender por sensacionalismo a “Divulgação de um assunto com excessivo destaque e em certos casos explorando baixas paixões, mentindo nos títulos e revelando fatos da vida privada de alguém” (Erbolato, 1985, p. 282). Em definição semelhante, Barbosa e Rabaça (2001) descrevem o termo como “Estilo jornalístico caracterizado por intencional exagero da importância de um acontecimento, na divulgação e exploração de uma matéria, de modo a emocionar ou escandalizar o público. Esse exagero pode estar expresso no tema (no conteúdo), na forma do texto e na apresentação visual (diagramação) da notícia” (Barbosa; Rabaça, 1998, p. 531).

não impede a circulação das conspirações. Em outras palavras, se essas teorias fantasiosas marcam presença junto à opinião pública desde o século XVIII, isso significa, por óbvio, que elas não dependem do ambiente digital para sobreviver. Boa parte dos exemplos já mencionados, como as versões alternativas para as mortes de Elvis Presley e John F. Kennedy, surgiram muitos anos antes da internet. Podemos inferir, portanto, que existem outros elementos basilares para o fenômeno em questão.

De acordo com D'Ancona (2018), a inclinação de determinados públicos para acreditar em narrativas paranoicas se apoia em crenças pré-existentes e compartilhadas, com destaque para o peso do fator emocional nesse processo. Pelo raciocínio do autor, o colapso de confiança nos pilares do *establishment* já é meio caminho percorrido para as conspirações. Para quem deixou de confiar em atores públicos como classe política, jornalistas profissionais e pesquisadores de carreira, existe uma predisposição de preencher a lacuna antes ocupada pelo conhecimento verificável por versões inverossímeis que correspondam à sua própria visão de mundo:

A mais profunda dessas predisposições é a crença religiosa. Assim, quando a religião entra em conflito com a ciência, frequentemente a fé prevalece. Conforme as descobertas da pesquisa evolucionária aumentam e ficam cada vez mais estimulantes, o criacionismo simplesmente se entrincheira. É incrível pensar que ao menos um em três norte-americanos ainda rejeita a ciência darwinista e acredita que o mundo foi criado há alguns milhares de anos (D'Ancona, 2018, p. 65).

O autor traz um exemplo que ilustra de forma didática o quanto as conspirações, uma vez abraçadas pelo público, dificilmente são deixadas de lado, mesmo quando confrontadas com evidências. Em 2008, durante as prévias do Partido Democrata na corrida eleitoral pela Casa Branca, apoiadores da ex-Secretária de Estado Hillary Clinton espalharam o boato de que Barack Obama não teria nascido no Havaí, mas sim no Quênia, terra natal de seu pai. Se realmente não tivesse nascido em território norte-americano, Obama não poderia manter sua candidatura.

Para dissipar qualquer suspeita, o então senador publicou uma foto da versão simplificada de sua certidão de nascimento nas redes sociais. O caso esfriou, mas nunca foi completamente esquecido. Em 2011, quando já ocupava a presidência, o

assunto voltou a ganhar força, dessa vez entre a oposição republicana. Em resposta, o governo norte-americano publicou no site da Casa Branca a versão completa da certidão de nascimento do presidente, algo inédito na história do país. Curiosamente, nem mesmo a prova documental foi capaz de mudar a percepção de boa parte do eleitorado, que já havia comprado a teoria de um Obama estrangeiro e impostor:

Antes da divulgação dessa prova definitiva, 45% dos cidadãos norte-americanos admitiram dúvidas sobre o lugar de nascimento de Obama. Após a postagem da certidão completa, esse número caiu, mas só para 33%. Então, em uma negação surpreendente dos fatos, o número começou a *subir* de novo, alcançando 41% em janeiro de 2012. Como uma infecção resistente a antibióticos, uma teoria da conspiração virulenta pode se defender até de fatos incontestáveis. Sua força popular depende não da evidência, mas do *sentimento*; a essência da cultura da pós-verdade (D'Ancona, 2018, p. 66-67, grifos do autor).

A propensão para buscar soluções fáceis, que dialogam com crenças já existentes, pode ter origem não apenas cultural, mas também biológica. Citando o trabalho *Negando até o túmulo: por que ignoramos os fatos que nos salvarão*²⁷ (2016), dos pesquisadores Sara e Jack Gorman, D'Ancona (2018) pontua que a tendência de repelir opiniões divergentes também faz parte de operações cognitivas. Isso porque, segundo estudos realizados com estímulos neurológicos, o cérebro humano tende a acionar uma espécie de recompensa emocional quando está em contato com ideias já conhecidas. Como consequência, o sistema nervoso busca, instintivamente, memorizar argumentos que geram sensações agradáveis.

Se tentamos mudar nossas mentes, um centro do medo no cérebro, como a ínsula anterior, nos adverte de que o perigo é iminente. O poderoso córtex pré-frontal dorsolateral pode neutralizar esses centros cerebrais mais primitivos e impor a razão e a lógica, mas ele é lento para agir e requer bastante determinação e esforço para isso. Portanto, é basicamente não natural e incômodo mudar nossas mentes, e isso se reflete na forma como nossos cérebros funcionam (Gorman; Gorman, 2016 apud D'Ancona, 2018, p. 67).

Ter consciência de que existem fatores biológicos que ajudam a cristalizar teorias conspiratórias é importante para constatarmos que sua adesão não significa, necessariamente, teimosia ou falta de acesso à informação, como poderíamos supor

²⁷ Tradução livre do título original em inglês: *Denying to the grave: why we ignore the facts that will save us* (2016).

inadvertidamente. Também é necessário ponderar que nem todas as paranoias propagadas acarretam implicações sociais graves. Existe uma larga distância entre as pessoas que acreditam no bordão “Elvis não morreu” para aquelas que se recusam a imunizar os filhos com receio de que as vacinas causem mutações genéticas ou façam parte de um complô comunista para microchipar a população global.

Nesse sentido, podemos observar que as teorias conspiratórias mais perigosas orbitam em dois grupos principais: negacionismo científico e revisionismo histórico. O exemplo mais representativo do primeiro grupo são os movimentos antivacina. Um recente estudo publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), aponta que o ano de 2021 registrou a maior queda na taxa global de vacinação infantil das últimas três décadas. A diminuição da cobertura vacinal inclui a tríplice bacteriana (contra difteria, tétano e coqueluche) e as campanhas contra o papilomavírus humano (HPV) e o sarampo. O estudo elenca uma série de fatores que contribuíram para tal retrocesso, da crise sanitária causada pelo coronavírus à expansão de conflitos armados, mas também alerta para o aumento das campanhas de desinformação ao redor do mundo (Pandemia..., 2022).

Implicações sociais graves também podem ser verificadas no âmbito do revisionismo histórico. Basta observarmos o impacto estatístico causado pelos grupos que subestimam ou até mesmo negam a existência do Holocausto. Conforme pesquisa realizada em 2014 pela Liga Antidifamação (ADL), ONG judaica internacional sediada nos Estados Unidos, 30% dos entrevistados alegam que os judeus falam demais sobre o que aconteceu na Segunda Guerra Mundial. O levantamento ouviu 53 mil pessoas em mais de 100 países, sugerindo uma tendência global de revisionismo. “Em um preocupante presságio para o futuro, aqueles com menos de 65 anos eram muito mais propensos a dizer que achavam que os fatos acerca do genocídio tinham sido distorcidos [...]” (D’Ancona, 2018, p. 77-78). Se Braggadocio saltasse das páginas do romance para responder a pesquisa da ADL, provavelmente estaria entre aqueles que subestimam os relatos oficiais acerca do genocídio nazista.

As contribuições de Kakutani e D’Ancona nos permitem abordar as teorias conspiratórias a partir de aspectos como a lógica dos algoritmos, o peso do fator

emocional e até mesmo a predisposição cognitiva. Mesmo assim, antes de encerrarmos a discussão a respeito da temática, é pertinente trazermos apontamentos dos pesquisadores Stephan Lewandowsky, vinculado à Bristol University (Inglaterra), e John Cook, da George Mason University (Estados Unidos). Lewandowsky tem dedicado suas pesquisas aos processos cognitivos produzidos nas tomadas de decisões, enquanto Cook tem interesse no combate à desinformação sobre mudanças climáticas. Os dois colocaram suas perspectivas teóricas em diálogo no *Manual das Teorias da Conspiração* (2020), um e-book em linguagem didática que busca explicar o fenômeno e apontar caminhos para reduzir seus danos junto à opinião pública.

O primeiro apontamento de Lewandowsky e Cook (2020) é de que nem toda conspiração é fantasiosa, o que dialoga com a perspectiva de Keeley (1999). Algumas conspirações de fato existiram e foram, inclusive, documentadas. É o caso, por exemplo, da Comissão de Investigação da Indústria do Tabaco norte-americana, já citada neste capítulo, que tentou tumultuar o debate acadêmico para deixar a população em dúvida quanto aos reais efeitos do cigarro na saúde. Ou então da Agência de Segurança Nacional dos Estados Unidos (NSA), que espionou milhares de usuários da internet no início da última década, incluindo chefes de Estado, como a ex-presidente brasileira Dilma Rousseff.

Teorias da conspiração, por outro lado, tendem a persistir por um longo período, mesmo quando não possuem evidências conclusivas. Essas teorias se baseiam em uma série de padrões de pensamento conhecidos por serem ferramentas não confiáveis para acompanhar a realidade. Tipicamente, as teorias da conspiração não se baseiam em evidências que resistam ao escrutínio, mas isso não as impede de ganhar projeção (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 3).

Conforme o raciocínio dos autores, os casos de conspirações reais podem ser descobertos por meio do modelo convencional de pensamento, que reúne três elementos primordiais: dose saudável de ceticismo, análise de evidências empíricas e coerência com as informações obtidas (Lewandowsky; Cook, 2020). Um bom exemplo de pensamento convencional é o exercício do jornalismo profissional, que depende justamente da combinação entre ceticismo (questionamento a versões oficiais), busca por evidências (apuração dos fatos) e coerência discursiva (relato fidedigno ao que foi apurado). O pensamento conspiratório, por seu turno, nada mais

é do que a deformação desses elementos, caracterizando-se “por ser hipercético em relação a toda informação que não favoreça a teoria, por interpretar excessivamente as evidências que apoiem uma teoria preferida e pela incoerência” (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 3).

Enquanto o pensamento convencional é baseado em três elementos, o pensamento conspiratório, conforme os autores, pode ser verificado em sete sinais. O primeiro é a contradição interna nas teorias defendidas, isto é, a tendência psicológica que permite aos indivíduos propensos ao conspiracionismo acreditarem em argumentos incoerentes — e paradoxais entre si — na própria narrativa, sem que isso os incomode. Na sequência, temos a suspeita absoluta, também chamada de hiperceticismo. “Esse nível extremo de desconfiança impede que se acredite em qualquer coisa que não se encaixe na teoria da conspiração” (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 6). Em terceiro lugar, destacam-se as intenções nefastas, a crença de que por trás das tramas conspiratórias exista sempre interesses perversos ou malignos. O quarto sinal, de acordo com Lewandowsky e Cook (2020), pode ser resumido na asserção “algo deve estar errado”. Esse é um padrão de pensamento que demonstra a resistência dos conspiracionistas a fazer qualquer tipo de concessão em seus argumentos, mesmo quando confrontados por evidências.

Em quinto lugar, há o sentimento de vitimização, que faz os teóricos da conspiração sentirem-se constantemente perseguidos por suas ideias, como se fossem mártires, heróis ou gênios incompreendidos. No sexto sinal, por sua vez, os autores descrevem o comportamento que pode ser chamado de imunidade às evidências. “As teorias da conspiração são inerentemente autoajustáveis — uma evidência que contrarie sua teoria é reinterpretada como se ela fosse parte da conspiração” (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 7). Fechando a lista temos a reinterpretação da aleatoriedade, traço psicológico que pode ser resumido na expressão “nada acontece por acaso”. Esse é o sinal que permite aos conspiracionistas estabelecer relações fantasiosas entre eventos aparentemente não relacionados entre si, como se fossem indiscutivelmente parte da mesma conspiração nefasta.

Os sinais do pensamento conspiratório, ponto que diferencia a abordagem de Lewandowsky e Cook (2020) em relação aos demais autores abordados até aqui, serão retomados no capítulo 4. Utilizaremos esses traços psicológicos como

instrumento de análise com vistas a examinar a caracterização de Romano Braggadocio. Buscaremos identificar, em excertos selecionados de *Número Zero* — sobretudo nas cenas em que o personagem conversa reservadamente com Colonna —, uma possível relação de Braggadocio com os traços do conspiracionismo listados anteriormente.

Por fim, dando sequência ao raciocínio de Lewandowsky e Cook (2020), vale ressaltar as hipóteses traçadas pelos autores na tentativa de explicar a popularidade das teorias conspiratórias. Os autores partem do seguinte questionamento: por que essas versões fantasiosas da realidade ganham projeção mesmo não sendo fundamentadas em evidências, mesmo quando desmentidas publicamente? A explicação pode estar em quatro pilares. Em primeiro lugar, no sentimento de impotência popular diante dos poderosos — ou, em outras palavras, diante do *establishment*. “Pessoas que se sentem impotentes ou vulneráveis são mais propensas a defender e a espalhar teorias da conspiração” (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 4). Segundo, porque as conspirações fornecem explicações relativamente confortáveis para eventos ou fenômenos de difícil aceitação. Vejamos um exemplo prático: para uma parcela considerável de fãs, é mais confortável imaginar que Elvis Presley tenha falsificado a própria morte do que aceitar uma despedida banal do ídolo, causada por uma parada cardíaca devido ao abuso de medicamentos.

O terceiro pilar está relacionado ao medo e à forma de lidar com ameaças. Afinal, teorias conspiratórias são essencialmente dicotômicas. Elas apostam na ideia de um confronto do bem contra o mal e na existência de perigos iminentes. Não é por acaso que a maior parte das paranoias envolvem inimigos imaginários, como os *aliens*, os *comunistas* ou os *judeus*. “Uma teoria da conspiração satisfaz a necessidade de que um ‘grande’ evento tenha uma grande causa, tal como uma conspiração envolvendo o Serviço Secreto do Reino Unido (MI5) para assassinar a princesa Diana” (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 4). Por último, as conspirações não deixam de ser uma afirmação de identidade perante classes dominantes, sejam elas políticas, econômicas ou intelectuais. Os autores afirmam que: “Grupos conspiratórios costumam usar tais narrativas para reivindicar a condição de minoria” (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 4).

Apesar de aparentemente simples, os apontamentos de Lewandowsky e Cook (2020) ampliam nosso leque de possibilidades de análise e serão retomados

quando esmiuçarmos a caracterização de Braggadocio em *Número Zero*. Como tivemos a oportunidade de demonstrar ao longo deste capítulo, a temática da pós-verdade e suas manifestações recorrentes, como as notícias fraudulentas e as teorias conspiratórias, são abundantes em perspectivas analíticas — e obviamente não se esgotam nos termos até aqui discutidos. Não é por acaso que Umberto Eco, um dos acadêmicos europeus mais respeitados do século XX, tenha se utilizado desse fenômeno como matéria-prima para a criação literária. E não apenas na obra que é objeto desta dissertação.

No romance *O pêndulo de Foucault*, publicado originalmente em 1988, três amigos que trabalham como revisores de manuscritos ocultistas em uma pequena editora encontram pistas de que um complô, no século XIV, tenha mudado a história da humanidade. O enredo contempla de sociedades secretas, como os Cavaleiros Templários, ao mito bíblico do Santo Graal, cálice que teria sido utilizado por Jesus Cristo na Última Ceia. Já o romance *O Cemitério de Praga*, lançado em 2010, transporta dezenas de personagens históricos para uma série de conflitos envolvendo maçons, jesuítas, carbonários e satanistas. O enredo tem de assassinatos a tentativas de falsificação da história, de teorias da conspiração a complôs para dominação mundial. Se escolhêssemos qualquer uma dessas obras, teríamos um material abundante para análise. A opção por *Número Zero*, no entanto, se justifica na medida em que o jornalismo é utilizado como ambientação para o desenvolvimento do enredo. É na representação de uma redação e seus atores, os jornalistas, que a obra dialoga com o cenário da pós-verdade e das teorias conspiratórias.

3 JORNAL AMANHÃ: ONDE OS FATOS NÃO TÊM VEZ

A crescente influência exercida pela comunicação de massa na formação da opinião pública, ao longo do século XX, alçou empresários do ramo à condição de atores decisivos da vida política de seus países. Nos Estados Unidos, William Randolph Hearst (1863-1951) abusou do sensacionalismo para construir um império que, na década de 1930, chegou a contar com quase 50 diários e revistas, de São Francisco a Nova York. O magnata se utilizou da alta tiragem de seus jornais para projetar aliados, defender interesses comerciais de anunciantes e até uma tentativa frustrada de pré-candidatura à presidência, em 1904. Não por acaso, a vida de Hearst inspirou Orson Welles na criação de *Cidadão Kane* (1941).

No Brasil, poucas figuras da imprensa desfrutaram de tanta influência quanto Assis Chateaubriand (1892-1968). A rede *Diários Associados*, fundada pelo empresário, chegou a reunir cerca de 100 marcas, entre jornais, emissoras de rádio e televisão, revistas, publicações infantis, agências de notícias e publicidade. Um dos episódios que melhor exemplifica seu poder político é relatado pelo jornalista Fernando Morais na biografia *Chatô: o rei do Brasil* (1994). Em janeiro de 1943, em plena ditadura do Estado Novo, Chateaubriand conseguiu que o então presidente Getúlio Vargas publicasse um decreto de lei que dava prioridade aos homens na guarda dos filhos, em caso de desquite do casal. A Lei Teresoca, como ficou popularmente conhecida, garantiu ao jornalista uma vitória judicial contra sua ex-companheira Cora Acuña pela guarda da filha Teresa (Morais, 2011).

Assim como Hearst e Chatô, figuras que se utilizam da influência midiática para benefícios pessoais também povoam a ficção literária. No romance *Número Zero* (2015), objeto de análise desta dissertação, é o comendador Vimercate quem desempenha esse papel. Apesar de não aparecer como personagem da narrativa, seu nome paira como uma das forças motrizes da trama. É ele o financiador do projeto *Amanhã*, um jornal planejado não para circular nas bancas como fonte de informação, mas como ferramenta de chantagem para seu ingresso “no clube de elite das finanças, dos bancos e, quem sabe, dos grandes jornais” (Eco, 2015, p. 27), como explica Simei, o diretor do periódico, logo no primeiro diálogo com o protagonista. Os exemplares, em número bastante reduzido, seriam entregues

apenas para quem o comendador quisesse atingir, quase como um aviso: “olha o estrago que podemos fazer se o jornal, de fato, circular”.

Quando o Comendador demonstrar que pode pôr em dificuldades aquilo que se chama de clube de elite das finanças e da política, é provável que o clube de elite lhe peça para parar com essa ideia [do jornal], então ele desiste do *Amanhã* e consegue licença para entrar no clube de elite. Suponhamos, só para dar um exemplo, que apenas uns dois por cento de ações de um grande diário, de um banco, de um canal de televisão importante (Eco, 2015, p. 27).

Tendo em vista as reais intenções do *Amanhã*, pouco condizentes com a dimensão social da comunicação, este capítulo tem por objetivo analisar as práticas editoriais do jornal, enquanto elementos que pavimentam uma possível relação com o fenômeno da pós-verdade. Faremos esse exercício analítico a partir das duas características essenciais do fenômeno: as bolhas ideológicas e a prevalência das emoções. Na primeira seção, vamos verificar se o direcionamento de conteúdo tende à homofilia, isto é, ao discurso planejado para reforçar crenças e costumes já existentes no público. Na sequência, analisaremos excertos²⁸ em que os redatores, sob orientação de Simei, se utilizam da desconfiança e dos apelos emocionais para mascarar opiniões preconceituosas, desacreditar desafetos e até mesmo insinuar fatos que não aconteceram.

Além do aporte teórico discutido no capítulo anterior, trazemos ao texto neste momento, a fim de ampliar a análise e a discussão, orientações técnicas que constam nos manuais de redação e estilo dos três jornais brasileiros de maior relevância e circulação nacional²⁹: *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*. O propósito é evidenciar, por meio de comparação e contraste, as incongruências entre o que é feito na redação d'*O Amanhã* com o que se espera do jornalista no exercício da profissão³⁰.

²⁸ Todos os excertos foram retirados da terceira edição de *Número Zero*, publicada no Brasil pela editora Record, em 2015. O texto conta com tradução do italiano de Ivone Benedetti. O trabalho foi finalista do Prêmio Jabuti 2016, na categoria “Tradução”.

²⁹ Conforme levantamento do portal Poder360, com base em dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) referentes a 2022, *O Globo* é o jornal de maior circulação no Brasil, com 60,7 mil exemplares impressos diariamente. Na sequência aparecem *O Estado de S. Paulo*, com 60,4 mil e *Super Notícia*, com tiragem diária de 48,2 mil cópias. A *Folha de S. Paulo* aparece na quarta colocação, com 48 mil exemplares (Yahya, 2023). Apesar de a *Folha* figurar atrás do *Super Notícia* no quesito circulação, optamos por utilizar o manual do periódico paulista em nossa análise devido à relevância histórica do veículo, que completou 100 anos de circulação em 2021.

³⁰ Estamos cientes de que os manuais utilizados como parâmetro são de jornais brasileiros, enquanto o romance *Número Zero* se passa na Itália. No entanto, se recorrermos novamente ao *Dicionário de*

3.1 UMA BOLHA PARA ALIMENTAR

Antes de examinarmos as práticas editoriais do jornal *Amanhã*, é pertinente apresentar ao leitor aspectos gerais do enredo³¹, bem como tecer breves comentários acerca dos personagens principais e secundários. O propósito dessas considerações, longe de compor uma resenha pormenorizada da obra, é oferecer um panorama que facilite o acompanhamento da análise literária — com o devido cuidado de não estragar o prazer de quem ainda não teve a oportunidade de ler o último romance publicado por Umberto Eco.

A história de *Número Zero* se passa em Milão, capital da Lombardia, na Itália, em um intervalo de tempo que vai de abril a junho de 1992. Quem narra os acontecimentos é Colonna, o personagem principal³², um *ghost-writer* cinquentão e divorciado que se descreve como um “perdedor compulsivo”. Tudo começa na manhã de 6 de junho, quando o narrador percebe, logo ao acordar, que o registro de água do apartamento está fechado. Como não se recorda de ter mexido na válvula antes de dormir, a explicação mais plausível é de que a residência tenha sido invadida durante a madrugada. O motivo? Alguém (ou algum grupo e, por que não, o serviço secreto?) estaria em busca de documentos confidenciais sobre as atividades desenvolvidas no jornal. Sobretudo, a respeito da investigação conduzida por Romano Braggadocio. Com receio de que o dono da casa acordasse com o barulho de alguma goteira, os invasores teriam fechado o registro de água, mas esquecido

Jornalismo e Propaganda (1985), de Mário Erbolato, e ao *Dicionário de Comunicação* (1998), de Carlos Alberto Rabaça e Gustavo Guimarães Barbosa, veremos que os princípios deontológicos da profissão são essencialmente os mesmos em todas as democracias Ocidentais, seja em países europeus ou sul-americanos.

³¹ Em teoria literária, entende-se por enredo a sequência de acontecimentos de uma narrativa. Por vezes, também é chamado de trama, história ou ação. Samira Nahid de Mesquita define enredo como “organização artística da *fábula*, da *história*; a maneira como a matéria narrada é apresentada ao leitor; encadeamento global das sequências no interior de um texto narrativo, resultante da articulação e interdependência dos planos do discurso que narra e da estória que é narrada” (Mesquita, 1994, p. 65, grifos da autora). Para Afrânio Coutinho, o enredo é um dos três elementos primordiais da ficção literária, ao lado dos personagens e do ambiente, sendo “o resultado da ação ou da vida dos personagens, e das suas ações e interações na estória. É o que acontece, o conjunto de incidentes que compõem a narrativa, organizados em unidade artística e segundo uma arquitetura” (Coutinho, 2008, p. 57).

³² Também chamados de protagonistas. Conforme definição de Beth Brait, o personagem principal “é aquele que ganha o primeiro plano na narrativa” (Brait, 2006, p. 89). Coutinho, por sua vez, detalha a origem do termo: “O *protagonista* (do grego *protos*, primeiro, *agonistes*, que contesta) é o personagem principal, o herói ou heroína, a figura central, em torno da qual giram os acontecimentos, e cujo destino atrai a simpatia e identificação do leitor” (Coutinho, 2008, p. 54, grifos do autor).

de reabri-lo antes de saírem com as mãos abanando — afinal, todas as informações a respeito da redação estavam salvas em um disquete bem guardado no bolso de seu paletó.

Apesar de o raciocínio soar um tanto paranoico, o narrador é tomado pelo medo de sair de casa, e então recorda os acontecimentos dos últimos dois meses, desde que a redação começou a funcionar, no início de abril, até resultar naquela situação. Conforme antecipamos na Introdução, Colonna foi contratado por Simei para fazer um jogo duplo, ao melhor estilo das tramas de suspense. Superficialmente, aos olhos da equipe de redatores, ele exerceria o cargo de assistente da direção, para uniformizar o estilo dos textos e organizar a pauta. A real finalidade do acordo, porém, era escrever um livro de memórias, como *ghost-writer* do diretor, contando os bastidores do projeto *Amanhã* — uma forma de Simei lucrar com a história do jornal quando Vimercate decidiu pôr fim ao periódico. Aqui, cabe um parêntese: os outros repórteres não sabiam das intenções nebulosas do financiador do jornal, tampouco que o periódico jamais seria publicado.

Os demais personagens, todos secundários³³, são os seis redatores escolhidos para dar vida ao jornal: Maia Fresia, Romano Braggadocio, Cambria, Lucidi, Palatino e Constanza. Eles aparecem a partir do terceiro capítulo. Maia é descrita como uma jovem de 28 anos com passagem por uma revista de fofocas, onde perdia seu tempo investigando *affairs* de celebridades e armando tocaias com fotógrafos para flagras de beijos e traições. Com seu modo particular de interpretar o mundo, ela sonha em abandonar o conteúdo de entretenimento e construir uma carreira sólida no jornalismo. No decorrer da trama, a única repórter mulher do periódico (e única personagem mulher) terá envolvimento amoroso com Colonna. O relacionamento entre os dois não surpreende o leitor e chega a ficar em segundo plano durante boa parte da história.

Braggadocio, por sua vez, é um homem de meia idade com pinta de canastrão, sempre falante e propenso a acreditar em conspirações, sejam elas arquitetadas por governos, serviços secretos ou pela Igreja Católica. O próprio

³³ Também denominados coadjuvantes ou adjuvantes. Segundo Brait, trata-se de “personagem secundária que está ao lado do protagonista ou do antagonista e que, como eles, pode estar individualizada ou não” (Brait, 2006, p. 87). Já na definição de Coutinho, os personagens secundários “são todo o conjunto de figuras que participam dos acontecimentos sem importância decisiva na ação, e exercem o papel de expositores, de influência em protagonistas, de criadores de comicidade ou tragédia, ou de atmosfera típica” (Coutinho, 2008, p. 54).

repórter descreve-se como alguém “especializado em revelações escandalosas” (Eco, 2015, p. 34), com experiência em uma revista sensacionalista pertencente ao mesmo grupo do comendador. Um detalhe curioso é a história familiar do personagem. Seu avô paterno foi uma criança enjeitada que teve o sobrenome maldosamente inventado por um funcionário público: a expressão “braggadocio”, em inglês, significa algo próximo a “fanfarronice”. No entanto, muito mais grave do que a invenção do sobrenome foi a atuação do avô como alto dirigente no regime fascista de Mussolini, mancha que a família jamais superou.

Tomando por base a tipologia desenvolvida pelo romancista e crítico literário E. M. Forster (1879-1970), Colonna podem ser considerado um personagem redondo³⁴. Isto é, uma figura complexa, “apresentando várias qualidades ou tendências, surpreendendo convincentemente o leitor. São dinâmicas, são multifacetadas, constituindo imagens totais e, ao mesmo tempo, muito particulares do ser humano” (Brait, 2006, p. 41). Se examinarmos seu comportamento no decorrer do texto, veremos que sua caracterização engloba traços por vezes conflitantes. Enquanto, na vida amorosa, Colonna demonstra certo grau de insegurança, até mesmo imaturidade, a postura adotada na redação é carregada de desfaçatez e ironia. Ele sabe das intenções de Vimercate, conhece o objetivo do jornal e, mesmo assim, aceita participar da farsa sem qualquer peso na consciência. São contradições tipicamente humanas e que, portanto, conversam com a tipologia de Forster.

Não podemos dizer o mesmo de Maia e Braggadocio, que se encaixam melhor no grupo dos personagens planos³⁵. Saem de cena a complexidade e as contradições, dando lugar a figuras construídas ficcionalmente sobre uma característica única, facilmente identificável, seja ela defeito ou virtude. “Geralmente, são definidas em poucas palavras, estão imunes à evolução no transcorrer da narrativa, de forma que as suas ações apenas confirmem a impressão de personagens estáticas, não reservando qualquer surpresa ao leitor” (Brait, 2006, p.

³⁴ Do inglês, *round character*. Por vezes é chamado de *personagem esférico*, conforme a tradução utilizada. Esta última nomenclatura é a que encontramos, por exemplo, no ensaio “A personagem do romance”, de Antonio Candido (2002). Optamos por utilizar na dissertação o termo *personagem redondo*, assim como faz Beth Brait no livro *A personagem* (2006).

³⁵ Tradução do inglês utilizada tanto por Antonio Candido (2002) quanto por Beth Brait (2006) para a expressão *flat character*.

40-41). No caso de Braggadocio, argumentamos que sua característica central é o conspiracionismo, o que será examinado detalhadamente no próximo capítulo.

Os demais personagens são pouco explorados no romance, cumprindo papéis meramente de figurantes, tomando por empréstimo um termo utilizado na linguagem cinematográfica. Pouco se sabe sobre a vida de Cambria, Lucidi, Palatino e Constanza, exceto por algumas informações profissionais que são apresentadas durante a primeira reunião de redatores:

[...] Cambria tinha passado as noites em prontos-socorros ou delegacias para garimpar notícias frescas, prisões, mortes em acidentes espetaculares em estradas, e não fizera carreira; Lucidi inspirava desconfiança à primeira vista e havia trabalhado em publicações de que nunca ninguém tinha ouvido falar; Palatino vinha de uma longa carreira em semanários de jogos e passatempos; Constanza trabalhara como chefe de composição em alguns jornais [...] Como Simei tinha conseguido desencavar aquela gente, não sei (Eco, 2015, p. 34).

Sendo assim, do ponto de vista narrativo, o quarteto serve mais como apoio para uma porção de diálogos e situações vividas na redação do que para um aprofundamento psicológico ou qualquer ação importante para o enredo. De qualquer forma, essa breve descrição sobre suas experiências jornalísticas adiciona um tempero cômico. Afinal, o grupo de repórteres é formado exclusivamente por profissionais de reputação, no mínimo, duvidosa. Não espanta que as práticas editoriais sugeridas por Simei e Colonna, repletas de desvios éticos, sejam abraçadas pela equipe sem qualquer resistência ou constrangimento.

Passemos, portanto, à análise da produção de conteúdo e sua eventual relação com as bolhas ideológicas. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que todo veículo de comunicação possui seu *público-alvo*³⁶ ou preferencial. Não é absurdo presumir, à guisa de exemplo, que o perfil médio dos leitores de *Quatro Rodas* difere substancialmente dos assinantes de *Globo Rural*. Nada impede, obviamente, que um apaixonado por carros também se interesse por técnicas de manejo agrícola, mas convenhamos que esta seria uma combinação um tanto inusitada. Desse modo, é perfeitamente normal, do ponto de vista jornalístico, que

³⁶ De acordo com Erbolato (1985), entende-se por público-alvo o “Segmento da população que se pretende atingir com determinada matéria jornalística ou campanha publicitária” (Erbolato, 1985, p. 256). Em definição muito próxima, Rabaça e Barbosa (1998) afirmam tratar-se da “Parcela da população à qual é dirigida a mensagem. Segmento do público que se pretende atingir e sensibilizar com uma campanha, um anúncio, uma notícia etc.” (Rabaça; Barbosa, 1998, p. 486).

editores pautem suas equipes de acordo com interesses específicos de seu público. O leitor de *piauí* sabe que vai encontrar análises políticas nas edições mensais da revista, assim como o público de *Placar* aguarda por reportagens sobre o mundo do futebol.

Os jornais impressos, embora menos segmentados do que as revistas, também possuem seu público preferencial. Neste caso, a segmentação está menos relacionada ao tipo de conteúdo abordado (visto que os diários cobrem de votações no Congresso Nacional aos resultados esportivos) e mais à linha editorial adotada diante dos acontecimentos. Na França, por exemplo, leitores politicamente alinhados à esquerda preferem o *Libération*, enquanto conservadores tendem ao *Le Figaro*. Cenário semelhante pode ser observado na Itália de Umberto Eco, onde progressistas leem preferencialmente o jornal *La Repubblica*, ao passo que eleitores com posicionamento à direita confiam mais no *Corriere della Sera*.

A segmentação de público no jornalismo, importante frisar, não deve ser confundida com a formação das bolhas ideológicas, mencionadas de forma consensual por Kakutani (2018), D'Ancona (2018), Bucci (2019) e Santaella (2019) como característica fundamental da pós-verdade. As bolhas são uma espécie de deformação do conceito de público-alvo, por meio de sua radicalização e recusa ao diálogo com pontos de vista divergentes, como sinaliza Bucci (2019). Diante dessa diferenciação, fica o seguinte questionamento: é mais adequado afirmar que as práticas editoriais do jornal *Amanhã* são pensadas para um público-alvo ou para uma bolha ideológica? Em outras palavras, a redação opera em uma lógica jornalística convencional ou de acordo com o contexto discursivo de pós-verdade?

Ao longo do romance, o perfil de um possível leitor para o *Amanhã* vem à tona em apenas três momentos. Conforme resumimos anteriormente, mesmo que a intenção de Vimercate não fosse comercializar as edições livremente nas bancas, os repórteres contratados não tinham conhecimento disso. Era necessário, portanto, que eles tivessem ciência de quem seria o público do jornal. A primeira menção ao suposto leitor ideal é no encontro de boas-vindas aos redatores, no capítulo III. Logo depois de apresentar Colonna como assistente da direção, Simei descreve um perfil um tanto genérico sobre o segmento que o jornal pretende atingir. Como veremos no excerto, o personagem recorre a traços etários, socioeconômicos e culturais:

[...] os nossos leitores terão *mais de cinquenta anos*, serão *bons e honestos burgueses* que desejam a lei e a ordem, mas adoram fofocas e revelações sobre várias formas de desordem. Partiremos do princípio de que não são aquilo que se costuma chamar de leitor assíduo, aliás, grande parte deles *não deve ter nem livro em casa*, mas, quando necessário, falaremos do grande romance que está vendendo milhões de exemplares em todo o mundo. O nosso leitor não lê livros, mas gosta de pensar que existem grandes artistas excêntricos e bilionários, assim como nunca verá de perto a diva de pernas compridas e mesmo assim quer saber tudo sobre seus amores secretos (Eco, 2015, p. 32-33, grifos nossos).

Em outras palavras, o periódico busca dialogar com um público maduro em termos de idade, economicamente influente (classe média, profissionais liberais, proprietários de comércios, pequenos empresários etc.) e intelectualmente pedante (que não lê, mas gosta de exibir certa erudição). Diante dessa breve delimitação, podemos inferir que se trata de um leitor à direita no espectro político, de posicionamento liberal na economia e visão conservadora em hábitos e costumes. Se analisarmos esta primeira definição de Simei à luz do nosso referencial teórico, veremos que ela ainda é vaga para indicar a formação de uma bolha ideológica. Afinal, o trecho citado poderia muito bem ser utilizado para descrever o público médio de inúmeros veículos de perfil editorial de direita ou centro-direita, do *Corriere* à revista *Veja*.

Para D’Ancona (2018), a formação das bolhas só vai acontecer, de fato, no contexto que ele denomina de “bazar digital”. Pelo raciocínio do autor, mesmo que antes da internet já houvesse uma tendência à triagem homofílica, isto é, ao “impulso de congregação com aqueles com ideias afins” (D’Ancona, 2018, p. 53), foram as redes digitais que transformaram este comportamento naquilo que viemos a chamar de bolhas ideológicas. “A consequência é que as opiniões tendem a ser reforçadas, e as mentiras, incontestáveis. Definhamos no assim chamado ‘filtro bolha’” (D’Ancona, 2018, p. 53). Se adotarmos a ótica do autor britânico, o público preferencial descrito por Simei não constitui, por si só, uma bolha.

O mesmo acontece se utilizarmos a definição de Kakutani (2018). Vale lembrar que, na interpretação da autora estadunidense, as bolhas ideológicas remontam aos anos 1980, como reação conservadora aos avanços sociais das décadas anteriores, tais como a maior liberdade sexual das mulheres e a conquista de direitos civis para as comunidades afro-americana e LGBT. De acordo com Kakutani, a fragmentação de grupos estava relacionada, naquele primeiro momento,

a modos de vida (por exemplo, uma comunidade de imigrantes latinos vivendo em um subúrbio norte-americano). Somente com o passar do tempo é que essas divisões foram sedimentadas em posicionamentos políticos, a ponto de estabelecer rivalidades apaixonadas entre os grupos, nos mesmos moldes das torcidas de futebol. Sendo assim, aconteça e o que acontecer, os integrantes da bolha “vão continuar sendo torcedores fiéis até o fim dos tempos, desejando dor e humilhação para os adversários” (Kakutani, 2018, p. 137).

A definição de Santaella (2019), em contrapartida, permite uma aproximação com o perfil de leitor mapeado no trecho em análise, mesmo que timidamente. Segundo a autora, a característica central das bolhas — ou câmaras de eco — é a repetição incessante de crenças fixas, resultando na formação de grupos sem qualquer abertura para divergências:

Quando muito arraigada devido à repetição ininterrupta do mesmo, a unilateralidade de uma visão acaba por gerar crenças fixas, amortecidas por hábitos inflexíveis de pensamento, que dão abrigo à *formação de seitas cegas a tudo aquilo que está fora da bolha circundante*. Isso acaba por minar qualquer discurso cívico, tornando as pessoas mais vulneráveis a propagandas e manipulações, devido à confirmação preconceituosa de suas crenças (Santaella, 2019, p. 15-16, grifo nosso).

Observem que há uma divergência pontual entre os autores. Para D’Ancona (2018) e Kakutani (2018), a recusa ao diálogo com grupos divergentes é condição que antecede a caracterização das bolhas. Já para Santaella (2019), o distanciamento é o resultado da repetição incessante das crenças fixas no interior dos grupos. Ou seja, a formação das bolhas seria a primeira de três etapas: inicialmente, os indivíduos se reúnem com seus semelhantes; em segundo lugar, começam a reproduzir os mesmos argumentos; por último, o vício nas mesmas crenças gera a recusa ao diálogo. Considerando a perspectiva de Santaella (2019), portanto, aquele suposto leitor traçado por Simei (mais de 50 anos, classe média e conservador) pode ser lido como uma bolha ideológica em sua primeira etapa, a de reunião dos indivíduos com visão de mundo em sintonia.

Ainda no terceiro capítulo do romance, há um diálogo que merece ser trazido para a análise. Ao apresentar Colonna como o profissional responsável por uniformizar o estilo dos textos produzidos pela redação, Simei pede que os repórteres evitem expressões do senso comum. Ele cita como exemplo o uso já

batido de “olho do furacão” para designar o centro de algum problema, tendo em vista que, segundo a literatura científica, é justamente o olho do furacão a região mais calma. O assistente, em contrapartida, discorda da recomendação, argumentando que o jornalismo precisa recorrer a termos simples para facilitar o entendimento do público: “Nesse caso direi que é preciso usar olho do furacão porque, diga o que disser a ciência, o leitor não sabe disso, e é exatamente o olho do furacão que vai lhe dar a ideia de estar no meio do problema” (Eco, 2015, p. 32). O diretor prontamente cede ao pedido, convencido de que realmente “é preciso falar a linguagem do leitor, e não a dos intelectuais que dizem obliterar o documento de viagem” (Eco, 2015, p. 32).

A questão volta à tona no capítulo IX, quando a equipe do jornal faz uma correção coletiva de um artigo e Braggadocio questiona: “A ira de Moscou? Mas não é banal usar sempre expressões assim enfáticas, a fúria do presidente, a ira dos aposentados e assim por diante?” (Eco, 2015, p. 93). Colonna mantém o mesmo posicionamento, sob o argumento de que “o leitor espera exatamente essas expressões, foi acostumado a isso por todos os jornais” (Eco, 2015, p. 93). O protagonista do romance prossegue com o raciocínio:

O leitor só vai entender o que está acontecendo se lhe disserem que há uma queda de braço entre duas forças, que o governo anuncia um pacote de sacrifícios, que vamos subir a ladeira, que o Quirinal³⁷ está em pé de guerra, que Craxi³⁸ disparou à queima-roupa, que o tempo urge, que não deve ser demonizado, que não é hora de dar apoio tapando o nariz, que estamos com a água no pescoço, ou então que estamos no olho do furacão. E o político não diz nem afirma com energia, mas dispara. E as forças da ordem agiram com profissionalismo (Eco, 2015, p. 93-94).

Cabe aqui desfazer uma confusão estabelecida pelos personagens. A utilização da linguagem do público é um recurso, de fato, próprio ao jornalismo. Se acessarmos o site da revista *Capricho*, por exemplo, observaremos que a redação recorre a gírias típicas do leitor jovem, que é o público-alvo do veículo. Duas matérias publicadas respectivamente nos dias 10 e 11 de maio de 2023 demonstram

³⁷ Antigo palácio papal, construído no século XVI, o Palácio do Quirinal é a residência oficial do presidente da Itália. Está localizado sobre o Monte Quirinal, uma das sete colinas sobre as quais Roma foi fundada.

³⁸ Bettino Craxi (1934-2000) foi primeiro-ministro da Itália de 1983 a 1987. Em 1992, mesmo ano em que se passa a história de *Número Zero*, foi acusado de ter recebido doações ilegais na casa de US\$ 12 milhões para financiamento do Partido Socialista Italiano (PSI). Craxi foi condenado a quatro anos de prisão, mas exilou-se na Tunísia, onde morreu, aos 65 anos, sem cumprir a pena (Ex-premiê..., 2000, n.p.).

essa tendência já em seus títulos: “*Fui cancelada por estar bem*’, diz influenciadora que se curou do câncer” (Morales, 2023, n.p., grifo nosso); “*Quero dar um ‘ghosting’ em alguém, mas me sinto mal... E agora?*” (Nunes, 2023, n.p., grifo nosso). As expressões “fui cancelada”³⁹ e “quero dar um ghosting”⁴⁰ são características do vocabulário utilizado por adolescentes e jovens na internet. Dificilmente elas seriam utilizadas em títulos de revistas voltadas ao público adulto, como *IstoÉ* ou *Exame*.

Acontece que utilizar a linguagem do leitor não é a mesma coisa, tecnicamente, do que recorrer a expressões do senso comum, também conhecidas como chavões ou modismos. O raciocínio de Colonna, portanto, está jornalisticamente equivocado. Os três manuais de redação consultados em nossa pesquisa vetam o uso de modismos. O *Globo*, por exemplo, adverte que “Se nem sempre é possível fugir dos termos técnicos, não há desculpa para adotar modismos e maneirismos verbais” (Garcia, 1999, p. 25). O *Estado de S. Paulo*, por sua vez, afirma que o modismo, também chamado de lugar-comum ou clichê, “Deve ser evitado a todo custo no jornal, pois transmite ao leitor uma idéia de texto superado, envelhecido e sem imaginação” (Martins Filho, 1997, p. 163). A *Folha de S. Paulo*, por fim, traz uma lista de cacoetes de linguagem a serem evitados, que vão de “abrir com chave de ouro” a “vitória esmagadora”. Conforme o manual, os modismos “vulgarizam o texto jornalístico” (Folha de S. Paulo, 2001, p. 55).

Como pudemos verificar nos manuais de redação jornalística, expressões do senso comum não são sinônimo para “linguagem do leitor”, como postulam Simei e Colonna em mais de uma oportunidade. De qualquer forma, sua eventual utilização, como presenciamos em *Número Zero*, não contribui para a formação de bolhas ideológicas, apenas representa um vício de estilo que denota pobreza textual. Isso não causa espanto se levarmos em consideração as experiências profissionais do grupo de redatores. O protagonista, aliás, sequer é jornalista de formação. Conforme mencionamos no resumo do enredo, sua real ocupação é como *ghost-writer* de um

³⁹ A expressão “fui cancelada” faz referência ao que se convencionou chamar de “cultura do cancelamento”. Trata-se de uma prática típica das redes sociais, que se assemelha a um justicamento digital: famosos ou pessoas comuns que adotam posicionamento contrários a determinados grupos ou são flagrados em comportamentos errados passam a ser alvo de ondas de críticas na internet. “O ‘cancelamento’ é um ataque à reputação que ameaça o emprego e os meios de subsistência atuais e futuros do cancelado. Extremamente frequente nos Estados Unidos, ela [sic] hoje abate personalidade [sic], mas também anônimos” (Sanchez, 2020, n.p.).

⁴⁰ *Ghosting*, por sua vez, tem origem no termo *ghost*, que, em inglês, significa “fantasma”. A expressão é utilizada para se referir ao sumiço repentino de alguém em uma relação afetiva, seja ela amorosa ou de amizade (Nunes, 2023).

escritor policial. O emprego no jornal foi apenas um pretexto para poder escrever o livro que Simei encomendou.

Sigamos agora para o segundo momento do romance em que há menção aos possíveis leitores do *Amanhã*, localizado ao final do capítulo V. Maia Fresia, àquela altura já incomodada com os rumos tomados pela redação, sugere uma matéria sobre os finalistas do Strega, prêmio literário de prestígio na Itália — um equivalente ao Jabuti, no Brasil. Simei, como de costume, reage à ideia com desdém. “Não podemos tratar demais de cultura, os nossos leitores não leem livros, no máximo a *Gazzetta dello Sport*” (Eco, 2015, p. 67). A advertência do diretor reforça um traço já exposto em falas anteriores, uma espécie de aversão aos livros. O público do jornal não gosta de literatura, mas possivelmente ostenta prateleiras repletas de clássicos, na sala de casa, para fazer pose intelectual aos olhos das visitas.

Simei parece sensível a esse comportamento pedante do público, propondo uma roupagem mais leve à sugestão de Maia. O suplemento cultural deveria ser uma página de entretenimento barato:

Mas, concordo, o jornal não pode deixar de ter uma página, não digo cultural, mas digamos de cultura e espetáculo. No entanto, os fatos culturais relevantes devem ser apresentados em forma de entrevista. Entrevista com o autor é tranquilizadora, porque nenhum autor fala mal do próprio livro, portanto o nosso leitor não fica exposto a espinhações rancorosas e prepotentes. [...] Faça do maldito livro uma coisa humana que mesmo a dona de casa consiga entender, e assim não terá remorsos se não o ler [...] (Eco, 2015, p. 67-68).

Temos, neste segundo caso, a mesma situação descrita anteriormente. A produção de um conteúdo segmentado, praticamente sob medida para o público do veículo, não é uma estratégia exclusivamente ligada às bolhas, apesar de também ser utilizada neste meio. Por óbvio que a personalização também pode apresentar desvios de finalidade. O tratamento que Simei sugere aos conteúdos artísticos, aproximando-os de *fait-divers*⁴¹, é um exemplo didático de desvio. Fato é que nenhum dos autores abordados na fundamentação teórica, de Kakutani (2018) a Bucci (2019), relacionam a personalização do conteúdo jornalístico à formação dos filtros homofílicos.

⁴¹ Em tradução livre do francês, “fatos diversos”. Compreende-se por *fait-divers* “toda e qualquer notícia que implique rompimento insólito ou extraordinário do curso cotidiano dos acontecimentos. Assim, o crime passional, a briga de rua, o atropelamento, o assalto são *faits-divers*, narrativas típicas do jornalismo sensacionalista e popularesco” (Rabaça; Barbosa, 1998, p. 255).

Por último, o terceiro excerto que foca no perfil dos leitores é também o mais promissor em termos de análise. No capítulo XIV, ponto em que a trama já se aproxima do clímax, Simei e Lucidi debatem os detalhes para a produção de uma reportagem que seja capaz de lançar dúvidas sobre a sexualidade de figuras políticas de destaque. O tom preconceituoso da pauta e a utilização de termos pejorativos para se referir à comunidade LGBT são censurados por Maia. As ponderações da jovem repórter, contudo, não recebem endosso de nenhum colega de redação. Nem mesmo de Colonna, com quem ela já mantinha encontros amorosos. O narrador não demonstra qualquer sinal de contrariedade à proposta, apenas assiste ao que está acontecendo. A cena que introduz o assunto, aliás, é reveladora acerca da visão de mundo retrógrada dos redatores que integram a equipe do jornal:

— Bicha — disse naquela manhã Simei durante a reunião diária. — Bicha é assunto que sempre atrai.
 — Já não se diz bicha — arriscou Maia. — É gay. Ou não?
 — Eu sei, eu sei, queridinha — reagiu Simei contrariado —, mas os nossos leitores ainda dizem bicha, ou pelo menos pensam bicha porque para eles faz sentido usar essa palavra. Eu sei que agora não se diz preto, mas negro, não se diz cego, mas deficiente visual. Mas negro é sempre negro, e um deficiente visual não enxerga um palmo à frente do nariz, coitadinho. Não tenho nada contra os bichas, é como os pretos, adoro todos, desde que fiquem em suas casas (Eco, 2015, p. 145-146).

Maia tenta impedir a produção da matéria, argumentando que se os leitores são tão resistentes à comunidade gay, a melhor alternativa talvez seja não abordar o assunto nas páginas do *Amanhã*. Simei, pelo contrário, diz que é justamente por esse motivo que a pauta precisa ser trabalhada. O raciocínio, que segue a mesma linha preconceituosa, também carrega traços de conspiracionismo. “As pessoas acham que só escritores e dançarinos são bichas, mas alguns deles nos comandam e nem percebemos. São uma máfia e se ajudam entre si. E a isso os nossos leitores podem ser sensíveis” (Eco, 2015, p. 146).

Sem apoio dos colegas de redação, Maia se afasta do diálogo, que prossegue apenas com o diretor e Lucidi, o encarregado por escrever a matéria. O repórter, com seu ar soturno, que lembra facilmente os agentes duplos das histórias de espionagem, afirma que poderia listar inúmeros nomes de poderosos que escondem sua homossexualidade. Lucidi diz conhecer até mesmo um ex-ministro

que frequenta “certa livraria em Roma, onde os homossexuais de categoria se encontram” (Eco, 2015, p. 147). Simeï não esconde o entusiasmo com a história, e pede para que o repórter escreva um texto recheado de insinuações, com a intenção de causar desconforto na comunidade gay e agitar os ânimos do público conservador do jornal. Chama a atenção o trecho em que o diretor sugere o modo como as insinuações devem ser inseridas nas entrelinhas:

Mas há também um modo de sugerir nomes. Por exemplo, dizer que o lugar é absolutamente respeitável por ser frequentado por gente muito boa, e aí saem sete ou oito nomes de escritores, jornalistas e senadores acima de qualquer suspeita. Só que entre os nomes também estão um ou dois que são bichas. Ninguém vai poder dizer que nós estamos caluniando alguém, porque aqueles nomes aparecem exatamente como exemplo de pessoas idôneas. Aliás, inclua algum que seja conhecido como mulherengo de carteirinha, de quem se conheça até o nome da amante. Assim, estaremos enviando uma mensagem codificada, quem quiser entender que entenda, *alguém vai perceber que, se quiséssemos, poderíamos escrever muito mais* (Eco, 2015, p. 147-148, grifo nosso).

Mesmo conhecendo a reputação duvidosa do grupo de redatores, o episódio em questão surpreende pela naturalidade com que os personagens aceitam o desvio ético proposto por Simeï. Por mais óbvio que o respeito à diversidade constitua um princípio deontológico do jornalismo, é válido trazer aqui o que dizem os manuais de redação consultados a respeito de insinuações envolvendo a vida privada e, em especial, a sexualidade alheia.

O jornal *O Globo*, por exemplo, é enfático sobre a proibição de manifestações preconceituosas em suas páginas. “Isso inclui preconceitos sobre etnia, nacionalidade, características físicas ou mentais, religião, preferência sexual [*sic*] etc.” (Garcia, 1999, p. 119). A *Folha de S. Paulo* é ainda mais específica, fazendo um alerta sobre o direito à privacidade. “A vida privada só tem relevância jornalística se estiver crucialmente ligada a fato de interesse ou legítima curiosidade públicos” (Folha de S. Paulo, 2001, p. 27). Dessa forma, por mais que figuras públicas como políticos, artistas e empresários estejam sujeitas à exposição, sua orientação sexual não pode ser entendida como pauta jornalística. Muito menos como forma de chantagem para obtenção de benefícios pessoais pelo financiador do jornal.

O problema deste último episódio não reside apenas na violação dos padrões éticos do jornalismo. Ao contrário dos dois excertos analisados anteriormente, o diálogo de Simeï e Lucidi se relaciona de forma mais direta com a formação das

bolhas ideológicas. Não sob a perspectiva de D’Ancona (2018), para quem as bolhas são indissociáveis do ambiente digital, mas sim para Kakutani (2018), que descreve um processo de radicalização que começou com a reunião de indivíduos com valores compartilhados e resultou na divisão de grupos cada vez menos dispostos ao diálogo. E também para Santaella (2019), para quem as bolhas se caracterizam pela repetição insistente de crenças “que dão abrigo à formação de seitas cegas a tudo aquilo que está fora da bolha circundante” (Santaella, 2019, p. 15-16).

Quando Simei surge com a ideia de uma reportagem recheada de insinuações preconceituosas, seu argumento é de que os leitores do jornal são *sensíveis* ao tema. Em outras palavras, ele quer dizer que o público compartilha a mesma visão homofóbica de considerar inadmissível a presença de homens gays no parlamento. O diretor do jornal não deixa dúvidas de que uma das intenções da pauta é provocar agitação dos leitores, causar indignação. Ele deseja, portanto, uma reação passional do público diante do conteúdo, o que se encaixa na definição de Kakutani (2018) a respeito do comportamento passional das torcidas, e também ao que Santaella (2019) denomina de inflexibilidade de pensamento. Bucci (2019), que também discute o processo, afirma que o traço definidor na formação das bolhas “é a impermeabilidade ao dissenso” (Bucci, 2019, p. 61). Leitores *sensíveis* à presença de homens gays na política nos parece um exemplo robusto de bolha impermeável ao dissenso, às opiniões divergentes e à complexidade cultural contemporânea.

Dessa forma, podemos concluir que, apesar de menos presente do que os desvios de estilo jornalístico, a tendência ao conteúdo homofílico, planejado para reforçar crenças — e preconceitos — já existentes entre os leitores também faz parte das representações da redação. Os conteúdos podem até não serem planejados exclusivamente com essa finalidade, mas essa tendência emerge em pontos decisivos da narrativa. Se não podemos afirmar que os redatores trabalham propositalmente sob a lógica das bolhas, veremos a seguir que o carro-chefe do *Amanhã* é o apelo constante às emoções, seja para mascarar opiniões por fatos ou mesmo para abalar a reputação de desafetos.

3.2 NOTÍCIAS À FLOR DA PELE: RAZÃO E EMOÇÃO

Analisaremos, nesta seção, algumas das práticas editoriais adotadas pelo jornal *Amanhã*, tendo em vista possíveis pontos de encontro com a segunda característica básica da pós-verdade: o predomínio das emoções sobre a racionalidade. Considerando que o uso de apelos emocionais pela equipe do periódico é notadamente mais corriqueiro do que a relação com as bolhas ideológicas, optamos por limitar o *corpus* em três tópicos. O critério para o recorte está relacionado à importância dos elementos escolhidos no desenvolvimento do enredo. São eles: o embate entre fatos e opiniões, o uso da desconfiança no caso dos desmentidos e, por fim, as manobras textuais para destruição de reputações. Para cada um desses tópicos, utilizaremos trechos selecionados em mais de um capítulo do romance, o que evidencia sua recorrência na trama. Nossos comentários serão elaborados com base no aporte teórico trazido no capítulo 2 e na comparação com os manuais de redação e estilo já mencionados.

O primeiro tópico é a divisão entre fatos e opiniões no jornalismo. O assunto está longe de ser novidade e já passou por entendimentos diferentes do atual, conforme o período histórico analisado. O pesquisador norte-americano Kevin Lerner (2020) ressalta que, no século XVIII, os jornais “eram instrumentos para expressão pessoal de indivíduos — seus proprietários. Pouco se pensava sobre se a opinião e o fato estavam ou não misturados” (Lerner, 2020, n.p.). No século seguinte, era comum que periódicos defendessem ideais políticos abertamente. Muitas publicações, inclusive, eram custeadas por partidos ou figuras políticas e tinham duração efêmera (geralmente em períodos específicos de campanha eleitoral). No Brasil do Segundo Reinado (1840-1889), jornais se dividiam entre os ideais republicanos e monarquistas, ou na oposição entre abolicionistas e os interesses escravocratas dos barões do café.

Foi apenas na virada para o século XX que os empresários da comunicação passaram a expandir a tiragem dos jornais, buscando atingir um público cada vez mais amplo. Para tanto, foi necessário adotar um conteúdo menos partidário, que pudesse ser lido até mesmo por grupos divergentes. Foi nesse período que a comercialização de anúncios publicitários tornou-se a principal fonte de recursos dos veículos de imprensa. A transformação dos jornais em produtos a serem vendidos,

salienta Lerner (2020), foi determinante para a separação, que predomina até hoje, entre fatos e opiniões. Sendo assim, o relato dos acontecimentos passou a seguir padrões de objetividade⁴², enquanto as seções de opinião ficaram restritas ao editorial (onde os veículos expõem o próprio posicionamento diante de temas variados) e às colunas assinadas (em que os textos refletem o posicionamento pessoal do autor).

Não é problemático, portanto, um jornal ter sua opinião diante dos acontecimentos. O problema é quando um conteúdo de teor opinativo é entregue ao leitor com a roupagem de registro factual, podendo levar a entendimentos equivocados por parte do público. É justamente essa postura eticamente reprovável que podemos observar na redação dirigida por Simeí. Durante uma das reuniões de pauta para o planejamento da primeira edição do *Amanhã*, Colonna promove um exercício de prática textual cujo objetivo é disfarçar a opinião dos repórteres. Ele sugere que a disposição das declarações dos entrevistados seja feita, no corpo do texto, de modo que as opiniões semelhantes às do repórter sejam contrapostas com pontos de vista genéricos ou absurdos.

A esperteza está em pôr antes entre aspas uma opinião banal e depois outra opinião, mais racional, que se assemelhe muito à opinião do jornalista. Assim o leitor tem a impressão de estar sendo informado de dois fatos, mas é induzido a aceitar uma única opinião como a mais convincente. Vamos ver um exemplo. Um viaduto desmoronou, um caminhão caiu e o motorista morreu. O texto, depois de relatar rigorosamente o fato, dirá: Ouvimos o senhor Rossi, 42 anos, que tem uma banca de jornal na esquina. *Fazer o quê, foi uma fatalidade*, disse ele, *sinto pena desse coitado, mas destino é destino*. Logo depois um senhor Bianchi, 34 anos, pedreiro que estava trabalhando numa obra ao lado, dirá: *É culpa da prefeitura, que esse viaduto estava com problemas eu já sabia há muito tempo*. Com quem o leitor se identificará? Com quem culpa alguém ou alguma coisa, com quem aponta responsabilidade (Eco, 2015, p. 55-56, grifos do autor).

Após a recomendação de Colonna, os redatores prosseguem com o exercício, criando situações hipotéticas em que declarações banais são sucedidas

⁴² O conceito de objetividade jornalística, segundo Erbolato (1985), diz respeito à tentativa de relatar os acontecimentos limitando-se à descrição dos fatos e às declarações de fontes. O autor reconhece, no entanto, a impossibilidade de se alcançar por completo a objetividade textual, “pois vários fatores influem para não ser conseguida e, entre eles, a posição do informante ou do repórter, a emoção e a política editorial” (Erbolato, 1985, p. 224). A mesma problematização consta em Rabaça e Barbosa (1998), para quem “a objetividade é impossível, em termos absolutos. Tanto em veículos impressos quanto audiovisuais, e até mesmo na fotografia, o simples mecanismo de seleção das informações a serem divulgadas e o encadeamento dessas informações no discurso já eliminam a pretensa objetividade. Em jornalismo, é mais adequado falar em honestidade de informação do que em objetividade” (Rabaça; Barbosa, 1998, p. 499).

por outras mais enfáticas e que reverberam o posicionamento do jornal. O assunto volta à tona mais adiante, no capítulo VIII, quando Simei encarrega Braggadocio da produção de uma matéria analítica sobre os impactos de longo prazo da Lei Merlin, que determinou o fechamento dos bordéis italianos em 1958. A intenção de Simei é fazer uma defesa implícita da reabertura dos prostíbulos. Assim como no caso das insinuações de cunho homofóbico contra parlamentares, somente Maia manifesta-se contra a realização da pauta. Os demais membros da equipe omitem-se na discussão, o que denota o perfil machista dos personagens.

A forma como Simei planeja disfarçar o posicionamento do jornal assemelha-se com a estratégia sugerida por Colonna anteriormente:

Mas, preste atenção, estou pensando numa página temática, à esquerda o artigo de Braggadocio, à direita uma reportagem sobre a degradação das avenidas periféricas, com o *trottoir* indecente, de modo que à noite não se pode passar por lá com criança. Nenhum comentário para ligar os dois fenômenos, mas deixamos que o leitor tire suas conclusões, no fundo do coração todos concordam com a volta das saudáveis casas de tolerância, as mulheres porque assim os maridos não precisam parar à beira das avenidas para pegar marafonas e empestar o carro com perfume barato, e os homens porque assim podem dar sua escapadela para um daqueles vestibulos, e, se for visto por alguém, dirá que está passando por lá para apreciar a cor local, quem sabe para ver *art nouveau* (Eco, 2015, p. 87-88, grifos do autor).

Os três manuais de redação utilizados são unânimes em vetar a presença de opiniões de repórteres nas seções noticiosas. *O Globo*, por exemplo, afirma que as notícias constituem a principal matéria-prima para as opiniões de articulistas e colunistas do jornal, mas elas, por si só, devem respeitar o padrão de objetividade (Garcia, 1999). Já *O Estado de S. Paulo*, em sua vigésima instrução geral para a equipe, alerta que não cabe a repórteres emitir sua visão pessoal nos textos, mas entregar o máximo de objetividade possível, de modo a proporcionar ao leitor as ferramentas para seu próprio julgamento do noticiário. *A Folha de S. Paulo*, por fim, prega o exercício de um *jornalismo crítico*, mas que não deve ser confundido com qualquer tentativa de *jornalismo opinativo*. “Mesmo sem opinar, é sempre possível noticiar de forma crítica. Compare fatos, estabeleça analogias, identifique atitudes contraditórias e veicule diferentes versões sobre o mesmo acontecimento” (Folha de S. Paulo, 2001, p. 44).

Diante do que encontramos nos três manuais, é flagrante que as orientações de Simei e Colonna atentam contra as práticas esperadas do jornalismo profissional. Nossa leitura, porém, é de que os dois episódios extraídos de *Número Zero* vão além do mero desvio profissional, e também se relacionam com os apelos emocionais típicos da pós-verdade. Vejamos o primeiro caso: no exercício proposto aos redatores, Colonna ressalta que a organização das declarações de entrevistados deve ser feita de modo a induzir o leitor a concordar com o posicionamento do próprio veículo, recorrendo ao sentimentalismo — e por vezes ao sensacionalismo — descrito por Bucci (2019).

Relembremos o caso: hipoteticamente, acontece o desabamento de um viaduto, resultando na morte de um caminhoneiro. A orientação do jornal não é apenas relatar os fatos, ouvir testemunhas e levantar hipóteses racionais sobre as causas da tragédia, postura que esperaríamos de um veículo convencional. A recomendação é encontrar um culpado a qualquer custo — no caso, a prefeitura —, mesmo que essa responsabilidade não tenha sido comprovada por qualquer estudo ou laudo técnico. O que Colonna sugere à equipe é plantar uma semente de desconfiança no leitor. Como pontua D’Ancona (2018), um dos êxitos da Comissão de Investigação da Indústria do Tabaco dos Estados Unidos, na década de 1950, foi semear a dúvida em relação aos estudos que associavam o cigarro a doenças pulmonares. Produtores de cigarro financiaram pesquisas de caráter duvidoso não para ganhar a discussão, mas para gerar uma falsa sensação de que os malefícios do fumo não eram unânimes entre os especialistas. A mesma estratégia seria repetida, anos mais tarde, pelos negacionistas do aquecimento global.

No exemplo utilizado por Colonna durante o exercício textual, é justamente esse tipo de desconfiança que está sendo plantada por meio da fala de uma testemunha. Por mais que um futuro relatório técnico isente o poder público de qualquer responsabilidade na queda do viaduto, a confusão já terá sido estabelecida. Afinal, uma parcela do público já terá sido induzida pela desconfiança. Além disso, é válido sinalizar que a atribuição de culpa proposta por Colonna dialoga com a busca por conforto psíquico característica da pós-verdade, movimento também descrito por Bucci (2019). Neste caso, o conforto está intrinsecamente ligado à atribuição de culpa. Não importa que o desabamento possa ter sido, ao fim e ao cabo, apenas uma fatalidade, impossível de ser antecipada pelos engenheiros

da prefeitura. É mais confortável, do ponto de vista emocional, admitir que houve um culpado pela morte do motorista inocente. É sempre revoltante afirmar que uma tragédia poderia ter sido evitada, que o acidente não foi uma aleatoriedade, mas um descaso das autoridades. Se tomarmos por base o contexto de pós-verdade, é bastante provável que a vontade de acreditar na versão em que existem culpados prevaleça sobre qualquer investigação racional.

Consideremos agora o segundo exemplo deste tópico: o caso dos bordéis. Simei é da opinião de que “as velhas casas de tolerância” (perceba o tom saudosista do personagem) devem ser novamente autorizadas pelo governo italiano. Não sabemos aqui se a motivação do diretor é de cunho pessoal (há um desejo manifesto de voltar a frequentar os prostíbulos, como ele fazia nos tempos de juventude) ou em prol de interesses financeiros do comendador (que assim poderia investir abertamente na prostituição). Fato é que o posicionamento do jornal não é posto para o leitor de forma transparente, em editorial ou coluna de opinião, como recomendam os manuais. A estratégia de Simei é induzir o público por meio da combinação de uma matéria analítica em uma página, recordando a lei de 1958, com uma reportagem sobre a degradação das ruas de Milão, na página ao lado, apontando os perigos de circular à noite.

No ensaio intitulado *Padrões de manipulação na grande imprensa*, Perseu Abramo (2003) descreve cinco estratégias de manipulação utilizadas pela imprensa brasileira. O quarto padrão é o da indução, que consiste em “levar a crer num contexto deliberadamente criado e insistentemente apresentado na forma de realidade” (Christofoletti, 2018, p. 68). É o que sugere Simei. Mesmo sem recorrer a opiniões explícitas, o *Amanhã* quer provocar um sentimento no leitor: os prostíbulos talvez não fossem tão ruins assim e, até mesmo, contribuía para a segurança das ruas. A indução ainda ganharia respaldo em exemplos aleatórios, como das ruas *San Giovanni sul Muro* e *Fiori Chiari*, na mesma cidade, que deixaram de ser frequentadas por intelectuais notívagos e outros figurões boêmios em busca de sexo e ficaram praticamente às moscas após a proibição dos bordéis. O apelo emocional utilizado no trecho em questão é o saudosismo, isto é, a idealização de um passado supostamente belo, harmonioso e seguro.

Não obstante, a postura de Simei carrega semelhança com o que Kakutani (2018) relata acerca da campanha presidencial de Donald Trump. Em seu livro *A*

morte da verdade, a autora recorda que o republicano recorreu sistematicamente ao saudosismo, descrevendo um país devastado pela alta criminalidade, por ondas migratórias que teriam amplificado a violência e por uma economia em ruínas. O slogan “Make America great again”⁴³ apelava para o sentimento de nostalgia em relação aos Estados Unidos das décadas de 1950 e 1960, um país supostamente mais seguro e economicamente mais estável. Não é difícil imaginar Simeu adaptando o bordão de Trump para defender a volta dos bordéis na Itália. Afinal, o diretor do *Amanhã* afirma com todas as letras que “os velhos tempos não eram tão ruins assim” (Eco, 2015, p. 87). Além de afirmar, mais uma vez apelando ao sentimentalismo, que o público do jornal concordava, “no fundo do coração”, com a volta das casas de tolerância.

Sigamos para o segundo tópico analisado nesta seção: as distorções de linguagem e o uso da desconfiança no caso dos desmentidos. Logo após o exercício que incentivou a utilização de opiniões mascaradas de fatos em textos supostamente imparciais, a redação é treinada para reagir a eventuais desmentidos⁴⁴ de leitores. Dessa vez, Colonna utiliza um exemplo bem menos realista do que o desabamento de um viaduto: ele exhibe aos redatores uma carta fictícia assinada por alguém chamado Elucídio Desmentino (há um tom de comicidade no episódio), na qual o autor afirma ser impossível ter participado do assassinato de Júlio César, como fora acusado em uma matéria, uma vez que o líder militar romano viveu cerca de 2 mil anos atrás.

Colonna afirma que sempre é possível reagir a um desmentido, mesmo tão contundente quanto a carta fictícia assinada por Elucídio. O segredo reside em recorrer a três elementos básicos: testemunhas anônimas, referência a documentos, mesmo que inexistentes, e ataques à credibilidade da pessoa que tentou desmentir o jornal. Vejamos a orientação dada aos redatores:

Um, a anotação que o jornal fez daquilo que foi escrito por fontes próximas ao senhor Desmentino. Isso sempre funciona, não se diz quais são as fontes, mas se sugere que o jornal tem fontes confidenciais, talvez mais confiáveis que Desmentino. Depois se recorre ao caderno do jornalista.

⁴³ Em tradução livre do inglês: *Faça a América* [isto é, os Estados Unidos] *grande novamente*.

⁴⁴ No jargão jornalístico, os desmentidos são as retificações de informação solicitadas por leitores, fontes ou órgãos oficiais. Os desmentidos são publicados quando a equipe de um veículo percebe que houve erro ou falha de apuração, bem como a divulgação de informações imprecisas. O manual de redação d'O *Globo* é categórico ao afirmar que “Solicitações de retificação são atendidas sempre que o jornal reconhece que houve erro na notícia original” (Garcia, 1999, p. 123).

Esse caderno ninguém vai ver, mas a ideia de uma transcrição ao vivo infunde confiança no jornal, faz acreditar que existem documentos. Por fim repetem-se insinuações que por si só não dizem nada, mas *lançam uma sombra de suspeita* sobre Desmentino (Eco, 2015, p. 61-62, grifo nosso).

Feita a provocação, os redatores ficam com a tarefa de criarem exemplos mais plausíveis de desmentidos e possíveis reações do jornal, com base nos três fundamentos apresentados. Como de costume, Maia Fresia é a única repórter a questionar tal prática. “Fiz a tarefa, doutor Simei, mas, se me permite, isso me parece, como dizer, uma cafajestada” (Eco, 2015, p. 62). Nitidamente incomodado com a resistência, o diretor alega que “seria uma cafajestada pior admitir que o jornal não verificou as fontes” (Eco, 2015, p. 63).

O trecho nos chama atenção não pela hipótese de um jornal reagir a desmentidos. Afinal, qualquer veículo de comunicação está sujeito a receber solicitações de retificação — e nem sempre se tratam de pedidos legítimos. Basta lembrarmos, mais uma vez, do ex-presidente norte-americano Donald Trump. Em janeiro de 2017, veículos de imprensa noticiaram que o público presente na posse do republicano havia sido menor do que a multidão que acompanhou a posse de seu antecessor, o democrata Barack Obama, em 2009. A informação foi corroborada por imagens aéreas e técnicas de mensuração de multidões utilizadas em shows de música ao ar livre. Como relata Kakutani (2018), Trump tentou desmentir a imprensa recorrendo a manobras retóricas que não correspondiam à realidade objetiva. Para ele, pouco importavam os fatos.

É óbvio, portanto, que os veículos de comunicação podem reagir a desmentidos fraudulentos, como os de Trump. Mas esse não era o caso em *Número Zero*. No exemplo trazido por Colonna e Simei, a pessoa que desmente o jornal tem razão em seus argumentos. Sendo assim, o que surpreende é a estratégia recomendada pelos editores do *Amanhã*. Em vez de publicar uma errata, admitindo publicamente a falha de apuração, o jornal mencionaria testemunhas confidenciais inexistentes, documentos falsos e anotações supostamente feitas pelo repórter durante a entrevista. Ou seja, um contorcionismo retórico para justificar o erro do jornal e deslegitimar o autor do contraponto. Como pontuam Bucci (2019) e D’Ancona (2018), o fenômeno sociocultural que chamamos de pós-verdade é caracterizado justamente pela indiferença à verdade. Saber que um argumento é

verdadeiro ou mentiroso tornou-se dispensável. Ao que tudo indica, Collona e Simei são adeptos de tal indiferença.

Por fim, o terceiro fundamento de reação proposto pelo narrador, o de lançar dúvidas quanto à credibilidade de quem se contrapôs ao jornal, carrega um paralelo ainda mais significativo com o contexto da pós-verdade. Isso porque, se retomarmos o que Kakutani (2018) chama de *apropriação e corrosão da linguagem*, estratégia diretamente interligada aos apelos emocionais, lembraremos que o esvaziamento de significados é recorrente aos partidários tanto de Donald Trump, quanto do Brexit e do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os primeiros, quando subvertem a definição de *fake news*, acusando jornalistas profissionais de estarem mentindo, apesar das evidências factuais. Os segundos, ao desprezarem qualquer estatística trazida por especialistas que contrariasse seus argumentos contrários a Bruxelas ou à política migratória do Reino Unido. Os últimos, quando falsificam a história brasileira e celebram o golpe de 1964 como um movimento supostamente democrático. Ou ainda quando esvaziam o significado do termo “comunista” ao rotular todo e qualquer opositor dessa forma, seja ele um cidadão comum ou um ex-presidente como Fernando Henrique Cardoso, sociólogo de perfil social-democrata.

Consideremos, finalmente, o terceiro e último tópico de análise deste capítulo, que diz respeito às práticas editoriais que visam atingir reputações de desafetos — talvez a mais significativa para os objetivos de Vimercate, que pretende chantagear figuras proeminentes acessar o clube de elite das finanças e da política. Embora tenhamos vários indicativos, ao longo do romance, de que os ataques a reputações seriam frequentes nas páginas do jornal (já na primeira reunião de pauta Simei encomenda uma matéria que seja capaz de impor medo em lideranças políticas), é no capítulo XI que essa tendência atinge seu ápice.

Preocupado com eventuais problemas judiciais que o comendador poderia enfrentar futuramente, Simei avisa aos redatores que é preciso estar preparado para lançar desconfiança sobre a reputação de juízes e promotores. “Percebam que hoje, para contra-atacar uma acusação não é necessário provar o contrário, basta deslegitimar o acusador” (Eco, 2015, p. 123). É perceptível, já nesta fala introdutória do diretor, uma postura de descaso em relação aos fatos, algo grave se levarmos em conta que estamos falando de um jornalista, um profissional que deveria prezar pela apuração fiel ao que Bucci (2019), amparado em Arendt (2011), denomina

verdade factual. Seja como for, Palatino fica encarregado de investigar a rotina de um magistrado (leia-se, espionar) em busca de qualquer elemento que possa abalar sua reputação — para ser utilizado somente quando Vimercate estiver em apuros.

Passados alguns dias, o repórter ainda está reticente quanto ao resultado dos seus esforços investigativos. Ele conseguiu apenas um punhado de fotos que mostram o juiz sentado em um parque enquanto fuma, além de alguns momentos de descontração durante o almoço, em um restaurante chinês. O diálogo que se segue é revelador quanto ao *modus operandi* do *Amanhã*:

— E não era só isso — acrescentou Palatino —, ele também usava meias de cor, como dizer, esmeralda, ou verde-ervilha, e calçava tênis.
— *El portava i scarp del tennis!* E meias cor de esmeralda! — disse Simei exultante. — Esse cara é um dândi, ou um paz e amor, como se dizia antigamente. Não é difícil imaginar que também fume uns baseados. Mas isso não se diz, o leitor é que deve chegar aí. Trabalhe com esses elementos, Palatino, tire daí um relato cheio de tons escuros, e o homem é enquadrado como se deve. De uma “não notícia” *cavamos uma notícia. E sem mentir* (Eco, 2015, p. 124-125, grifo nosso),

É curioso perceber, novamente, a naturalidade com que a equipe aceita passar por cima de preceitos básicos do jornalismo. É praticamente lugar comum, de nossa parte, ressaltar que os três manuais de redação rechaçam esse tipo de insinuação ou qualquer conteúdo que busque alimentar boatos. A esse respeito, o veículo mais enfático em sua recomendação interna é *O Globo*. “Investigar é descobrir verdades, o que vai muito além de colecionar queixas e acusações” (Garcia, 1999, p. 121). Em outras palavras, investigações jornalísticas são legítimas; o que não pode acontecer é um veículo confundir investigação com dossiê. Insinuações e boatos não podem ser matéria-prima para um repórter minimamente sério.

A despeito do que se espera de veículos profissionais, Simei não demonstra qualquer embaraço ao admitir que “cava notícias”, da mesma forma como um jogador de futebol tenta “cavar pênaltis” fingindo que foi empurrado na área. Por extensão, podemos afirmar que o episódio está relacionado com o fenômeno da pós-verdade na medida em que recorre a fatos descontextualizados para criar uma narrativa que se encaixe nas expectativas prévias de determinado público. Não é mentira que o magistrado espionado por Palatino almoçou em um restaurante oriental, ou que fumou dezenas de cigarros em um parque. Tampouco é falso que

estava usando meias coloridas e calçava tênis, contrariando a imagem sisuda esperada de um juiz na Itália dos anos 1990. Acontece que nada disso tem valor jornalístico, pois não infringe nenhuma lei ou regramento interno da Justiça. O fato de um magistrado usar meias coloridas não poderia ser encarado como notícia — a menos que estivessemos falando de uma revista especializada em tendências de moda.

Essas reflexões podem levar ao seguinte questionamento: mas se as insinuações propostas por Simeï não recorrem a mentiras, apenas a fatos descontextualizados, é correto relacionar o trecho com o fenômeno da pós-verdade? Para responder a essa pergunta, basta lembrarmos das diferenciações que Seixas (2018) faz entre pós-verdade e mentira, bem como entre pós-verdade e *fake news*. Por mais que enunciados falsos possam ser utilizados nas construções discursivas da pós-verdade, devemos levar em consideração que o fenômeno ultrapassa a simples oposição entre verdade e mentira. Seu cerne está no predomínio das convicções e das emoções sobre a racionalidade. Interpretações semelhantes podem ser encontradas em D’Ancona (2018) e Santaella (2019), conforme apontamos anteriormente. É por isso que a campanha planejada por Simeï visando abalar a reputação do magistrado pode ser lida como sintomática da pós-verdade, mesmo que não recorra a mentiras ou notícias falsas.

Por óbvio que poderíamos incluir na esteira das práticas editoriais relacionadas às emoções mais uma porção de excertos, como o episódio em que o diretor do jornal convence Cambria a abandonar uma pauta de cunho científico — a menos, é claro, que fosse do interesse pessoal do comendador inculcar medo contra algum laboratório de medicamentos. Ou então quando Simeï diz que é preciso alimentar o público com a infelicidade alheia, por supostamente alegrar os leitores. E ainda as dicas de Colonna para requestrar notícias velhas, a fim de preencher espaços vazios nas edições do jornal, aproveitando a memória curta leitor para reforçar assuntos de interesse do financiador do projeto. Optamos, no entanto, pelos três tópicos mais significativos e recorrentes na narrativa. Os trechos aqui analisados demonstram que a conversa inicial entre Simeï e Colonna foi levada a sério no decorrer da ambientação: o *Amanhã* deveria publicar não apenas “todas as

notícias que cabem na impressão⁴⁵, mas quem sabe um algo a mais. De preferência, um algo a mais que seja capaz de atizar os ânimos do público, ou de levar as emoções de uma bolha ideológica à flor da pele.

⁴⁵ Tradução nossa do slogan "All the news that's fit to print", original em inglês, cunhado por Adolph S. Ochs (1858-1935), proprietário do *The New York Times*.

4 BRAGGADOCIO E A SOMBRA DE MUSSOLINI

Em setembro de 2021, o jornalista Alexandre Garcia foi demitido da *CNN Brasil* após defender, em seu comentário no programa “Novo Dia”, o uso de medicamentos sem comprovação científica contra a covid-19. O comentarista chegou a ser desmentido ao vivo pela apresentadora Elisa Veeck. A âncora do programa contrapôs dizendo que “a prevenção, com o uso de máscaras e a vacinação, são as únicas maneiras de combater a pandemia” (Brisa, 2021, n.p.). Na mesma semana do ocorrido, vale lembrar, a média móvel de mortes causadas pela doença, no Brasil, era de 565 pessoas por dia, conforme levantamento do consórcio independente de veículos de imprensa⁴⁶. Apesar do discurso negacionista, Garcia foi contratado menos de um mês depois pela *Jovem Pan News* (Alexandrino, 2021). A rede paulista, ao que podemos inferir pela contratação, não se importou com o histórico do profissional em propagar desinformação em redes sociais e na televisão.

Casos como o de Alexandre Garcia mostram que Romano Braggadocio, criação ficcional de Umberto Eco para *Número Zero*, não está muito distante da realidade. Conforme já trouxemos em momentos anteriores, o personagem passa boa parte do romance tentando encontrar provas que sustentem sua teoria fantasiosa a respeito do ditador Benito Mussolini (1883-1945). Para o repórter do *Amanhã*, pouco importam os registros históricos ou os relatos da imprensa internacional, deslegitimados por ele como “a versão oficial” e, portanto, enganadora. O que pesa para Braggadocio é sua crença de que o líder fascista tenha trocado de lugar com um sócio e escapado da Itália com a ajuda do Vaticano, para planejar no exílio o seu retorno ao poder. A trama conspiratória envolvia não só os partidários de Mussolini, mas até mesmo a máfia italiana, a CIA e um punhado de serviços secretos europeus.

Nesse sentido, o objetivo deste capítulo é examinar a caracterização de Braggadocio com base na hipótese de que o personagem é uma caricatura do conspiracionismo. O conteúdo está organizado em duas seções. Na primeira, vamos verificar em qual medida os sete sinais do pensamento conspiratório, estabelecidos

⁴⁶ Criado em junho de 2020, quando o governo Bolsonaro (2019-2022) limitou o acesso público às estatísticas sobre a pandemia de covid-19 no Brasil, o consórcio independente de veículos de imprensa reuniu os jornais *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *Extra*, além dos portais G1 e UOL. O grupo de trabalho atuou de forma conjunta no levantamento de dados junto às Secretarias Estaduais de Saúde por 965 dias (Consórcio..., 2023).

por Lewandowsky e Cook (2020), reverberam nos traços psicológicos do personagem. Na segunda parte, analisaremos se a teoria propagada por Braggadocio dialoga com as cinco características das conspirações injustificadas, sob a ótica de Keeley (1999). Tendo em vista que a propagação de teorias conspiratórias ganhou impulso no contexto da pós-verdade, é essencial entendermos de que maneira esse tipo de pensamento conspiratório se manifesta em personagens ficticiais.

4.1 JOGO DOS SETE SINAIS: O PENSAMENTO CONSPIRATÓRIO

Romano Braggadocio é introduzido ao enredo de *Número Zero* no capítulo III, durante a primeira reunião dos repórteres do jornal *Amanhã*. De postura expansiva, ele mesmo se apresenta como um especialista em “revelações escandalosas”, tendo trabalhado como freelancer em outros veículos do comendador Vimercate. A única descrição dos traços físicos do personagem aparece ao final daquele dia, quando ele convida Colonna para beber após o expediente. O narrador o descreve de forma que remete ao caricato, como podemos observar no seguinte excerto: “Sorria com seus lábios grossos e os olhos meio bovinos, de um modo que me pareceu obscuro. Era calvo como von Stroheim, tinha a nuca em linha reta com o pescoço, mas com a fisionomia de Telly Savalas, o tenente Kojak” (Eco, 2015, p. 37).

A calvície ao estilo do cineasta Erich von Stroheim (1885-1957), combinada com o pescoço em linha reta e a expressividade do tenente Kojak, da série policial norte-americana, evocam uma semelhança física com Mussolini que não parece despropositada. É como se a sombra do “Duce” pairasse na vida do personagem de tal maneira que até sua aparência tenha sofrido influência. A história da família Braggadocio, ao menos, foi atravessada pelo regime fascista. O avô paterno, cujo sobrenome foi maliciosamente inventado por um funcionário público, teve atuação de destaque no Partido Nacional Fascista. Conforme relato de Romano, foi capturado e morto pela resistência italiana em 25 de abril de 1945; curiosamente, a mesma data em que os *partisans* prenderam Mussolini. O pai de Braggadocio também lutou ao lado dos fascistas durante a Segunda Guerra Mundial, tendo servido na Décima Flotilha MAS, destacamento de elite das forças italianas. Preso próximo ao final do conflito, conseguiu ser anistiado em 1946, já durante a ocupação

dos Aliados. Mesmo em liberdade, jamais conseguiu superar o trauma da guerra, entregando-se ao vício da bebida, como descreve o filho ainda na primeira conversa com o narrador:

[...] era preciso voltar à normalidade a qualquer custo. Mas a normalidade era que meu pai, com aquele passado e a sombra do pai, não achava trabalho e vivia sustentado pela minha mãe, que era costureira. Assim foi se entregando aos poucos, bebia, e dele eu lembro só o rosto cheio de veiazinhas vermelhas e os olhos lacrimejantes, enquanto me contava suas obsessões (Eco, 2015, p. 42).

Para além da aparência física curiosa e do histórico familiar conturbado, o que mais nos interessa em Romano Braggadocio são seus traços psicológicos. Para examinarmos a caracterização psíquica do personagem, utilizaremos trechos selecionados dos capítulos III, IX, XII, XIII, XIV e XV, cruzando-os com os sete sinais do pensamento conspiratório, na concepção de Lewandowsky e Cook (2020). A escolha do *corpus* levou em consideração as cenas em que Braggadocio conversa reservadamente com Colonna — é pertinente observar que esses são os momentos mais reveladores acerca da personalidade de Romano. A maior parte dessas cenas ocorre fora da redação do jornal, especialmente na taverna Moriggi, um restaurante antigo, de mobília rústica, com garrafas de vinho empilhadas nas paredes e cardápio escrito com giz em lousa negra. Nas poucas vezes em que Braggadocio fala sobre o caso Mussolini no ambiente de trabalho, chama a atenção sua postura cuidadosa para que nenhum colega esteja por perto, a fim de garantir a própria segurança. Há, por fim, um diálogo com Colonna em que o cenário é a Igreja de San Bernardino alle Ossa. Conhecida por sua decoração com crânios e ossos humanos, o templo pode ser lido como uma metáfora espacial para o interesse de Braggadocio em reviver o passado — mas isso seria assunto para outra análise.

Entre os sete sinais do pensamento conspiratório, o primeiro é a presença de contradições internas nas teorias defendidas. Como vimos na seção 2.3, essa é a tendência psicológica que permite aos conspiracionistas aceitarem a existência de aspectos incoerentes na própria narrativa, sem se importarem com isso (Lewandowsky; Cook, 2020). Podemos citar como exemplo extraído da realidade a teoria conspiratória de que Tancredo Neves (1910-1985), primeiro civil eleito presidente da República após 21 anos de ditadura militar no Brasil, tenha sido assassinado. Muitos defensores dessa história misturam elementos paradoxais:

argumentam que o político teria sido envenenado às vésperas da posse, ao mesmo tempo em que aceitam a possibilidade de um atentado a tiro na Catedral de Brasília. Ou ainda que algum erro médico proposital tenha causado a morte do presidente eleito (De Matteo, 2020). Três hipóteses fantasiosas e incoerentes entre si.

Esse primeiro sinal não encontra respaldo na caracterização de Braggadocio. Em todos os diálogos estabelecidos com Colonna ao longo do romance, o personagem mantém uma linha de argumentação que possui coerência interna, por mais inverossímil que seja a história. Vale salientar: não estamos afirmando que a teoria da fuga de Mussolini seja plausível, apenas que a história elaborada por Braggadocio não escorrega em eventuais contradições internas. Todos os fios são bem amarrados pelo repórter. No capítulo IX, por exemplo, ao ser questionado pelo narrador se nem mesmo Claretta Petacci, amante do ditador, teria se dado conta da substituição por um sócia, Braggadocio mantém a coerência de sua versão:

— Essa é a história mais patética, ela vai até ele acreditando que se encontrará com ele, com o verdadeiro, e logo é avisada por alguém de que deve fingir que está tomando o sócia pelo verdadeiro Mussolini, para tornar ainda mais verossímil a história. Precisa aguentar até a fronteira, depois poderá ir embora em liberdade (Eco, 2015, p. 113).

Colonna não se dá por satisfeito, tentando apontar furos no relato. Ele questiona por que Claretta, mesmo sendo avisada tratar-se de um sócia, abraça o amante efusivamente na hora do fuzilamento. A explicação de Braggadocio segue sem contradições. “Claretta Petacci não tinha interesse em confirmar que aquele não era seu amante, e se abraçou a ele para tornar a cena mais verossímil. Não imaginava que Valerio atiraria nela também [...]” (Eco, 2015, p. 114). A mesma fidelidade ao raciocínio original pode ser observada em outros trechos de *Número Zero*. O narrador, que mantém a postura cética acerca das investigações do colega, tece inúmeras perguntas que tentam pôr em xeque a história de Braggadocio. O coronel Valerio, responsável pela execução do “Duce”, também não percebeu a troca? E o médico legista que fez a autópsia? Se Mussolini de fato conseguiu fugir da Itália, como o segredo ficou guardado por tantos anos? Para todos esses questionamentos, o personagem formula hipóteses sem entrar em contradição.

O segundo sinal do pensamento conspiratório, em contrapartida, é facilmente identificado em Braggadocio. Trata-se da suspeita absoluta, ou seja, do

hiperceticismo em relação a qualquer argumento que contesta a teoria defendida. Vimos anteriormente algumas amostras dessa postura. Afinal, todas as ponderações feitas por Colonna são rapidamente repelidas pelo personagem. Uma das explicações possíveis para esse ceticismo extremado está em sua própria história de vida. Após a morte do pai, que havia lutado ao lado dos fascistas, o jovem Romano, revoltado com os antecedentes familiares, decide mudar de lado e ser militante de esquerda. “Em 1968 eu tinha mais de trinta anos, deixei o cabelo crescer, andava de japona e suéter, e entrei para uma organização de tendência maoista” (Eco, 2015, p. 44). A posterior decepção com os rumos do socialismo chinês fizeram Braggadocio duvidar de tudo, o tempo todo, sem exceção. “Tinha perdido todas as certezas, a não ser a de que *sempre há alguém às nossas costas, enganando*” (Eco, 2015, p. 44, grifo nosso).

Um pouco adiante, ainda na primeira conversa reservada com o narrador, na taverna Moriggi, o personagem dá indícios de que o hiperceticismo se faz presente em todas as esferas da sua vida, não somente na teoria sobre Mussolini. Ao explicar para Colonna que precisava comprar um carro para agilizar sua investigação jornalística, ele lança dúvidas sobre todos os modelos analisados. O Lancia Thema, por exemplo, tinha o defeito de ser demasiadamente caro e, por isso, estaria fora de cogitação. Já o Saab, que tinha um preço mais em conta, deixava a desejar na velocidade de arranque. O Rover até podia ser veloz, mas era baixo e tinha carroceria pouco resistente. Um Calibra parecia perfeito à primeira vista, mas era leve demais, desagradando o personagem como todos os anteriores (Eco, 2015). A indecisão de Braggadocio na escolha do carro que compraria, alimentada pela suspeita absoluta contra a indústria automobilística, faz Colonna demonstrar irritação com o interlocutor. O fragmento de diálogo que selecionamos evidencia o segundo sinal do pensamento conspiratório:

- Não é um exagero essa desconfiança?
- *Desconfiança nunca é exagero.* Desconfiar, desconfiar sempre, só assim se encontra a verdade. Não é isso o que a ciência manda fazer?
- Manda e faz.
- Balela, *a ciência também mente.* Veja a história da fusão a frio. Mentiram durante meses e depois foi descoberto que era um disparate.
- Mas foi descoberto.
- Por quem? Pelo Pentágono, que talvez quisesse encobrir algo embaraçoso. Talvez tivessem razão os da fusão a frio e quem mentiu foram os que disseram que os outros tinham mentido (Eco, 2015, p. 49, grifos nossos).

É curioso perceber que a desconfiança generalizada de Braggadocio respinga inclusive contra o conhecimento científico, dialogando com o descrédito do *establishment* descrito por D’Ancona (2018). A postura de suspeitar que todos ao redor estão escondendo alguma coisa ou participando de uma trama oculta permanece em todas as participações do personagem no enredo. Se recorrermos novamente à tipologia de Forster, comentada por Brait (2006), veremos que os personagens planos se dividem em dois grupos. O primeiro são os tipos, “aquelas personagens que alcançam o auge da peculiaridade sem atingir a deformação” (Brait, 2006, p. 41). As caricaturas, por outro lado, são os personagens em que “a qualidade ou idéia única é levada ao extremo, provocando uma distorção propositada, geralmente a serviço da sátira” (Brait, 2006, p. 41). Sob essa perspectiva, ao considerarmos a propagação de teorias da conspiração como uma característica socialmente indesejável, podemos interpretar Braggadocio como uma caricatura do conspiracionismo.

Vejamos, no entanto, se os demais sinais propostos por Lewandowsky e Cook (2020) nos permitem confirmar essa hipótese. Após o traço da suspeita absoluta, quase como extensão, temos a crença nas intenções nefastas. Ela está relacionada à ideia nutrida por conspiracionistas de que por trás dos complôs há sempre interesses perversos ou maliciosos. Voltemos ao caso das vacinas contra a covid-19. Uma das teorias mais propagadas por movimentos antivacinação afirma que Bill Gates estaria por trás de um plano maligno para implantar chips rastreáveis na população mundial por meio das doses do imunizante. Por óbvio que a intenção da microchipagem em massa era nefasta, envolvendo coleta de dados pessoais para obtenção de vantagens econômicas por parte do cofundador da Microsoft (Carmichael; Goodman, 2020).

A crença em interesses perversos é recorrente na caracterização de Braggadocio. Ao final da longa explanação sobre os defeitos de todos os modelos de carro disponíveis no mercado, Colonna ironiza a suspeita generalizada em relação às revistas especializadas e à indústria automobilística. O personagem parece não entender a ironia do interlocutor, tomando-a como plausível e incorporando-a ao próprio discurso:

— [...] mas você não vai querer dizer que todas as revistas de automóveis dependem dos serviços secretos da demoplutojudaicocracia à espreita. Eu procurava fazê-lo recobrar o bom senso.
 — Ah, é? — disse-me com um sorriso amargo. — Elas também estão ligadas à grande indústria americana, às Sete Irmãs do petróleo, aquelas que assassinaram Mattei, coisa para a qual posso estar me lixando, mas são as mesmas que mandaram fuzilar o meu avô financiando os partisans. Está vendo como tudo está interligado? (Eco, 2015, p. 49)

Da mesma forma em que acredita na existência de um complô dos fabricantes de carros, Braggadocio afirma que sua teoria sobre Mussolini esconde interesses malignos, de governos a cardeais. No capítulo XV, no último diálogo com Colonna, o redator apresenta os detalhes que faltavam para preencher as lacunas de sua investigação. Afinal, o que teria acontecido ao ditador após a fuga? Segundo o personagem, o “Duce” ficou aguardando no exílio o momento oportuno para retornar ao poder, via golpe de Estado. A intenção nefasta que pairava sobre o caso, portanto, era o restabelecimento de um regime fascista na Itália. A trama envolveria ex-combatentes da Segunda Guerra, serviços secretos do exterior e operações clandestinas como a Gladio, financiada pela CIA e pela OTAN com a finalidade de deter o avanço do bloco comunista sobre a Europa Ocidental. A fala de Braggadocio, que reproduzimos a seguir, apesar de extensa, é o que amarra todas as pontas que faltavam para sua conspiração ficar completa:

Em suma, todo o golpe era pautado pelo retorno triunfal de Mussolini. Agora ouça bem: o golpe tinha sido projetado com precisão desde 1969, preste atenção, ano do atentado da praça Fontana, certamente já pensado para que todas as suspeitas recaíssem na esquerda e se preparasse psicologicamente a opinião pública para um retorno à ordem. Borghese [ex-comandante da Décima Flotilha MAS] previa a ocupação do Ministério do Interior, do Ministério da Defesa, das sedes da RAI, dos meios de telecomunicação (rádio e telefonia) e a deportação dos opositores presentes no Parlamento. Isso não é fantasia minha porque depois foi encontrada uma proclamação que Borghese deveria ler na rádio; dizia mais ou menos que finalmente tinha chegado a esperada virada política, a classe que havia governado durante vinte e cinco anos levava a Itália à beira da derrocada econômica e moral, as forças armadas e as forças da ordem respaldavam a tomada do poder pelos golpistas. Italianos, teria concluído Borghese, ao restituirmos às vossas mãos a gloriosa bandeira tricolor, vos convidamos a bradar nosso impetuoso hino de amor, Viva a Itália. Típica retórica mussoliniana (Eco, 2015, p. 167-168).

Depois das contradições internas, do hiperceticismo e da crença nas intenções nefastas, o quarto sinal do pensamento conspiratório pode ser resumido na sentença “algo deve estar errado” (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 7). Esse é um

padrão de comportamento que demonstra a insistência — ou teimosia — das pessoas propensas a acreditar em teorias da conspiração, aconteça o que acontecer. Vamos utilizar um exemplo real para facilitar o entendimento. Em agosto de 1976, durante o regime militar no Brasil, o ex-presidente Juscelino Kubitschek morreu em um acidente de carro na Via Dutra, no interior do Rio de Janeiro. Por ser opositor da ditadura e defensor da redemocratização do país, não tardou para surgirem especulações a respeito de um suposto envolvimento dos militares em sua morte. Sobretudo após a perícia localizar, na exumação dos corpos, um fragmento de metal no crânio do motorista de JK. Alguns conspiracionistas viram nessa descoberta indícios de que o funcionário do ex-presidente havia sido baleado, talvez durante uma perseguição na estrada, ao estilo dos filmes de ação, causando assim o acidente fatal.

Na última década, porém, a Comissão Nacional da Verdade (CNV)⁴⁷ decidiu analisar o caso do acidente que vitimou Juscelino. Em dezembro de 2014, depois de dois anos de investigação com base em fotografias da época e laudos técnicos, a comissão descartou a hipótese de um atentado contra o ex-presidente (Braga, 2021). O resultado da investigação contrariou as conclusões divulgadas no ano anterior pela Comissão da Verdade da Câmara Municipal de São Paulo, além de encontrar resistência por parte de entidades como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), como mostra matéria do jornal *Estado de Minas*, assinada pelo repórter Marcelo da Fonseca:

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) apresentou relatório que indicou que JK morreu em consequência do acidente e descartou a teoria de um assassinato. No entanto, a comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados (OAB) e outras entidades que apuram crimes cometidos durante a ditadura criticaram a decisão, alegando que a CNV teria ignorado mais de 100 *evidências e indícios sobre o episódio* (Fonseca, 2017, n. p., grifo nosso).

O caso ilustra uma postura típica do padrão de pensamento “algo deve estar errado”, como descrevem Lewandowsky e Cook (2020). Isso porque, mesmo diante

⁴⁷ Instituída em maio de 2012, durante o governo da então presidente Dilma Rousseff (PT), a Comissão Nacional da Verdade (CNV) tinha por objetivo “apurar graves violações de Direitos Humanos ocorridas entre 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988” (Comissão Nacional da Verdade, 2023, n.p.). Os trabalhos foram encerrados em dezembro de 2014, concluindo que o Estado brasileiro e seus agentes foram responsáveis por violações de direitos humanos, tais como torturas, execuções e desaparecimentos de opositores.

do resultado das investigações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), a hipótese do assassinato de JK foi mantida por pessoas e grupos que já haviam assumido aquele discurso. Em outras palavras, as evidências foram menos importantes do que as crenças pessoais — exatamente como postulam os autores que compõem nosso aporte teórico a respeito do fenômeno da pós-verdade, de Kakutani (2018) a Santaella (2019).

Esse quarto sinal, no entanto, não encontra respaldo na caracterização de Braggadocio. Afinal, em nenhum momento da trama o personagem precisa reafirmar sua teoria frente a novas descobertas que a contraponham. Na narrativa fantasiosa a respeito de Mussolini, o personagem oferece sua versão sobre o que teria acontecido de 1945 a 1970 — ano em que o ditador teria, de fato, morrido no exílio. Os contrapontos feitos por Colonna ao longo do romance são todos de conhecimento público, inclusive noticiados pela imprensa e relatados por historiadores, como a exposição dos corpos de Mussolini e Claretta Petacci na praça Loreto, em Milão; a autópsia assinada pelo professor Mario Cattabeni, da Universidade de Milão; e até mesmo a violação do primeiro túmulo do ditador, em abril de 1946. Todos esses fatos são de conhecimento prévio do repórter. Sua teoria, portanto, já foi construída a partir desses elementos contraditórios. Não há surpresa que o obrigue a adaptá-la.

Em quinto lugar na lista dos sinais, temos o sentimento de vitimização, isto é, a tendência de os conspiracionistas sentirem-se constantemente perseguidos (Lewandowsky; Cook, 2020). Esse padrão pode ser associado à figura de Dom Quixote de La Mancha, personagem do escritor espanhol Miguel de Cervantes (1547-1616). Após perder a sanidade de tanto ler romances de cavalaria, o fidalgo luta contra moinhos de vento pensando se tratarem de gigantes. Ao mesmo tempo em que acredita estar sendo constantemente atacado pelos inimigos, que inclusive o derrubam do cavalo Rocinante, o clássico personagem enxerga a si mesmo como um herói. Situação semelhante pode ser observada entre os teóricos da conspiração, que “enxergam a si mesmos como vítimas de uma perseguição organizada. Ao mesmo tempo, eles se consideram adversários corajosos enfrentando conspiradores vilanescos” (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 7).

Em diversos momentos de *Número Zero*, Braggadocio dá indícios de que teme pela própria segurança devido ao teor de sua investigação jornalística. A

primeira dessas demonstrações de insegurança aparece logo no capítulo III, quando o personagem leva Colonna à taverna Moriggi para poder conversar com discrição, longe dos colegas de jornal. Conforme já mencionamos, praticamente todos os diálogos em que Braggadocio expõe sua teoria acontecem fora do ambiente da redação, seja na taverna ou na Igreja de San Bernardino. A exceção está no capítulo XII, quando o personagem mostra ao narrador as cópias do laudo necrológico do ditador. Embora a cena se passe na redação do *Amanhã*, os demais repórteres já haviam ido embora, atenuando assim a desconfiança. “Todos tinham saído, escurecia, e à luz de um abajur Braggadocio espalhava uma série de fotocópias” (Eco, 2015, p. 132).

O medo de estar sendo perseguido fica evidente no capítulo IX, ao término da longa conversa em que o personagem expõe pela primeira vez sua hipótese acerca da troca de lugar entre Mussolini e o sócia. Após levantar suspeitas da participação do Vaticano no complô, dando indícios de anuência até mesmo do papa, Braggadocio demonstra um nítido desconforto, a ponto de deixar o restaurante às pressas. Colonna demonstra perplexidade com a atitude do colega: “Deixou-me de novo pagar a conta, e no fundo tinha merecido. Saímos, olhou ao redor, e foi embora esgueirando-se junto aos muros, como se temesse ser seguido” (Eco, 2015, p. 117). Como podemos observar no excerto, àquela altura da trama, o narrador ainda tem dúvidas se a síndrome de perseguição possui fundamento ou se seria apenas uma estratégia para sair do restaurante sem pagar a conta.

O destino trágico do personagem, no entanto, faz Colonna perceber que o sentimento de vitimização de Braggadocio talvez tivesse alguma base racional. No capítulo XVI, o narrador chega à redação do *Amanhã*, para mais um dia de trabalho, e encontra policiais revirando as gavetas do repórter — o colega havia sido encontrado morto, horas antes, com uma facada nas costas. Teria sido um caso banal, algo como uma tentativa de assalto que terminou em morte? Ou ele realmente estava sendo perseguido por investigar uma história que deveria permanecer oculta? Essa ponderação precisa constar em nossa análise. Por mais que o repórter tenha demonstrado comportamentos que o encaixam no papel de vítima perseguida, como apontam Lewandowsky e Cook (2020), talvez a perseguição não fosse tão injustificada assim. Ao menos, essa é a dúvida que passa

a atormentar o narrador após assassinato de Braggadocio em uma rua deserta de Milão.

O penúltimo sinal do pensamento conspiratório é a imunidade às evidências. Esse é um traço que apresenta certo grau de parentesco com o que vimos no “algo deve estar errado”. A diferença está na reação radicalizada diante de qualquer evidência contrária. No caso anterior, predominava uma postura de indiferença às evidências; por exemplo, seguir acreditando no assassinato de Juscelino Kubitschek, mesmo após a investigação da Comissão Nacional da Verdade (CNV). No sexto sinal, em contrapartida, qualquer contraponto à teoria conspiratória é visto como parte integrante da trama. Vamos utilizar um exemplo didático, porém fictício: consideremos novamente um defensor da teoria do assassinato de JK. Se anteriormente o relatório da CNV seria apenas desconsiderado, em nome da crença pessoal, agora o mesmo documento é encarado como um indício da participação da própria Comissão da Verdade na conspiração.

Assim como já observado no quarto padrão, não há elementos em *Número Zero* que demonstrem reações radicalizadas de Braggadocio contra evidências contrárias. Isso porque, conforme já mencionado, sua teoria foi elaborada em cima de eventos transcorridos há mais de quatro décadas. Dessa forma, o personagem não se vê obrigado, em nenhum momento do romance, a ajustar ou reinterpretar sua versão para a morte de Mussolini a fim de reforçar a própria crença. Por óbvio que Braggadocio manifesta aversão a documentos oficiais e relatos de jornalistas ou historiadores. Não fosse o caso, o repórter jamais dedicaria seu tempo para provar que o ditador fascista trocou de lugar com um dublê às vésperas de ser capturado. Acontece que essa tendência de aversão aos fatos já está contemplada no segundo sinal do pensamento conspiratório, a suspeita absoluta ou o hipercetismo “em relação à narrativa oficial” (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 6). O ajuste da teoria conspiratória diante de eventuais novas evidências não aparece em nenhum momento do romance.

Chegamos, por fim, ao sétimo traço psicológico do conspiracionismo. Estamos falando da reinterpretação da aleatoriedade, padrão de pensamento que tem sua origem “na crença de que nada acontece por acaso” (Lewandowsky; Cook, 2020, p. 7). Conforme os autores, pessoas ou grupos que manifestam esse traço tendem a associar episódios aparentemente desconexos, como se fossem

interdependentes. Um caso ilustrativo aconteceu em setembro de 2021, quando grupos antivacinação passaram a compartilhar nas redes sociais a notícia de que uma adolescente de São Bernardo do Campo (SP) morreu alguns dias após tomar a primeira dose da vacina da farmacêutica Pfizer contra a covid-19.

O caso foi investigado por pesquisadores da Secretaria Estadual da Saúde de São Paulo e pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). As duas análises chegaram à mesma conclusão: a morte da adolescente não teve nenhuma relação causal com a vacina, mas sim com uma doença rara e autoimune chamada Púrpura Trombótica Trombocitopênica (Barros, 2021). A evidência científica, no entanto, não foi suficiente para impedir a circulação dos boatos que associavam a morte da jovem à aplicação da vacina contra a covid-19. É razoável inferir que, em muitos casos, a associação indevida entre os fatos desconexos foi feita deliberadamente com finalidade política⁴⁸. Por outro lado, também é plausível que dentre os milhares de compartilhamentos que a notícia fraudulenta obteve nas redes sociais, uma parcela significativa tenha sido motivada por uma dose genuína de pensamento conspiratório.

Podemos observar comportamento semelhante de Braggadocio em pelo menos dois momentos de *Número Zero*. O primeiro deles está no capítulo XIII, quando Simei e o grupo de redatores discutem qual a melhor forma de abordar a morte do juiz Giovanni Falcone (1939-1992) nas páginas do *Amanhã*. O magistrado, que atuava em processos contra organizações mafiosas, foi assassinado no dia 23 de maio de 1992, quando o carro em que estava foi atingido por uma explosão, nos arredores de Palermo, na Sicília (Esparza, 2017). Preocupado com os possíveis riscos de apontar responsabilidades, Simei decide que o jornal não tocará no assunto. “Se falarmos da morte de Falcone vamos precisar falar de máfia, lamentar a ineficiência das forças da ordem e coisas do tipo. De uma só vez pomos contra nós a polícia, os carabinieri e a Cosa Nostra” (Eco, 2015, p. 143).

A postura editorial de abafar o acontecimento, mais uma vez questionável do ponto de vista jornalístico, não é o que nos interessa no momento, mas sim a reação de Braggadocio ao caso. Horas depois da discussão em grupo, o repórter vai até a

⁴⁸ Na época, o então presidente Jair Bolsonaro chegou a compartilhar mensagens via WhatsApp afirmando que a vacina da farmacêutica Pfizer estava causando a morte de jovens no Brasil, parte de sua campanha negacionista contra a vacinação. O conteúdo das mensagens foi desmentido pelo serviço de checagem *Fato ou Fake*, do Grupo Globo (Barros, 2021).

mesa de Colonna perguntar se ele também havia captado os mesmos “sinais” nas entrelinhas do atentado. O narrador, mais uma vez, demonstra perplexidade diante da postura do repórter:

— Você viu? Deve ter entendido que esse caso também confirma a minha história.

— Que diabo tem uma coisa com a outra?

— Que diabo ainda não sei, mas que deve ter, deve. *Tudo tem sempre a ver com tudo*, quando a gente sabe ler os sinais. Só me dê tempo (Eco, 2015, p. 144, grifo nosso).

O diálogo entre os dois personagens, embora curto, é valioso para entendermos o funcionamento da mente conspiratória de Braggadocio. Àquela altura do enredo, o personagem estava tão obcecado por sua investigação sobre a morte de Mussolini que não via problema algum em adicionar à trama o atentado contra Falcone, ocorrido 47 anos depois da suposta troca de papéis entre o “Duce” e seu sócia. Mesmo se considerarmos que, no raciocínio de Braggadocio, 1945 não tenha sido o fim da linha para Mussolini — mas sim 1970 —, os fatos seguem separados na linha do tempo por mais de duas décadas. Não existe nenhum indício que justifique, ao menos racionalmente, a associação de um episódio com o outro. Somente a predisposição conspiratória de reinterpretar a aleatoriedade, como indica o sétimo sinal de Lewandowsky e Cook (2020). A intenção de encaixar a morte do magistrado na trama é tão absurda que nem mesmo Braggadocio consegue argumentar, de imediato, qual seria o elo entre os dois casos. A fala “tudo tem sempre a ver com tudo” e o pedido por mais tempo para investigar as possíveis ligações são sintomáticos.

O segundo momento em que o personagem demonstra esse traço psicológico é ainda mais mirabolante. No capítulo XIV, Colonna e Braggadocio estão na taverna Moriggi, conversando após o expediente, como de costume. Naquele momento, o repórter estava interessado em descobrir o paradeiro do verdadeiro Mussolini após o fuzilamento do suposto sócia. O personagem apostava em duas possibilidades: uma vida escondida em mosteiros italianos ou no próprio Vaticano, sob o disfarce de padre idoso e doente; ou uma fuga cinematográfica para a Argentina, onde poderia aguardar o momento oportuno para retornar ao poder desfrutando da paisagem idílica dos pampas. É então que Braggadocio começa a juntar um punhado de

indícios aleatórios para justificar a alternativa que emocionalmente mais lhe agrada: o exílio na América do Sul.

— [...] É melhor a hipótese da Argentina. Indícios? Pegue o Vittorio Mussolini. Escapa dos expurgos, trabalha como roteirista e argumentista de cinema e durante um longo período do pós-guerra mora na Argentina. Na Argentina, entende? Para ficar perto do pai? Não se pode afirmar isso, mas por que Argentina? E há fotos de Romano Mussolini e outras pessoas cumprimentando Vittorio no aeroporto Ciampino quando ele está partindo para Buenos Aires. Por que dar tanta importância à viagem de um irmão que antes da guerra já tinha estado até nos Estados Unidos? E Romano? Depois da guerra vira um famoso pianista de jazz, apresenta concertos no exterior; é verdade que a história não trata das viagens artísticas de Romano, *mas será que ele também não passou pela Argentina?* E dona Rachele? Está sob fiança, *ninguém poderia impedi-la de fazer uma viagenzinha*, talvez para não dar na vista vai a Paris ou a Genebra, e dali a Buenos Aires. Quem sabe? (Eco, 2015, p. 151-152, grifos nossos).

Mais uma vez, o personagem não possui qualquer evidência documental, apenas uma série de fatos isolados. Um dos argumentos utilizados é o período em que Vittorio, segundo filho de Mussolini, morou na Argentina após o final da Segunda Guerra Mundial. A existência de fotos do momento de embarque pode até ser verdadeira, mas não constitui, de maneira alguma, uma prova acerca da fuga do ditador. A situação fica ainda mais cômica quando Braggadocio passa a reinterpretar não apenas fatos aleatórios, mas até mesmo suposições. É o caso da referência às viagens de Romano, caçula do ditador que fez carreira como pianista de jazz. Não é invenção que ele tenha viajado ao exterior para tocar música, mas Braggadocio não possui nenhum registro que sequer indique uma passagem de Romano pela Argentina. O personagem também não descarta que a viúva de Mussolini, Rachele, tenha estado em Buenos Aires, sob o frágil argumento de que “ninguém poderia impedi-la de fazer uma viagenzinha” (Eco, 2015, p. 152). Entre o fato de ninguém impedir os deslocamentos da viúva e a realização de uma viagem para a Argentina existe uma distância factual que Braggadocio ignora ou parece não se importar.

Para o personagem aqui analisado, pouco interessa se a teoria defendida está fundamentada em fatos plausíveis ou em acontecimentos aleatórios e suposições fantasiosas. Se levarmos em consideração que uma das essências do fenômeno da pós-verdade é o declínio dos fatos, como afirma Kakutani (2018), veremos que o comportamento de Braggadocio dialoga perfeitamente com esse contexto social. Pelo raciocínio do personagem, a mera possibilidade de que o

caçula de Mussolini tenha passado pela Argentina é o suficiente para comprovar sua teoria de que o ditador arquitetou a própria fuga com a ajuda do Vaticano. Do mesmo modo que, em outubro de 2018, manifestantes bolsonaristas viram na iluminação supostamente vermelha da Catedral de Brasília uma prova incontestável de que a Igreja Católica apoiava a implantação de um regime comunista no Brasil. Tratava-se, na verdade, de iluminação rosa, alusiva ao mês de conscientização contra o câncer de mama (Brasilino, 2018).

Examinar os traços psicológicos de Braggadocio a partir dos sinais propostos por Lewandowsky e Cook (2020) nos mostra que a caracterização do personagem recorre, seguramente, a quatro dos sete sinais. São eles: a suspeita absoluta (ou hipercepticismo), as intenções nefastas por trás da trama conspiratória, o sentimento de autovitimização e a reinterpretação de eventos aleatórios. Não encontramos no personagem as contradições internas da narrativa, tampouco reação indiferente ou radicalizada em relação às evidências contrárias. Sendo assim, podemos afirmar que o conspiracionismo está presente na caracterização do personagem não apenas pelo saldo positivo entre os sinais psicológicos observados e aqueles que não se aplicam, mas também pela intensidade — e importância do ponto de vista narrativo — com que os primeiros se manifestam.

Com exceção de rápidos diálogos na redação do *Amanhã*, temos maior acesso aos traços psicológicos de Braggadocio nas conversas reservadas com Colonna. Nos momentos selecionados que trouxemos para a análise, o conspiracionismo está sempre presente, de modo caricato, no sentido atribuído por Brait (2006). A crença inabalável em conspirações é a tônica de suas falas, seja por meio da contestação dos relatos oficiais, pela suspeita de que existem intenções malignas por trás de fatos históricos ou pelo entendimento de que nada no mundo acontece por acaso. Examinaremos, a partir de agora, se o pensamento conspiratório do personagem encontra respaldo na teoria que centraliza seu discurso: a suposta farsa envolvendo a morte de Benito Mussolini.

4.2 UMA CONSPIRAÇÃO EM CINCO CARACTERÍSTICAS

Feita a discussão a respeito dos traços psicológicos de Braggadocio, analisaremos nesta seção em que medida a teoria defendida pelo personagem se

aproxima das cinco características das conspirações injustificadas, propostas por Keeley (1999). Para tanto, utilizaremos excertos selecionados de cinco capítulos de *Número Zero*: III, IX, XII, XV e XVI. Assim como observado na seção anterior, os episódios que mais oferecem elementos para análise são os diálogos reservados com Colonna, o narrador da história. Se antes o nosso foco estava na verificação dos sinais que fazem do personagem uma caricatura do conspiracionismo, agora, nossa intenção consiste em esmiuçar as características da teoria propagada por ele ao longo do romance. Afinal, seria inverossímil a caracterização de um conspiracionista sem uma teoria fantasiosa à altura.

A primeira característica de uma teoria conspiratória injustificada, na interpretação de Keeley (1999), é a oposição ao relato oficial. Em outras palavras, ela deve semear desconfiança sobre acontecimentos amplamente divulgados e aceitos pela opinião pública. Um bom exemplo dessa característica, já mencionado no capítulo 2, é a teoria de que a viagem da Apollo 11 à Lua, em 1969, não tenha passado de uma farsa norte-americana. Convém observar que o contraponto aos relatos oficiais não é a mesma coisa que o hiperceticismo que vimos em Lewandowsky e Cook (2020). Antes, estávamos falando de traços psicológicos condizentes com o pensamento conspiratório. O ceticismo extremado — ou suspeita absoluta — é um traço individual. Já a oposição à versão oficial de um acontecimento é uma característica inerente à teoria da conspiração em si. Isto é, pertence ao campo da narrativa, do discurso.

Em *Número Zero*, teorias que semeiam dúvidas em relação a fatos históricos podem ser encontradas antes mesmo de Braggadocio explicar suas ideias a respeito do destino de Mussolini. No terceiro capítulo do romance, durante a primeira noite de conversa na taverna Moriggi, o personagem conta para Colonna sua história familiar, sem economizar nos detalhes sórdidos. Do avô fascista, morto pelos *partisans*, ao pai derrotado pelo vício no álcool. Além dos aspectos relacionados ao ceticismo, vale destacar o momento em que Braggadocio reproduz de forma acrítica a visão revisionista do pai sobre o Holocausto:

Não procurava justificar o fascismo (nessa altura não tinha mais ideais), mas dizia que para condenarem o fascismo os antifascistas tinham contado muitas histórias horrendas. Não acreditava nos seis milhões de judeus mortos nas câmaras de gás. Quer dizer, não era daqueles que ainda hoje afirmam que não houve Holocausto, mas não confiava na narrativa

construída pelos libertadores. Eram todos testemunhos exagerados, dizia, li que, segundo alguns sobreviventes, no meio de um campo de concentração havia montanhas de roupas dos assassinados, com mais de cem metros de altura. Cem metros? Mas você percebe — dizia ele — que um montão de cem metros de altura, já que só pode ter forma de pirâmide, precisa ter a base mais larga que a área do campo? (Eco, 2015, p. 42).

O revisionismo histórico, como vimos em D’Ancona (2018) e Kakutani (2018), é uma das manifestações do fenômeno da pós-verdade, assim como a propagação de *fake news*, teorias conspiratórias e negacionismo científico. Braggadocio, apesar de pontuar a Colonna que a rejeição do Holocausto era uma opinião do seu falecido pai, não se contrapõe nem problematiza o próprio relato. Como podemos observar em todas as cenas que se passam na taverna Moriggi, a intervenção racional fica sempre por conta do narrador, como no trecho a seguir: “— Mas ele não levava em conta que quem assistiu a algo tremendo, quando lembra depois, usa hipérboles. [...] Ponha-se na pele de quem se lembra de uma das experiências mais trágicas da vida...” (Eco, 2015, p. 42-43).

A resposta de Braggadocio ao contraponto de Colonna confirma sua tendência ao hiperceticismo, ao mesmo passo em que demonstra adesão a pelo menos outras duas teorias conspiratórias: a farsa da viagem à Lua e a crença de que a Guerra do Golfo jamais tenha existido:

— Não nego [o Holocausto], mas meu pai me acostumou a não acreditar em todas as notícias. *Os jornais mentem, os historiadores mentem, a televisão mente.* [...] Veja bem, não é que me afeiçoei às ideias do meu pai ou do meu avô, nem quero fazer de conta que não houve massacre de judeus. Por outro lado, alguns dos meus melhores amigos são judeus, imagine. Mas não confio em mais nada. *Os americanos foram mesmo até a Lua?* Não é impossível que tenham construído tudo num estúdio, se você observar as sombras dos astronautas depois da alunissagem não são verossímeis. E a Guerra do Golfo aconteceu mesmo ou nos mostram só trechos de velhos repertórios? Vivemos na mentira e, se você sabe que lhe estão mentindo, precisa viver desconfiado. *Eu desconfio, desconfio sempre* (Eco, 2015, p. 43, grifos nossos).

O que aproxima as ideias conspiratórias sobre a viagem à Lua e a Guerra do Golfo com a teoria sobre a fuga de Mussolini é justamente a oposição ao relato oficial. Os argumentos fantasiosos tentam plantar em quem está ouvindo a semente da dúvida. Mais adiante, no capítulo IX, quando apresenta a Colonna sua hipótese a respeito do ditador, Braggadocio estabelece um contraponto entre a história documentada, a qual ele considera enganosa, e sua versão para os acontecimentos

de abril de 1945. O momento em que o personagem inicia seu relato é descrito da seguinte maneira pelo narrador: “Braggadocio não fez outra coisa senão resumir em linhas gerais aquilo que ele definia como *versão oficial, aquela fácil demais* — dizia — para ser verdadeira” (Eco, 2015, p. 99, grifo nosso).

O relato oficial dos acontecimentos, os quais Braggadocio reconstitui com base na documentação de historiadores e jornalistas, é o que Keeley (1999) chama de “história de capa”. De acordo com o autor, a versão oficial, amplamente difundida, “é frequentemente vista como a evidência mais contundente de qualquer conspiração; o fato de alguém ter se esforçado tanto para criar uma explicação falsa aponta para um esforço consciente de enganar” (Keeley, 1999, p. 117, tradução nossa)⁴⁹. Esse é um dos motivos pelos quais é tão difícil estabelecer um diálogo com pessoas propensas a acreditar em teorias da conspiração. Qualquer evidência ou documentação é vista como uma tentativa mal-intencionada de enganar a opinião pública. No caso da viagem à Lua, as imagens do lançamento do foguete, bem como dos primeiros passos de Neil Armstrong em solo lunar, são a “história de capa” que tentam estabelecer a mentira. Já na teoria defendida por Braggadocio, a enganação teria sido construída com base na exposição pública do corpo de Mussolini e no laudo médico da autópsia.

A segunda característica proposta por Keeley (1999) são as intenções nefastas por trás das teorias conspiratórias, o que coincide com o terceiro sinal descrito por Lewandowsky e Cook (2020). Mais uma vez, a diferença está na abordagem. Enquanto os sete sinais se referem a traços psicológicos, isto é, a uma tendência individual de pensamento, o atributo proposto por Keeley diz respeito à lógica interna das teorias da conspiração. É por isso que antes examinamos a predisposição de Braggadocio em acreditar na existência de interesses malignos orquestrando conspirações, dos fabricantes de carros à indústria do petróleo. Agora, o que nos interessa são as intenções perversas específicas por trás da teoria sobre a suposta fuga de Mussolini.

Conforme trouxemos na seção anterior, Braggadocio acredita que o ditador tenha trocado de lugar com um sócia — esse sim, morto pela resistência italiana no dia 28 de abril de 1945 — e fugido para a Argentina sob a proteção do Vaticano.

⁴⁹ Do original em inglês: “is often seen as the most damning piece of evidence for any given conspiracy; the fact that someone has gone to such pains to create a false explanation points to a conscious effort to deceive”.

Mussolini aguardaria na América do Sul, em segurança, até chegar o momento oportuno de voltar ao poder. A reimplantação de um regime fascista, por si só, constitui a intenção nefasta sem a qual uma teoria conspiratória não fica completa, recorrendo à interpretação de Keeley (1999). Acontece que a trama proposta por Braggadocio é mais complexa do que se pode imaginar à primeira vista. Não se trata de um golpe de Estado, ao estilo militar, para simplesmente restabelecer o autoritarismo mussolinista, mas um intrincado capítulo na disputa geopolítica entre Estados Unidos e União Soviética.

O raciocínio do personagem é o seguinte: além do apoio logístico da Igreja Católica, a fuga do “Duce” teve respaldo de serviços secretos norte-americanos. A intenção seria utilizar Mussolini como uma carta na manga caso a Itália flertasse com o socialismo. Isso porque, ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o continente europeu fica dividido em duas zonas de influência. No lado oriental, os países libertados da ocupação nazista pelo Exército Vermelho se tornam repúblicas socialistas. Do lado ocidental, a influência ideológica fica por conta de Estados Unidos, Reino Unido e França. O muro de Berlim, construído em 1961, cortando ao meio a antiga capital do Terceiro Reich, torna-se um símbolo da nova organização geopolítica no pós-1945. A hipótese mirabolante aparece ao final do nono capítulo:

[...] com a libertação de Milão tem início a verdadeira Guerra Fria. Não só os russos estão se aproximando de Berlim e já conquistaram meia Europa como também a maioria dos partisans é comunista, está armada até os dentes, portanto para os russos eles constituem uma quinta coluna pronta a lhes entregar a Itália também. Por isso os aliados, ou pelo menos os americanos, precisam preparar uma possível resistência a uma revolução pró-soviética. [...] Portanto, é preciso contrabandeá-lo [Mussolini] para fora da Itália e, como dizer, deixá-lo hibernando durante algum tempo em algum outro lugar (Eco, 2015, p. 115)

Temos, na descrição de Braggadocio, a intenção nefasta preconizada por Keeley (1999) como uma das características fundamentais das teorias conspiratórias. No caso, o argumento de que o governo norte-americano — ao menos, os serviços secretos dos Estados Unidos — deu proteção ao ex-ditador fascista Benito Mussolini, a despeito do posicionamento oficial de hostilidade em relação aos regimes autoritários do Eixo.

Em terceiro lugar, de acordo com Keeley (1999), as teorias da conspiração injustificadas têm como característica amarrar acontecimentos não relacionados

entre si. Não nos deteremos sobre esse tópico, visto sua proximidade com o sétimo sinal do pensamento conspiratório, proposto por Lewandowsky e Cook (2020) sob o conceito de reinterpretação da aleatoriedade. Embora, neste momento, o nosso interesse esteja no discurso interno das conspirações, podemos afirmar que os dois trechos trazidos na seção anterior para exemplificar a reinterpretação da aleatoriedade também reverberam a característica de Keeley (1999). Quando, no capítulo XIII, Braggadocio declara que “Tudo tem sempre a ver com tudo, quando a gente sabe ler os sinais” (Eco, 2015, p. 144), ele revela tanto a própria tendência individual de amarrar eventos aleatórios quanto a existência do mesmo traço como atributo essencial da história sobre a fuga de Mussolini.

Passemos então à quarta característica, que talvez seja a mais óbvia ou perceptível: a existência de um segredo por trás de toda teoria conspiratória, de uma verdade que não pode ser revelada. É difícil encontrar alguma conspiração em que esse traço não se faça presente. Vejamos um exemplo didático. No início dos anos 2000, ganhou notoriedade em blogs e sites de confiabilidade duvidosa a história de que o ex-Beatle Paul McCartney teria morrido em 1966 e, desde então, um sócia ocuparia seu lugar (Wolf, 2016). Os defensores dessa teoria absurda, que já circulava pela Grã-Bretanha desde a década de 1970, alegam que uma das provas seria a icônica capa do álbum *Abbey Road* (1969), em que os quatro integrantes da banda atravessam uma faixa de pedestres. Paul é o único dos Beatles que está descalço; segundo os conspiracionistas, uma estratégia para disfarçar a altura do sócia. Isso porque o verdadeiro Paul McCartney mede 1,80 metros, enquanto John Lennon tinha 1,79 metros. O sócia do suposto falecido, portanto, não poderia aparentar ser tão mais alto que John, no máximo um centímetro.

Deixando de lado os aspectos um tanto cômicos dessa teoria, fica evidente, desde o início, qual o segredo a ser guardado: a morte do verdadeiro Paul McCartney. O mesmo pode ser observado nas demais teorias conspiratórias mencionadas ao longo desta dissertação, da missão espacial da Apollo 11 à morte de Elvis Presley. Não é muito diferente com o exílio de Mussolini na Argentina, teoria abraçada por Romano Braggadocio. O segredo, por óbvio, é a fuga do ditador, sob a proteção do Vaticano, enquanto um sócia morre em seu lugar. A suposta existência de uma trama para manter a verdade sob sigilo, mesmo quase meio século mais tarde, é externada por Braggadocio em dois momentos do capítulo XV, quando o

personagem apresenta a Colonna os pontos que faltavam para completar sua investigação.

Apesar da excitação pelo que julga ser o maior furo jornalístico do século, o personagem não esconde certo tom de resignação com a suspeita de que forças poderosas estão agindo para manter tudo por debaixo dos panos. “A questão é que tudo o que soubemos era falso, ou deformado, vivemos enganados durante os vinte anos seguintes. Eu lhe disse que nunca se deve acreditar no que nos contam...” (Eco, 2015, p. 170). O desconforto externado pelo personagem, por estar sendo enganado a vida inteira, vai ao encontro da quarta característica descrita por Keeley (1999), quando o autor afirma que “é do interesse dos conspiradores garantir que a verdade não seja revelada ou, se for, que não seja amplamente aceita” (Keeley, 1999, p. 117, tradução nossa)⁵⁰. Ainda na mesma cena, rodeados de crânios e fragmentos de ossos na Igreja de San Bernardino alle Ossa, Braggadocio finalmente conclui o relato de sua versão conspiratória:

E essa é a minha história, praticamente reconstituída: a sombra de Mussolini, dado por morto, domina todos os acontecimentos italianos de 1945 até hoje [1992], eu diria, e sua morte de verdade desencadeia o período mais terrível da história deste país, envolvendo stay-behind, CIA, Otan, Gladio, loja P2, máfia, serviços secretos, altos-comandos militares, ministros como Andreotti, presidentes como Cossiga e, naturalmente, boa parte das organizações terroristas de extrema esquerda, devidamente infiltradas e manobradas (Eco, 2015, p. 175).

Desperta nossa atenção, nesse trecho, o modo como o personagem costura uma infinidade de supostos atores responsáveis por manter a trama sob o mais absoluto segredo. Na interpretação de Braggadocio, serviços secretos, ex-presidentes italianos, chefões da máfia, lojas maçônicas e até mesmo a CIA, Agência Central de Inteligência dos Estados Unidos, teriam conhecimento sobre a farsa montada ao fim da Segunda Guerra Mundial para livrar Mussolini da execução iminente. Mais uma vez, o personagem não demonstra preocupação com a verossimilhança do próprio argumento. Afinal, é improvável imaginar, ao menos do ponto de vista racional, que uma história dessa magnitude pudesse ser mantida em sigilo por quase meio século, considerando o número de organizações e pessoas envolvidas.

⁵⁰ Do original em inglês: “it is in the interest of conspirators to see to it that the truth is not revealed, or if it is, that it is not widely believed”.

A última das cinco características definidas por Keeley (1999) é a utilização de dados errôneos no embasamento da teoria conspiratória. Isso pode acontecer por dois caminhos: dados não contabilizados e dados contraditórios. Os primeiros, embora não representem uma contradição à versão oficial de uma história, deixam brechas para interpretações dúbias. Podemos utilizar como exemplo, mais uma vez, a suposta morte de Paul McCartney em 1966. É um fato verificável que, na capa de *Abbey Road* (1969), o artista está atravessando a rua de pés descalços. Do ponto de vista racional, essa informação não contradiz, de modo algum, a versão oficial da história: o ex-Beatle continua vivo e, inclusive, segue em plena atividade artística. Mesmo não representando uma contradição ao relato oficial, a foto de Paul descalço proporcionou a brecha necessária para a interpretação fantasiosa dos conspiracionistas.

Em *Número Zero*, podemos observar a utilização de dados não contabilizados na cena em que Braggadocio apresenta para Colonna o laudo médico da autópsia de Mussolini. Depois de uma descrição minuciosa — e um tanto visceral — do estado que o cadáver se encontrava dois dias após o fuzilamento pelo coronel Valerio e a exposição em praça pública, o repórter se mostra surpreso com a ausência de qualquer menção a doenças como úlcera e sífilis.

— E, se você continuar lendo, vai ver que no estômago não foi encontrado nenhum vestígio de úlcera, ao passo que todos sabemos que Mussolini sofria de úlcera, e nem se fala em vestígio de sífilis, e no entanto *era voz corrente* que o defunto era sífilítico em estágio avançado. [...] Em vez disso, segundo a autópsia, tudo estava em ordem, fígado com volume e aspecto regulares tanto na superfície quanto no corte, vias biliares sãs, rins e suprarrenais íntegros, vias urinárias e genitais normais (Eco, 2015, p. 136, grifo nosso).

Esse trecho é relevante para a análise sob dois aspectos. Primeiro, que a ausência de menções à sífilis ou à úlcera no laudo médico não significa, necessariamente, que o cadáver não apresentava vestígios dessas doenças. Afinal, como Braggadocio havia alertado a Colonna, o ambiente em que a autópsia foi realizada não era o habitual. Mario Cattabeni, médico que assina o laudo, provavelmente estava rodeado de combatentes da resistência italiana, jornalistas e talvez até alguns curiosos. É plausível, portanto, que detalhes tenham passado despercebidos. Já o segundo ponto que nos chama atenção no excerto é novamente a postura antijornalística do personagem, repórter de profissão. Afinal,

ele assume como verdade boatos de que Mussolini sofria de sífilis. Vale destacar o uso da expressão “era voz corrente” por Braggadocio. Boatos, como vimos no capítulo anterior, não podem ser considerados matérias-primas do jornalismo profissional, e jamais substituem provas documentais.

O segundo caminho possível para os dados errôneos, segundo Keeley (1999), são os dados contraditórios. De acordo com o autor, “são dados que, se verdadeiros, contradizem o relato recebido” (Keeley, 1999, p. 118, tradução nossa)⁵¹. Um bom exemplo de dado contraditório pode ser observado na teoria conspiratória que diz respeito à eventual farsa da viagem à Lua. Um dos argumentos mais utilizados pelos adeptos dessa narrativa é o seguinte questionamento: se é verdade que o homem pisou na Lua, por que nenhuma missão é feita desde a Apollo 17, em 1972? Existem diversos fatores que justificam esse hiato do programa lunar que já supera 50 anos, como o alto custo para novas missões tripuladas, mudança de prioridades do programa espacial da Nasa e, inclusive, uma queda de interesse público na corrida espacial após a vitória simbólica dos Estados Unidos sobre a União Soviética (Gnipper, 2019). Independentemente da razoabilidade das justificativas, a inexistência de novos voos tripulados para a Lua nos últimos 50 anos é um fato verificável que tem sido utilizado para contrapor a versão oficial.

Ao longo da trama de *Número Zero*, Braggadocio não recorre a dados contraditórios para fundamentar sua teoria conspiratória. Boa parte dos argumentos utilizados pelo personagem são apenas suposições sem base factual. Não há menção a qualquer registro documental, por exemplo, que indique a existência de um sócia de Mussolini que tenha sido utilizado pelo regime fascista em aparições públicas ou paradas militares. O personagem, em contrapartida, acredita que o dublê de ditador “viveu durante anos uma vida recolhida, bem pago e cevado, sendo exibido apenas em certas ocasiões” (Eco, 2015, p. 112). Já o laudo da autópsia, apesar de ser um documento fidedigno, em nenhum momento contraria a versão oficial dos fatos. Do mesmo modo, a tentativa frustrada de um golpe de Estado planejado por Junio Borghese e militantes neofascistas de fato ocorreu, em dezembro de 1970. O episódio, no entanto, não pode ser considerado uma contradição em relação à morte de Mussolini, ocorrida 25 anos antes — apenas na mente conspiratória de Romano Braggadocio.

⁵¹ Do original em inglês: “are data that, if true, would contradict the received account”.

Sendo assim, podemos concluir que ao menos quatro das cinco características listadas por Keeley (1999) podem ser relacionadas integralmente à teoria conspiratória defendida por Braggadocio em *Número Zero*. Ao analisarmos o conjunto dos diálogos que o personagem manteve com Colonna ao longo do romance, é possível extrair trechos que demonstram a oposição ao relato oficial, a existência de intenções nefastas por trás da conspiração, a conexão artificial entre eventos aparentemente não relacionados e, de maneira quase óbvia, a existência de forças ocultas tentando manter a verdade sob sigilo. Os dados errôneos, que constituem a quinta característica, encontram respaldo parcialmente no relato de Braggadocio. Os dados contraditórios, aqueles que contrapõem a versão oficial dos acontecimentos, não são utilizados. Já os dados não contabilizados, que deixam uma brecha para interpretações conspiratórias, são verificáveis na obra.

É seguro afirmar, portanto, que a caracterização de Braggadocio como caricatura do conspiracionismo não é gratuita ou baseada apenas em traços psicológicos do personagem, mas na propagação de uma teoria conspiratória com todos os elementos que a constituem como tal. Apesar do visível saudosismo nutrido pelo regime fascista que marcou a história da sua família — e de milhares de outras famílias italianas —, Braggadocio se constitui, por excelência, como um legítimo representante do fenômeno da pós-verdade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrada a análise literária, é chegado o momento de avaliar os caminhos percorridos nos dois anos dedicados a esta pesquisa. Tendo em vista a crescente relevância da expressão “pós-verdade” na última década, seja em comentários na imprensa ou em debates acadêmicos nas áreas da comunicação e das ciências sociais, esta dissertação teve por objetivo geral analisar de que modo as representações do jornalismo no romance *Número Zero*, de Umberto Eco, se relacionam com o fenômeno da pós-verdade. Diante do que foi trabalhado nos capítulos anteriores, podemos afirmar que essa relação está fundamentada em dois eixos. Em primeiro lugar, nas práticas editoriais adotadas pela equipe do jornal *Amanhã*, sobretudo na utilização de apelos emocionais para manipular o sentimento dos leitores, propagar opiniões disfarçadas de fatos e comprometer a reputação de desafetos. Segundo, na caracterização do personagem Romano Braggadocio como caricatura do pensamento conspiratório, a partir de seu discurso delirante a respeito da suposta fuga do ditador fascista Benito Mussolini para a Argentina ao fim da Segunda Guerra Mundial.

Antes de detalharmos os resultados da pesquisa, convém recordar os quatro objetivos específicos elencados no início do nosso percurso e a maneira como eles foram abordados ao longo da dissertação. A discussão sobre as origens e as principais características da pós-verdade ganhou espaço nas duas primeiras seções do capítulo 2. Para tanto, estabelecemos um diálogo com autores que examinaram o fenômeno após 2016, data em foi escolhido palavra do ano pela Universidade de Oxford. Na busca pelas possíveis raízes do fenômeno, o aporte teórico apontou para ao menos três caminhos que, embora tenham pontos de divergência, convergem no entendimento de que os fatos objetivos perderam relevância frente a emoções e crenças pessoais. Tanto o colapso dos quatro pilares do *establishment* postulado por D’Ancona (2018), quanto a combinação do relativismo pós-moderno com a subjetividade individualista, descrita por Kakutani (2018), ou mesmo o processo de crise da verdade factual, como interpreta Bucci (2019), nos permitem visualizar por que os fatos objetivos, matéria-prima do jornalismo, têm sido contrapostos por ondas de *fake news*, negacionismo científico e teorias conspiratórias. Enquanto isso, no debate acerca das características essenciais da pós-verdade, chegamos ao

entendimento, a partir dos autores estudados, de que existem dois atributos básicos na leitura do fenômeno: a formação das bolhas ideológicas, intransponíveis ao dissenso, e a prevalência das emoções sobre a racionalidade.

O segundo objetivo específico, identificar as manifestações predominantes da pós-verdade, foi contemplado na seção 2.3. Discutimos, ainda que brevemente, noções teóricas acerca do negacionismo científico, do revisionismo histórico e das *fake news* — neste último caso, tentando desfazer a confusão conceitual estabelecida por quem tem utilizado pós-verdade como sinônimo para mentira ou notícias falsas. Nosso foco, em contrapartida, esteve concentrado em esmiuçar a dinâmica de funcionamento das teorias da conspiração. Para tanto, recorreremos às contribuições de Keeley (1999) e Lewandowsky e Cook (2020). As diferentes abordagens utilizadas na seção nos ajudaram a compreender os motivos por trás da popularidade das teorias conspiratórias e sua rápida propagação, de quem duvida da viagem à Lua aos inimigos das campanhas de vacinação. Também foi possível estabelecer os sete sinais recorrentes no pensamento conspiratório e traçar as cinco características inerentes às narrativas conspiracionistas, marcadas pelo desapego aos fatos e às evidências documentais.

Após o capítulo dedicado à revisão teórica, iniciamos a análise literária pela ambientação e pelas práticas editoriais do jornal *Amanhã*, enquanto elementos possivelmente relacionados à pós-verdade — nosso terceiro objetivo específico. Utilizamos como tópicos de análise as duas características básicas do fenômeno: as bolhas ideológicas e os apelos emocionais. Também trouxemos ao texto orientações técnicas dos manuais de redação dos jornais *O Globo*, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, a fim de apontar eventuais contrastes entre o que é recomendável à prática do jornalismo profissional e o que observamos nas representações do ofício nas páginas de *Número Zero*. Após rápida apresentação dos elementos centrais do enredo e breves comentários acerca dos personagens, discutimos em que medida o planejamento das pautas, por parte da equipe de repórteres, tinha como intenção deliberada alimentar as bolhas ideológicas.

Chegamos à conclusão de que o conteúdo homofílico, apesar de perceptível apenas em momentos pontuais do romance, manifesta-se com intensidade somente quando Simej, o diretor de redação, instiga uma reportagem recheada de insinuações acerca da sexualidade de figuras políticas. A pauta, além de violar os

padrões éticos do jornalismo, explora os preconceitos do público com o propósito de causar agitação e reações indignadas. Já na seção seguinte, recorreremos a excertos selecionados de diferentes capítulos de *Número Zero* para exemplificar a recorrente exploração das emoções em conteúdos supostamente factuais. Foi possível chegar a essa constatação pelo aprofundamento de três tópicos: a propagação de opiniões sob o disfarce de fatos, a utilização da desconfiança no caso dos desmentidos e as estratégias de cavar notícias inexistentes para abalar a reputação de desafetos. É o que observamos no episódio da espionagem ao magistrado que, por representar riscos aos interesses do comendador Vimercate, passou a ser associado à imagem embaraçosa do *bont vivant* que usava meias coloridas e almoçava em restaurantes de luxo.

Nosso quarto e último objetivo específico consistia em examinar a caracterização de Romano Braggadocio como caricatura do conspiracionismo. O personagem passa boa parte da trama à caça de provas que sustentem sua narrativa mirabolante sobre a fuga de Mussolini. Optamos por organizar a análise do personagem em dois momentos. Inicialmente, buscamos em Braggadocio traços psicológicos que coincidisse com os sete sinais do pensamento conspiratório vistos em Lewandowsky e Cook (2020). O saldo do que chamamos de “jogo dos sete sinais” foi positivo: observamos no personagem a recorrência de quatro sinais, contra três não localizáveis no material examinado. Não bastasse a adesão à maioria dos sinais do pensamento conspiratório, pesou em nossa análise a intensidade com a qual eles apareceram nos diálogos reservados entre Braggadocio e Colonna. A aversão aos relatos oficiais, o sentimento de perseguição constante, a suspeita sobre intenções nefastas por trás dos acontecimentos e a interpretação de que tudo ao seu redor estava relacionado ao caso Mussolini fazem de Braggadocio uma caricatura do conspiracionismo — se assim considerarmos os personagens construídos a partir de características únicas, pendendo ao vício ou à deformação, como postula Brait (2006).

Ainda no quarto capítulo, para aprofundar a análise do personagem, verificamos em que medida as cinco características das conspirações injustificadas listadas por Keeley (1999) correspondem à teoria de Braggadocio envolvendo o líder do regime fascista italiano. Nesse caso, foi possível constatar que quatro dos cinco atributos são integralmente reconhecíveis no discurso do personagem: oposição às

versões oficiais de fatos históricos, existência de intenções malignas, relação entre eventos aparentemente não interligados e a existência de forças misteriosas que tentam impedir a revelação da verdade. A quinta característica, a utilização de dados errôneos, pode ser observada parcialmente, a partir de uma de suas faces: os dados não contabilizados. São aqueles que deixam margem para interpretações conspiratórias dos acontecimentos — como o laudo necrológico de Mussolini, que não mencionava a presença de sífilis ou úlcera no cadáver do ditador.

Diante do que foi exposto até aqui, podemos considerar que nossa hipótese de trabalho foi confirmada quase que em sua totalidade. Os excertos de *Número Zero* selecionados para o *corpus* de análise demonstram que as representações do jornalismo no último romance de Umberto Eco se relacionam, de fato, com o fenômeno da pós-verdade. Isso pode ser verificado em dois eixos: por um lado, as práticas editoriais encampadas pela equipe do jornal *Amanhã*; de outro, a caracterização de Romano Braggadocio, um dos repórteres contratados para a redação. No primeiro caso, a larga utilização de apelos emocionais na produção do conteúdo do periódico conversa diretamente com nossa hipótese, tendo em vista que a prevalência de emoções e crenças pessoais é uma das características basilares da pós-verdade.

Já a alimentação premeditada das bolhas ideológicas pode ser observada, ao menos de forma inequívoca, em apenas uma cena do romance. Tomando por base nosso aporte teórico, vimos que as bolhas são tão essenciais para o fenômeno em questão quanto os apelos emocionais. É justamente esse desequilíbrio na representação — abundância de cenas que exploram as emoções; escassez de referências diretas às bolhas — que impede a confirmação total de nossa hipótese. Não obstante, ao examinarmos o segundo eixo de análise, percebemos que os trechos selecionados demonstraram tanto a tendência de Braggadocio ao pensamento conspiratório quanto a adesão praticamente integral de sua teoria às características fundamentais das conspirações injustificadas. Isso confirma, portanto, nossa interpretação inicial de que o personagem pode ser lido como uma caricatura do conspiracionismo. Ou, como afirmamos no encerramento do quarto capítulo, como um representante ficcional da pós-verdade.

Por último, mas não menos importante, é válido esboçar alguns comentários a respeito das possíveis contribuições desta pesquisa, tanto do ponto de vista dos

estudos literários quanto da comunicação social. No campo da literatura, acreditamos que a discussão aqui proposta pode servir de provocação para novas investigações a respeito das representações ficcionais da pós-verdade. Por se tratar de um fenômeno contemporâneo, do qual o debate acadêmico está em ascensão na última década, apesar de ainda incipiente, consideramos que há um vasto campo a ser explorado. Vislumbramos, como alternativa plausível, a realização de novas análises literárias focadas nas representações de suas características e manifestações. Isso pode ser feito tanto em obras de autores estrangeiros — da mesma forma que fizemos com *Número Zero*, de Umberto Eco — como também de autores brasileiros. Tendo em vista que o fenômeno da pós-verdade não demonstra sinais de ser passageiro, é de se esperar que representações artísticas sejam mais frequentes nos próximos anos. Não apenas na literatura, mas também em outras linguagens, como no audiovisual e nas artes cênicas.

Ainda sob a perspectiva dos estudos literários, consideramos que esta pesquisa expande os olhares acerca da obra ficcional de Umberto Eco, pouco explorada para além do clássico *O Nome da Rosa* (1980). Conforme salientamos na introdução, com base em levantamento realizado junto ao acervo da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), este foi o primeiro estudo dedicado exclusivamente a analisar as representações do jornalismo em *Número Zero*. Apesar de ainda pouco explorado, o romance dispõe de material para novas interpretações, a partir de outras perspectivas teóricas. Esforços nesse sentido seriam inegavelmente bem-vindos, seja para estabelecer um diálogo com os resultados aqui alcançados como também para contemplar aspectos que deixamos de fora da nossa abordagem.

Do ponto de vista dos estudos interdisciplinares e da comunicação, consideramos que esta pesquisa contribui com mais um passo em direção à sistematização teórica do fenômeno da pós-verdade. Muito mais do que um novo nome para as velhas mentiras e enganações políticas, estamos diante de um fenômeno sociocultural que tem marcado, de forma significativa, o modo como reagimos à vastidão de narrativas que estão ao nosso redor, disputando corações e mentes. Com base no referencial teórico escolhido para este estudo, podemos observar que as discussões sobre as características basilares e as manifestações predominantes da pós-verdade encontram-se em estágio menos avançado do que o

debate sobre suas possíveis origens. Dessa forma, é latente a necessidade de realização de novas pesquisas na área.

Para finalizar, frisamos que esta pesquisa instiga futuras investigações sobre a maneira como o jornalismo profissional tem reagido ao fenômeno da pós-verdade. Nos parece que parcela significativa das empresas jornalísticas e dos profissionais da área não reconheceram a complexidade do problema e seguem operando em uma lógica ultrapassada para enfrentar os riscos que figuras como Steve Bannon e Donald Trump, no mundo real, ou Simej e Vimercate, na ficção de Umberto Eco, representam para a democracia. Reafirmamos, mais uma vez, que o momento é oportuno para explorar, com o devido rigor científico, as possibilidades que os acontecimentos recentes nos oferecem. Por mais que o colapso do *establishment*, o declínio da razão ou a crise da verdade factual possam causar angústia e desesperança, a investigação científica segue como um dos melhores caminhos que temos à disposição para descrever, compreender e enfrentar os problemas intrínsecos ao nosso tempo.

REFERÊNCIAS

6 IDEIAS memoráveis do escritor Umberto Eco sobre redes sociais e tecnologia. *Época*, 19 fev. 2016. Disponível em:

<https://epoca.oglobo.globo.com/vida/noticia/2016/02/5-frases-memoraveis-do-escritor-umberto-eco-sobre-redes-sociais-e-tecnologia.html>. Acesso em: 7 jul. 2022.

ALEXANDRINO, Jéssica. Alexandre Garcia é contratado pela Jovem Pan News. *NaTelinha*, 9 nov. 2021. Disponível em:

<https://natelinha.uol.com.br/televisao/2021/11/09/alexandre-garcia-e-contratado-pela-jovem-pan-news-172432.php>. Acesso em: 15 maio 2023.

ALONSO, Juan Francisco. 100 anos da Marcha sobre Roma: como Mussolini chegou ao poder e instalou o 1º governo fascista. *BBC News Mundo*, 7 out. 2022. Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-63167615>. Acesso em: 5 jun. 2023.

ARENDT, Hannah. Verdade e política. In: ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Tradução de Mauro W. Barbosa. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2011. p. 282-325.

ART of lie: post-truth politics in the age of social media. *The Economist*, 10 set. 2016. Disponível em:

<https://www.economist.com/weeklyedition/2016-09-10>. Acesso em: 23 jan. 2023.

BARROS, Gisele. É #FAKE que jovens têm morrido após receber vacina contra Covid-19 no Brasil. *G1*, 30 set. 2021. Disponível em:

<https://g1.globo.com/fato-ou-fake/coronavirus/noticia/2021/09/30/e-fake-que-jovens-t-em-morrido-apos-receber-vacina-contra-covid-19-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 29 maio 2023.

BORIS Johnson é convocado pela Justiça por mentiras sobre o Brexit. *Exame*, 29 maio 2019. Disponível em:

<https://exame.com/mundo/boris-johnson-e-convocado-pela-justica-por-mentiras-sobre-o-brexite/>. Acesso em: 6 jul. 2022.

BRAGA, Juliana. Morte de Juscelino foi causada por acidente, diz Comissão da Verdade. *G1*, 22 abr. 2014. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/04/morte-de-juscelino-foi-causada-por-acidente-diz-comissao-da-verdade.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

BRAIT, Beth. *A personagem*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2006.

BRASILINO, Carlos Estênio. Vídeo: manifestantes confundem Outubro Rosa com vermelho comunista. *Metrópoles*, 20 out. 2018. Disponível em:

<https://www.metropoles.com/m-confirma/video-manifestantes-confudem-outubro-rosa-com-vermelho-comunista>. Acesso em: 29 maio 2023.

BRISA, Mateus. Jornalista Alexandre Garcia é demitido da CNN após ser desmentido ao vivo. *O Povo*, 24 set. 2021. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/vidaarte/2021/09/24/alexandre-garcia-e-demitido-da-cnn-apos-ser-desmentido-ao-vivo.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

BUCCI, Eugênio. *Existe democracia sem verdade factual?* Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: CANDIDO, Antonio *et al.* *A personagem de ficção*. 11. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005. p. 51-80.

CARMICHAEL, Flora; GOODMAN, Jack. Vacina não altera DNA nem tem microchip: as mentiras sobre imunização contra o coronavírus. *BBC News*, 3 dez. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55181327>. Acesso em: 13 jun. 2022.

CASTRO, Ricardo Figueiredo de. Teorias da Conspiração: da Revolução Francesa às fake news do whatsapp. *Café História*, 22 jun. 2020. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/fake-news-teorias-da-conspiracao-dicursos-de-odio/>. Acesso em: 18 jul. 2022.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. Padrões de manipulação no jornalismo brasileiro: *fake news* e a crítica de Perseu Abramo 30 anos depois. *RuMoRes*, [S. l.], v. 12, n. 23, p. 56-82, 2018. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2018.144229. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/144229>. Acesso em: 27 mar. 2023.

COHEN, Nick. There are liars and then there's Boris Johnson and Michael Gove. *The Guardian*, 25 jun. 2016. The Observer. Disponível em: <https://www.theguardian.com/commentisfree/2016/jun/25/boris-johnson-michael-gove-eu-liars>. Acesso em: 5 jul. 2022.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. A CNV. Disponível em: <http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/institucional-acesso-informacao/a-cnv.html>. Acesso em: 15 maio 2023.

CONSÓRCIO de imprensa que permitiu transparência sobre covid chega ao fim. *UOL*, 28 jan. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2023/01/28/consorcio-de-imprensa-que-permitiu-transparencia-sobre-covid-chega-ao-fim.htm>. Acesso em: 15 maio 2023.

COUTINHO, Afrânio. *Notas de teoria literária*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CRISE financeira: um colapso que ameaçou o capitalismo. *BBC News*, 10 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55966588>. Acesso em: 14 jun. 2022.

D'ANCONA, Matthew. *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news*. Tradução de Carlos Szlak. 1. ed. Barueri, SP: Faro Editorial, 2018.

DANZINGER, L. Shoah ou Holocausto: a aporia dos nomes. *Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG*, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 50–58, 2007. DOI: 10.17851/1982-3053.1.1.50-58. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/maaravi/article/view/13903>. Acesso em: 5 jun. 2023.

DARNTON, Robert. A verdadeira história das notícias falsas. *El País*, 30 abr. 2017. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2017/04/28/cultura/1493389536_863123.html. Acesso em: 10 abr. 2023.

DE MATTEO, Giovanna. As teorias conspiratórias por trás da morte de Tancredo Neves. *Aventuras na História*, 27 set. 2020. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/as-teorias-conspiratorias-por-tras-da-morte-de-tancredo-neves.phtml>. Acesso em: 22 maio 2023.

DOMÍNGUEZ, Íñigo. As promessas quebradas do “Brexit”. *El País*, 30 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/30/internacional/1467291829_906832.html. Acesso em: 5 jul. 2022.

ECO, Umberto. *Número Zero*. Tradução de Ivone Benedetti. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

ERBOLATO, Mário. *Dicionário de propaganda e jornalismo: legislação, termos técnicos e definições de cargos e funções, abrangendo as atividades das agências de propaganda e do jornalismo impresso, radiofônico e de televisão*. 2. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1985.

ESPARZA, Pablo. Como está a Máfia 25 anos após o atentado que matou juiz da 'Lava Jato' italiana. *BBC Mundo*, 5 jun., 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-40162317>. Acesso em: 29 maio 2023.

ESTABLISHMENT. *In*: Oxford University Press, 2022. Disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/establishment>. Acesso em: 13 jun. 2022.

EX-APRESENTADOR Jimmy Savile abusou de 63 pessoas em hospital. *El País*, 26 fev. 2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/02/26/internacional/1424954682_058516.html. Acesso em: 14 jun. 2022.

EX-PREMIÊ Craxi morre aos 65 anos. *Folha de S. Paulo*, 20 jan. 2000. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft2001200006.htm>. Acesso em: 27 abr. 2023.

FLOOD, Alison. 'Post-truth' named word of the year by Oxford Dictionaries. *The Guardian*, 15 nov. 2016. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/books/2016/nov/15/post-truth-named-word-of-the-year-by-oxford-dictionaries>. Acesso em: 23 jan. 2023.

FOLHA DE S. PAULO. *Manual da redação*. 8. ed. São Paulo: Publifolha, 2001.

FONSECA, Marcelo da. "Quem matou dom Pedro I, JK, Tancredo e Zavascki?". *Estado de Minas*, 23 jan. 2017. Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2017/01/23/interna_politica.841641/quem-matou-dom-pedro-jk-tancredo-e-zavascki.shtml. Acesso em: 22 maio 2023.

GARCIA, Luiz (org.). *Manual de redação e estilo*. 26. ed. São Paulo: Globo, 1999.

GESTÃO Bolsonaro celebra golpe de 64 pelo quarto ano seguido. *DW Brasil*, 31 mar. 2022. Política. Disponível em:

<https://www.dw.com/pt-br/gest%C3%A3o-bolsonaro-celebra-golpe-de-64-pelo-quarto-ano-seguido/a-61322242>. Acesso em: 7 jul. 2022.

GNIPPER, Patricia. Por que a NASA não voltou à Lua desde 1972? *Canaltech*, 17 jul. 2019. Disponível em:

<https://canaltech.com.br/espaco/por-que-a-nasa-nao-voltou-a-lua-desde-1972-144269/>. Acesso em: 29 maio 2023

HANCOCK, Jaime Rubio. 50 anos de conspirações sobre a chegada do homem à Lua. *El País*, 16 jul. 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/21/actualidad/1561128132_157440.html. Acesso em: 13 jun. 2022.

HOMOFILIA. In: Michaelis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Disponível em:

<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/homofilia/>. Acesso em: 17 abr. 2023.

JOHNSON, Allan G. *Dicionário de sociologia: guia prático da linguagem sociológica*. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

KAKUTANI, Michiko. *A morte da verdade: notas sobre a mentira na era Trump*.

Tradução de André Czarnobai e Marcela Duarte. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2018.

KEELEY, Brian L. Of conspiracy theories. *The Journal of Philosophy*, [S. l.], v. 96, n. 3, p. 109-126, mar. 1999. DOI: 10.2307/2564659. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/2564659>. Acesso: 27 mar. 2023.

KEYES, Ralph. *A era da pós-verdade: desonestidade e enganação na vida contemporânea*. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

LARANJEIRA, Lucas. O fugitivo de campo de concentração que lutou nos bosques contra os nazistas e inspirou único Museu do Holocausto no Brasil. *BBC Brasil*, 23 set. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41310817#:~:text=Os%20partisans%20foram%20grupos%20de%20guerra%20e%20enfrentou%20tropas%20nazistas>. Acesso em: 5 jun. 2023.

LERNER, Kevin. Jornalistas sabem diferenciar notícias e opinião, mas os leitores geralmente não. *Poder360*, 28 jun. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornalistas-sabem-diferenciar-noticias-e-opiniao-mas-os-leitores-geralmente-nao/>. Acesso em 13 maio 2023.

LEWANDOWSKY, Stephan; COOK, John. *O manual das teorias da conspiração*. [S. l.]: Skeptical Science, 2020. Disponível em: <http://sks.to/conspiracy>. Acesso em: 18 jul. 2022.

LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. 7.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. *História das teorias da comunicação*. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2009.

MARTINS FILHO, Eduardo Lopes. *Manual de redação e estilo*. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MESQUITA, Samira Nahid de. *O enredo*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. 12. ed. São Paulo: Cultrix, 2004.

MORAIS, Fernando. *Chatô: o rei do Brasil*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

MORALES, Juliana. 'Fui cancelada por estar bem', diz influenciadora que se curou do câncer. *Capricho*, 10 maio 2023. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/fui-cancelada-por-estar-bem-diz-influenciadora-que-se-curou-do-cancer/>. Acesso em: 12 maio 2023.

MOURA, Bernardo; CYPRESTE, Judite. É falso que Haddad criou "kit gay" para crianças de seis anos. *Aos Fatos*, 10 out. 2018. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/e-falso-que-haddad-criou-kit-gay-para-criancas-de-seis-anos/>. Acesso em: 4 jul. 2022.

MUSEU MEMORIAL DO HOLOCAUSTO DOS ESTADOS UNIDOS. *Introdução ao Holocausto*. In: Enciclopédia do Holocausto. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/en/article/introduction-to-the-holocaust>. Acesso em: 5 jun. 2023.

NUNES, Bruna. Quero dar um 'ghosting' em alguém, mas me sinto mal... E agora?. *Capricho*, 11 maio 2023. Disponível em: <https://capricho.abril.com.br/comportamento/quero-dar-um-ghosting-em-alguem-mas-me-sinto-mal-e-agora/>. Acesso em: 12 maio 2023.

PANDEMIA de covid-19 alimenta o maior retrocesso contínuo nas vacinações em três décadas. *Unicef Brasil*, 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/pandemia-de-covid-19-alimenta-o-maior-retrocesso-contínuo-nas-vacinacoes-em-tres-decadas>. Acesso em: 19 jul. 2022.

POST-TRUTH. In: Oxford University Press, 2022. Disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/post-truth>. Acesso em: 12 jan. 2022.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. *Dicionário de comunicação*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1998.

RAMALHO, Renan. TSE manda remover da internet vídeos de Bolsonaro com críticas a material contra homofobia. *G1*, Brasília, 16 out. 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/16/tse-manda-remover-da-internet-videos-de-bolsonaro-contr-o-kit-gay.ghtml>. Acesso em: 4 jul. 2022.

REINO Unido decide deixar a União Europeia em referendo. *G1*, São Paulo, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/06/reino-unido-decide-deixar-uniao-europeia-em-referendo.html>. Acesso em: 6 jul. 2022.

SANCHES, Mariana. O que é a 'cultura de cancelamento'. *BBC News Brasil*, 25 jul. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-53537542>. Acesso em: 15 maio 2023.

SANTAELLA, Lucia. *A pós-verdade é verdadeira ou falsa?* Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

SEIXAS, Rodrigo. A retórica da pós-verdade: o problema das convicções. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, v. 18, n. 1, p. 122-138, abr. 2019. DOI: 10.17648/eidea-18-2197.

TESICH, Steve. A government of lies. *The Nation*, 6 jan. 1992. Disponível em: <https://www.thefreelibrary.com/A+government+of+lies.-a011665982>. Acesso em: 12 jan. 2022.

VEIGA, Edison. O que pensam os que não acreditam que o homem chegou (12 vezes) à Lua. *BBC News*, 11 jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-48916172>. Acesso em: 13 jun. 2022.

WOLF, Luiza. Paul McCartney morreu e foi substituído: a mais tosca conspiração do rock. *Super Interessante*, 9 maio 2016. Disponível em: <https://super.abril.com.br/mundo-estranho/teoria-da-conspiracao-paul-mccartney-morreu-e-foi-substituido>. Acesso em: 29 maio 2023.

YAHYA, Hanna. Jornais impressos: circulação despensa 16,1% em 2022. *Poder360*, 31 ja. 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/jornais-impressos-circulacao-despenca-161-em-2022/>. Acesso em: 24 abr. 2023.